

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **JUL/AGO/SET**

ISSN 2595-2234

2019

BO LE TIM DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luis Fernando Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Rogério de Araújo Lobato

COORDENADORA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Lígia Teixeira

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Geilson Bruno Pestana Moraes

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO

Geilson Bruno Pestana Moraes

ELABORAÇÃO

Adriana Cristina Rabelo da Silva

Anderson Nunes Silva

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Dionatan Silva Carvalho

Geilson Bruno Pestana Moraes

Matheus Pereira Farias

Neuzilene Lima Costa

Pedro Augusto da Silva Tavares

Rafael Thalysson Costa Silva

Raphael Bruno Bezerra Silva

Renan Lessa da Costa

Ronny Gabriel Silva Lobato

Talita de Sousa Nascimento

REVISÃO

Gustavo Sampaio

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Matheus Soeiro

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 7, n. 3, jul./set. – São Luís: IMESC, 2019.

Trimestral

ISSN 2595 2234

70 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos Cartográficos-IMESC

CDU 33 (812.1)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO ENTRE O PESO ARGENTINO (ARS) E O DÓLAR DOS EUA (USD), JANEIRO DE 2016 A AGOSTO DE 2019, ÚLTIMA COTAÇÃO DO MÊS.....	10
GRÁFICO 2	BRASIL: EVOLUÇÃO DO IPCA; MONITORADOS, NÃO COMERCIALIZÁVEIS E COMERCIALIZÁVEIS; PERCENTUAL ACUMULADO EM 12 MESES - JAN/18 A JUL/19.....	11
GRÁFICO 3	BRASIL: CURVA DE JUROS FUTUROS (DI X PRÉ) PERÍODOS SELECIONADOS, ENTRE OUT/19 E JAN/25, EM %, DATAS DE REFERÊNCIA DE 11/JUL/19, 08/AGO/19 E 03/SET/19).....	12
GRÁFICO 4	BRASIL: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO, REAL BRASILEIRO (BRL) COMPARADO COM O DÓLAR DOS EUA (USD), JANEIRO A AGOSTO DE 2019, ÚLTIMA COTAÇÃO DO MÊS.....	13
GRÁFICO 5	ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DAS CULTURAS DE GRÃOS ACOMPANHADAS PELO LSPA DO BRASIL – 2018 E 2019* (MIL TONELADAS).....	17
GRÁFICO 6	BRASIL: VARIAÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO FÍSICA POR ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - VARIAÇÃO DO ACUMULADO DO ANO (%)	19
GRÁFICO 7	BRASIL: ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL, RESULTADOS MENSAIS DO PERÍODO DE AGO/12 ENCERRADO EM AGO/19	20
GRÁFICO 8	BRASIL: EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA, ENTRE JUN/12 E JUN/19.....	20
GRÁFICO 9	BRASIL: VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE VOLUME DO SERVIÇOS E DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO, DE JUNHO DE 2012 A JUNHO DE 2019. BASE FIXA 2014 = 100.	24
GRÁFICO 10	VARIAÇÃO ÚLTIMOS DOZE MESES DO INDICADOR DE CUSTO DE CRÉDITO, DE JUN/13 A JUN/19.....	25
GRÁFICO 11	BRASIL: EVOLUÇÃO MENSAL DO PERCENTUAL DE DÍVIDAS COM FINANCIAMENTO DA CASA DENTRO DO TOTAL DE DÍVIDAS CONTRAÍDAS PELAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS, DE JULHO DE 2010 A JULHO DE 2019.	26
GRÁFICO 12	ÍNDICE DE LASPEYERS PARA A COTAÇÃO INTERNACIONAL DA SOJA, MILHO, CARNE BOVINA, ALGODÃO E FERTILIZANTES DE JAN/2018 ATÉ JUL/2019. BASE 2010=100 BASEADO NO PREÇO EM DÓLARES (US\$) NOMINAIS.....	28
GRÁFICO 13	ÍNDICE DE LASPEYERS PARA A COTAÇÃO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO, ALUMÍNIO, MINÉRIO DE FERRO E COBRE, DE JAN/2018 ATÉ JUL/2019. BASE 2010=100 BASEADO NO PREÇO EM DÓLARES (US\$) NOMINAIS	28
GRÁFICO 14	BRASIL: TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO, DE 2014 A 2019 (EM %).....	30
GRÁFICO 15	BRASIL: RENDIMENTO MÉDIO REAL (EM R\$) DE TODOS OS TRABALHOS E MASSA REAL DE RENDIMENTOS (R\$ BILHÕES), DE 2012 A 2019, INFLACIONADOS PELO IPCA A PREÇOS DE JUN/19	31
GRÁFICO 16	BRASIL: DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO EM % DO PIB, NO ACUMULADO DE 12 MESES ATÉ JULHO DE 2019.....	36
GRÁFICO 17	BRASIL: EVOLUÇÃO MENSAL DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL E DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO, EM % DO PIB, DE JULHO DE 2007 A JULHO DE 2019.	37
GRÁFICO 18	MARANHÃO: PIB NOMINAL (EM R\$ MILHÕES) E TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB - 2010 A 2022 (%).....	38
GRÁFICO 19	MARANHÃO: VARIAÇÃO EM VOLUME DO VALOR ADICIONADO DO PIB, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (VALORES EM %) - 2011 A 2019	39
GRÁFICO 20	ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS ACOMPANHADAS PELO LSPA DO MARANHÃO – 2018 E 2019* (MIL TONELADAS)	40
GRÁFICO 21	ESTIMATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO TOTAL DE GRÃOS PRODUZIDOS NO MARANHÃO – JUL/19 (%)	41

GRÁFICO 22 MARANHÃO: ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) – JULHO/2018 A JULHO/2019.....	42
GRÁFICO 23 MARANHÃO: COMPONENTES DA PESQUISA DE SONDAÇÃO INDUSTRIAL: UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA E VOLUME DE PRODUÇÃO – JUNHO/2018 A JUNHO/2019. ...	43
GRÁFICO 24 VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO VAREJO AMPLIADO DO MARANHÃO E DO BRASIL, NOS ÚLTIMOS 12 MESES, DE JUNHO DE 2012 A JUNHO DE 2019. BASE FIXA 2014 = 100.....	44
GRÁFICO 25 BR E MA-VARIAÇÃO (%) NO ACUMULADO DE 12 MESES (%) DO VOLUME DE VENDAS DO VAREJO RESTRITO, DE JUNHO DE 2012 A JUNHO DE 2019. BASE FIXA 2014 = 100.	45
GRÁFICO 26 BR E MA: VARIAÇÃO (%) DO VOLUME DE SERVIÇOS COM AJUSTE SAZONAL, NO ACUMULADO DE 12 MESES, DE JUNHO DE 2013 A JUNHO DE 2019. BASE FIXA 2014 = 100	46
GRÁFICO 27 MARANHÃO: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VOLUME DO SERVIÇOS E DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO, DE JUNHO DE 2012 A JUNHO DE 2019, BASE FIXA 2014 = 100. .	47
GRÁFICO 28 INVESTIMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM ANDAMENTO POR CATEGORIA*, EM MILHÕES DE R\$	51
GRÁFICO 29 BRASIL, NORDESTE E MARANHÃO: TAXA DE DESOCUPAÇÃO TRIMESTRAL DAS PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO, POR TRIMESTRES DE 2012 A 2019, (EM %)	53
GRÁFICO 30 MÉDIA DAS RMS DO NE, RM GRANDE SÃO LUÍS E SÃO LUÍS: TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR TRIMESTRES DE 2012 A 2019, (EM %) ..	54
GRÁFICO 31 BRASIL E MARANHÃO: MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - QUANTIDADE DE OPTANTES DE 2012 A 2019*.....	56
GRÁFICO 32 BRASIL E MARANHÃO: RENDIMENTO MÉDIO REAL (EM R\$) DE TODOS OS TRABALHOS E MASSA REAL DE RENDIMENTOS (R\$ BILHÕES), DO 1º TRI/2014 AO 2º TRI/2019, INFLACIONADOS PELO IPCA A PREÇOS DE MAI/19.....	57
GRÁFICO 33 MARANHÃO - SALDO DE EMPREGOS GERADOS, SEGUNDO PORTE DAS EMPRESAS, ACUMULADO* DE 2018 E 2019	59
GRÁFICO 34 MARANHÃO - SALDO EMPREGO COM CARTEIRA EM REGIME PARCIAL E TRABALHO INTERMITENTE, ACUMULADO* DE 2018 E 2019	60
GRÁFICO 35 MARANHÃO: GRAU DE DEPENDÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS BRASILEIROS, DE JANEIRO A JUNHO DE 2019 (% DA RECEITA TOTAL).....	63
GRÁFICO 36 MARANHÃO: PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (EM %) NA DESPESA TOTAL DOS ESTADOS BRASILEIROS*, DE JANEIRO A JUNHO DE 2019.....	66
GRÁFICO 37 IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL BILATERAL EUA VS. CHINA, MÉDIA MÓVEL DOS 12 ÚLTIMOS MESES, US\$ BILHÕES, DE JUL/10 A JUL/19.....	68
GRÁFICO 38 PARTICIPAÇÃO EM VALOR (%) DOS PRODUTOS EXPORTADOS PARA EUA E CHINA NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES MARANHENSES DE 2010 A 2018	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB TRIMESTRAL (BASE: TRIMESTRE ANTERIOR), DE 2017 A 2019	15
TABELA 2	ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO (MIL TONELADAS) E PARTICIPAÇÃO (%) DAS CULTURAS DE GRÃOS ACOMPANHADAS PELO LSPA DO BRASIL – AGO/19	18
TABELA 3	BRASIL: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO - RESULTADOS MENSIS DO TRIMESTRE ENCERRADO EM JUN/19, COMPARAÇÕES INTERANUAL: MENSAL, ACUMULADO DO ANO E EM 12 MESES	18
TABELA 4	BRASIL: EVOLUÇÃO (%) DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA E COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO, SEGUNDO AS ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO, EM JUNHO DE 2019. BASE 2014=100	21
TABELA 5	BRASIL – VARIAÇÃO DOS INDICADORES: CONFIANÇA DO VAREJO AMPLIADO (ICOM), CONFIANÇA DO CONSUMIDOR (ICC), CONFIANÇA DE SERVIÇOS (ICS), DE JULHO DE 2012 A JULHO DE 2019	22
TABELA 6	BRASIL: EVOLUÇÃO (%) DO VOLUME DE SERVIÇOS, SEGUNDO AS ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO, EM JUNHO DE 2019. BASE 2014=100	23
TABELA 7	BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS 2018 E 2019* (US\$ MILHÕES)	26
TABELA 8	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E CORRENTE COMERCIAL DE 2015 ATÉ 2019* VALORES EM US\$ MILHÕES E VARIAÇÃO EM (%)	29
TABELA 9	BRASIL: NÚMERO DE OCUPADOS POR POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO, CATEGORIAS DE EMPREGO E TAXA DE CRESCIMENTO (%) DE 2018 A 2019	30
TABELA 10	BRASIL: SALDO DE EMPREGO FORMAL POR SUBSETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, EM 2018 E 2019*, SALDO MENSAL; VARIAÇÃO ABSOLUTA	32
TABELA 11	BRASIL: RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2018, EM JULHO DE 2018 E 2019, ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2018 E 2019, EM R\$ MILHÕES, A PREÇOS DE JULHO DE 2019, CORRIGIDOS PELO IPCA, TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	33
TABELA 12	BRASIL: RECEITA TOTAL DESAGREGADA EM 2018, EM JULHO DE 2018 E 2019, ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2018 E 2019, EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE JULHO DE 2019 CORRIGIDOS PELO IPCA, TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	34
TABELA 13	BRASIL: DESPESA TOTAL DESAGREGADA EM 2018, EM JULHO DE 2018 E 2019, ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2018 E 2019, EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE JULHO DE 2019 CORRIGIDOS PELO IPCA, TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	35
TABELA 14	MARRANHÃO – VARIAÇÃO (%) DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO E RESTRITO, EM MAIO DE 2019. BASE FIXA 2014 = 100	43
TABELA 15	BRASIL E MARRANHÃO - VARIAÇÃO (%) DO LICENCIAMENTO TOTAL DE VEÍCULOS NOVOS EM JUNHO DE 2019	44
TABELA 16	MARRANHÃO: NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA EM JUNHO DE 2019 (%)	45
TABELA 17	MARRANHÃO: EVOLUÇÃO (%) DO VOLUME E DAS RECEITAS DE SERVIÇOS, EM JUNHO DE 2019. BASE 2014=100	46
TABELA 18	BALANÇA COMERCIAL MARANHENSE DE 2015 ATÉ 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES E VARIAÇÃO EM (%)	47
TABELA 19	PRINCIPAIS COMPLEXOS E PRODUTOS EXPORTADOS PELO ESTADO DO MARRANHÃO DE 2018 ATÉ 2019*	48
TABELA 20	IMPORTAÇÕES MARANHENSES POR GRANDES CATEGORIAS ECONÔMICAS (GCE) DE 2018 ATÉ 2019*. VALORES EM US\$ MILHÕES, PARTICIPAÇÃO EM (% DO TOTAL) E VARIAÇÃO EM (%)	49
TABELA 21	PRINCIPAIS PRODUTOS DAS IMPORTAÇÕES MARANHENSES DE 2018 A 2019*, VALORES EM US\$ MILHÕES, QUANTIDADE EM MIL TONELADAS E VARIAÇÃO (%)	49
TABELA 22	PRINCIPAIS COMPLEXOS E PRODUTOS EXPORTADOS POR PORTOS MARANHENSES DE 2018 ATÉ 2019*	50
TABELA 23	INVESTIMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS CONSOLIDADOS E EM ANDAMENTO POR ANO E CATEGORIA – 2015 A 2019	50

TABELA 24 MARANHÃO: VALOR DOS INVESTIMENTOS PRIVADOS ESTADUAIS EM ANDAMENTO POR CATEGORIA (EM R\$ BILHÕES) – 2019 A 2022	52
TABELA 25 MARANHÃO - PERFIL DOS DESALENTADOS DO MARANHÃO – 2º TRIMESTRE DE 2019..	53
TABELA 26 MARANHÃO: NÚMERO DE OCUPADOS (EM MIL PESSOAS), SEGUNDO OS GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE, DE 2017 A 2019; VARIAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO (%)	55
TABELA 27 BRASIL E MARANHÃO: NÚMERO DE OCUPADOS POR POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO, CATEGORIAS DE EMPREGO E TAXA DE CRESCIMENTO (%) DE 2017 A 2019 – EM MIL PESSOAS	56
TABELA 28 MARANHÃO: GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL DE 2017 A 2019*, SEGUNDO SUBSETORES DE ATIVIDADE; SALDO MENSAL, ACUMULADO E VARIAÇÃO ABSOLUTA	58
TABELA 29 MUNICÍPIOS MARANHENSES: SALDO DE EMPREGOS CELETISTAS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE: MAIORES E MENORES SALDOS DE CONTRATAÇÃO NO ACUMULADO* DE 2019	61
TABELA 30 MARANHÃO: RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, EM R\$ MILHÕES E % TOTAL, NO ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2019*	62
TABELA 31 MARANHÃO: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA O MARANHÃO EM 2018, EM JULHO DE 2018 E 2019, ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2018 E 2019 (EM R\$ MILHÕES CORRIGIDOS PELO IPCA DE JULHO DE 2019, CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA)	63
TABELA 32 MARANHÃO: ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS EM 2018, EM JULHO/18 E JULHO/19* (EM R\$ MILHÕES CORRIGIDOS PELO IPCA DE JULHO DE 2019), CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	64
TABELA 33 MARANHÃO: ARRECADAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM 2018, EM JULHO/18 E JULHO/19* (EM R\$ MILHÕES CORRIGIDOS PELO IPCA DE JULHO DE 2019), CRESCIMENTO REAL (%) E VARIAÇÃO ABSOLUTA	64
TABELA 34 MARANHÃO: DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL EM 2018 E ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2019 (EM R\$ MILHÕES)	65
TABELA 35 MARANHÃO: GASTOS POR FUNÇÃO NO ACUMULADO DE JANEIRO A JULHO DE 2019, EM R\$ MILHÕES E % DO TOTAL	67
TABELA 36 PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES MARANHENSE COM POTENCIAL DE SE BENEFICIAR DA GUERRA TARIFÁRIA: VALOR EXPORTADO PELO MARANHÃO À CHINA E AOS EUA, E VALOR IMPORTADO ENTRE EUA E CHINA NO COMÉRCIO BILATERAL – EM US\$ MILHÕES	69

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. CENÁRIO INTERNACIONAL	9
2. CENÁRIO NACIONAL	10
2.1. Nível de Atividades	10
2.1.1. Inflação, juros e câmbio.....	10
Cenário Político	13
2.1.2. Produto Interno Bruto.....	14
2.1.3. Agricultura.....	16
2.1.4. Indústria.....	18
2.1.5. Comércio.....	21
2.1.6. Serviços.....	23
2.1.7. Crédito.....	24
Financiamento Imobiliário.....	25
2.2. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	26
2.2.1. Balanço de Pagamentos.....	26
2.2.2. Commodities.....	27
2.2.3. Balança Comercial.....	29
2.3. Mercado de Trabalho	29
2.4. Finanças Públicas	32
3. CENÁRIO ESTADUAL	37
3.1. Nível de Atividades	37
3.1.1. Produto Interno Bruto.....	37
3.1.2. Produção Agrícola.....	39
3.1.3. Indústria.....	41
3.1.4. Comércio.....	43
3.1.5. Serviços.....	46
3.2. Comércio Exterior	47
3.2.1. Balança Comercial.....	47
3.2.2. Movimentação Portuária.....	49
3.3. Investimentos	50
3.4. Mercado de Trabalho	52
Abrangência Municipal	60
3.5. Finanças Públicas	62
BOX: Guerra Comercial e Relações Comerciais entre Maranhão, EUA e China	67

SUMÁRIO EXECUTIVO

No cenário internacional, os EUA e a China acordaram encontros em outubro/2019 para alinhamento de negociações, o que trouxe otimismo aos principais mercados globais. Ressalta-se também a crise cambial argentina, acentuada pela derrota do atual governo nas eleições primárias de agosto e pelo rebaixamento do país à posição de "momentaneamente inadimplente" pelas agências S&P e Moody's. A crise da Argentina, maior importador de veículos brasileiros, vem impactando fortemente as exportações industriais brasileiras. Diante das incertezas sobre a economia global, verificou-se aumento da instabilidade do real frente ao dólar, que registrou cotação de 4,13 (R\$/US\$) no último dia do mês de agosto.

No cenário nacional, a inflação medida pelo IPCA acumula alta de 2,42% de janeiro a julho, abaixo dos 2,94% registrados em igual período de 2018. Espera-se uma inflação controlada para o ano 2019, com expectativas de manutenção do atual ritmo inflacionário. A baixa pressão inflacionária ajuda no desenho de um contexto favorável para a redução da taxa de juros pelo Banco Central. Na reunião de setembro, o Copom reduziu a taxa selic de 6% para 5,5% ao ano. A decisão é compatível com a convergência da inflação para a meta de 4,25% em 2019.

Destaca-se o crescimento de 0,7% do PIB do país registrado no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Em contrapartida, a Indústria apresentou recuo no acumulado de janeiro a junho de 2019 (-0,4%), mesmo com a performance positiva da Indústria de Construção Civil no segundo trimestre do ano. Considerando a ótica da demanda, registrou-se o aumento de 3,1% da Formação Bruta de Capital Fixo. O Consumo das Famílias cresceu 1,5%, enquanto que o Consumo do Governo recuou em 0,3%. No setor externo, as Exportações (+1,4%) e as Importações (+1,0%) registraram expansão. Para o ano de 2019, a mediana da expectativa do mercado referente ao PIB (Focus), é que haja crescimento real de 0,87%, patamar menor do que o realizado em 2018 (1,1%). No início deste ano, o boletim Focus apontava um crescimento de 2,5%.

Em relação à abrangência estadual, a estimativa de crescimento do PIB maranhense para 2019 é de 0,98%, segundo estimativas do IMESC. Os setores com melhores desempenhos no Maranhão ano 2019 são os Terciário e Secundário. O crescimento estimado para o setor Terciário é de 1,3%, em 2019, influenciado pela alta de 3,3% no volume de serviços na variação interanual do acumulado de janeiro a junho. Soma-se a isso, a expectativa de maior dinamismo ocasionado pela liberação de saques das contas do FGTS e PIS, que irão injetar R\$ 728,1 milhões na economia maranhense a partir de setembro. No setor secundário, o crescimento esperado para a Indústria é de 1,2%, em 2019, sustentado pela Construção Civil que computou a geração de 1,6 mil empregos formais no período de junho a agosto de 2019. Em relação ao setor Agropecuário, a estimativa para o setor é de queda de -1,1%, devido as revisões nas produções de arroz e de mandioca, que vem sendo realizadas desde a divulgação dos resultados do último Censo Agropecuário. Esse resultado foi amenizado pelo forte crescimento dos grãos, que apresenta indicativos de uma produção recorde em 2019 (4,9 milhões de toneladas de grãos), puxada pelo desempenho da soja (+4,0%) e do milho (+36,5%) em relação ao ano anterior.

Sobre o comércio exterior, houve queda de 6,0% nos valores das exportações maranhenses, observadas principalmente na alumina calcinada, no período de Jan-jul. Essa redução se deve tanto a menor quantitativo quanto ao menor preço internacional do alumínio, que fechou julho/2019 em patamar 13,7% abaixo da cotação no mesmo período de 2018. Nas importações, houve aumento de 26,3% em valor, concentrado principalmente na maior aquisição de diesel (+60,9%) e gasolina (+202,4%), que foi influenciado pelo barateamento dos preços do petróleo, no comparativo interanual de janeiro a julho de 2019.

No que tange ao mercado de trabalho, o Maranhão apresentou resultado líquido positivo de 7,6 mil admissões, 2º melhor do Nordeste, saldo acumulado de janeiro a agosto de 2019. Esta também é a classificação do estado quando considerada a variação do estoque de empregos (+1,6%) entre os estados do Nordeste. O setor de Serviços capitaneou as contratações líquidas no ano, com a geração de 7 mil vagas de empregos com carteira.

No que se refere às finanças públicas, a Receita Total do estado do Maranhão foi de R\$ 11,4 bilhões, no acumulado de janeiro a julho de 2019. Desse total, 50,3% foi oriundo das Transferências Correntes, 42,2% das Receitas Tributárias. As despesas do estado, por sua vez, totalizaram R\$9,2 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2019. O menor patamar das despesas em relação às receitas é resultado da estratégia do Governo para buscar o equilíbrio fiscal frente aos impactos da lenta retomada do crescimento econômico. O Governo do Maranhão vem realizando cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens, telefones, dentre outras despesas que não impactam na qualidade dos serviços públicos, segundo a SEPLAN/MA.

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

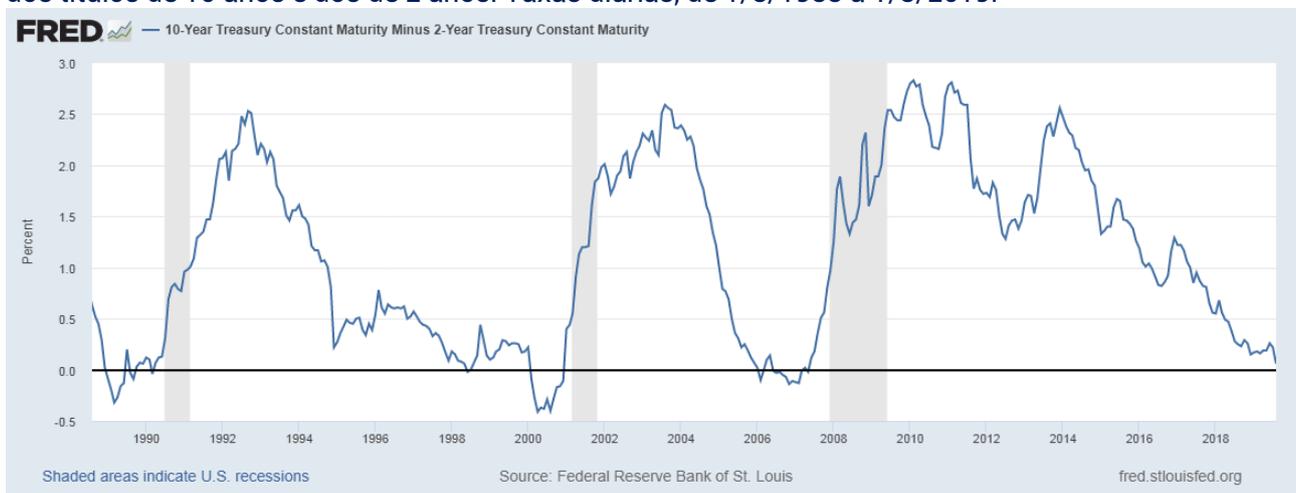
Inversão da curva de juros do Tesouro dos EUA e acirramento da Guerra Comercial contribuem para ambiente de incertezas na economia internacional.

A partir de agosto foi verificado um aumento da volatilidade de investimentos em ativos, sobretudo em países da América Latina, e do dólar em todo o mundo. Isto é decorrente, principalmente, da insegurança causada pela continuidade da guerra comercial, que vem contribuindo para uma da inversão da curva de juros do tesouro estadunidense. Outros fatores incluem a incerteza que circunda o processo de Brexit e manutenção do baixo crescimento no sul da Europa. A tal panorama se associa o recuo de 0,1% no PIB alemão no segundo trimestre de 2019, algo que não ocorria desde o primeiro trimestre de 2013 (-0,43%). Ressalta-se também a piora na situação argentina e possibilidade de contágio entre outros emergentes.

A curva de juros dos títulos do tesouro estadunidense começou a apresentar sinais de inversão, com o rendimento de títulos de 10 anos tendo caído para abaixo do de 2 anos, fato inédito em mais de 12 anos.

- A situação traduz um provável clima de incerteza quanto ao curto prazo entre investidores, levando-os a preferir títulos de prazo mais longo. Trata-se de um quadro atípico, pois investidores estão aceitando um rendimento menor por um investimento de longo prazo em relação a um título cujo prazo de resgate é mais curto.
- Caso se mantenha, o fenômeno deverá ser motivo de preocupação para o mercado, visto ser historicamente um prenúncio de recessão – uma inversão desse tipo antecedeu todas as crises econômicas desde o pós-guerra. As duas últimas crises financeiras, dos *subprime* em 2008 e a bolha da internet na virada do século, foram precedidas pelo movimento de inversão na taxa de juros, com um atraso de aproximadamente 2 anos.

Figura 1 - Taxa de rendimento de títulos do tesouro estadunidense: razão entre a taxa de rendimento dos títulos de 10 anos e dos de 2 anos. Taxas diárias, de 1/8/1988 a 1/8/2019.



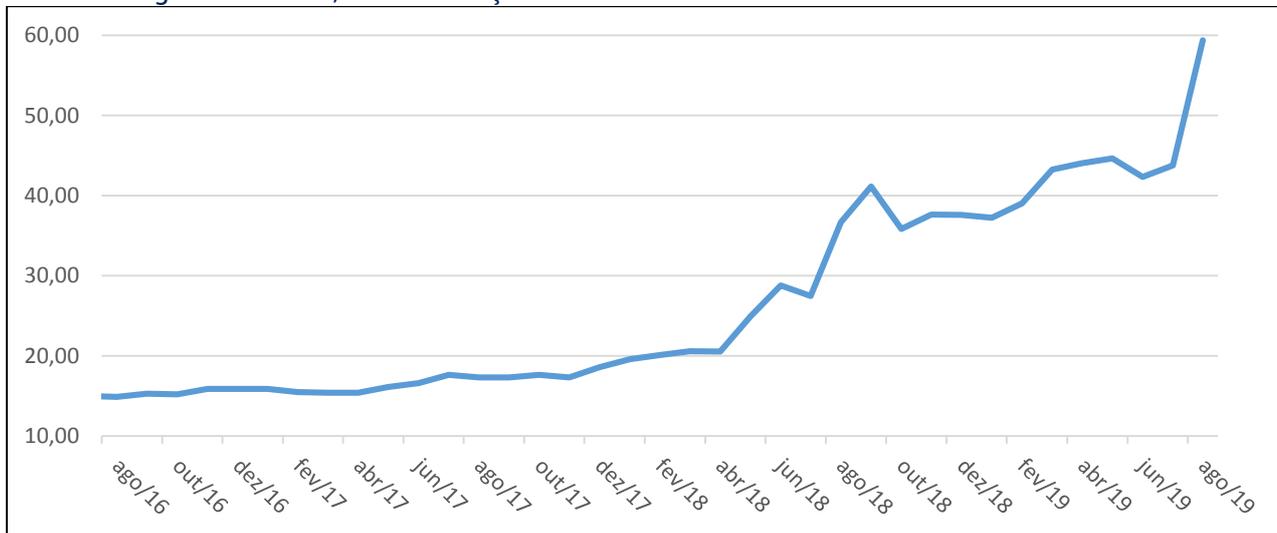
Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis. Áreas em cinza representam períodos de recessão.

Em relação à Argentina, o peso se desvalorizou em 35,7% entre julho e agosto de 2019, o que representa a maior perda de valor para a moeda desde que o país ingressou na atual crise cambial, em maio de 2018.

- O principal motivador foi a derrota do presidente argentino nas eleições primárias de agosto, num reflexo do temor de investidores quanto à possibilidade de uma vitória da chapa de oposição, levando à fuga de dólares.
- Em 2018 a Argentina recebeu o maior empréstimo já concedido pelo FMI, totalizando US\$57 bilhões, sob condições como zerar o déficit primário em 2019 e restringir intervenções no mercado cambial pelo Banco Central. No entanto, o fracasso nas primárias levou o governo a relaxar a política fiscal, reduzindo a probabilidade de cumprimento das metas.

- Sem capacidade para quitar empréstimos prestes a vencer, o governo vem tentando renegociar a dívida com seus maiores credores, o que levou o país a figurar como momentaneamente inadimplente por agências de rating como S&P e Moodys.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de câmbio entre o Peso Argentino (ARS) e o Dólar dos EUA (USD), janeiro de 2016 a agosto de 2019, última cotação do mês.



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

- Além da queda na demanda por exportações brasileiras, o cenário argentino impacta a estabilidade cambial do Brasil, ao aumentar a sensação de risco na região por investidores internacionais. Nesse sentido, o colchão de reservas internacionais mantido pelo Brasil¹ age como um seguro, reduzindo o risco de crise cambial, possibilitando ao Banco Central do Brasil atuar através da venda de reservas internacionais, como observou-se a partir de agosto. Vale ressaltar outras questões domésticas relacionadas ao cenário internacional:
- A insegurança proveniente da repercussão mundial do aumento de incêndios na Amazônia, vem levando marcas internacionais de calçados e acessórios a considerar suspender importação de couro brasileiro, tendo algumas delas já suspenso as aquisições. No Nordeste, o Maranhão foi o terceiro maior exportador de couro em 2018. Os líderes da França e da Irlanda afirmaram que, caso sejam mantidas as preocupações ambientais, votarão contra o acordo entre Mercosul e União Europeia.
- O governo brasileiro elevou de 600 para 750 milhões de litros a quantidade de etanol isenta de tarifa na importação, a pedido do governo estadunidense, país responsável por 99,8% do total importado do produto². O Maranhão é a principal porta de entrada de álcool, respondendo por 74,7% das importações brasileiras de etanol³, sendo o ICMS recolhido nesta transação uma das principais fontes de arrecadação do governo estadual.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Nível de Atividades

2.1.1. Inflação, juros e câmbio

Inflação: Aumento no custo dos alimentos pressiona a inflação no primeiro semestre

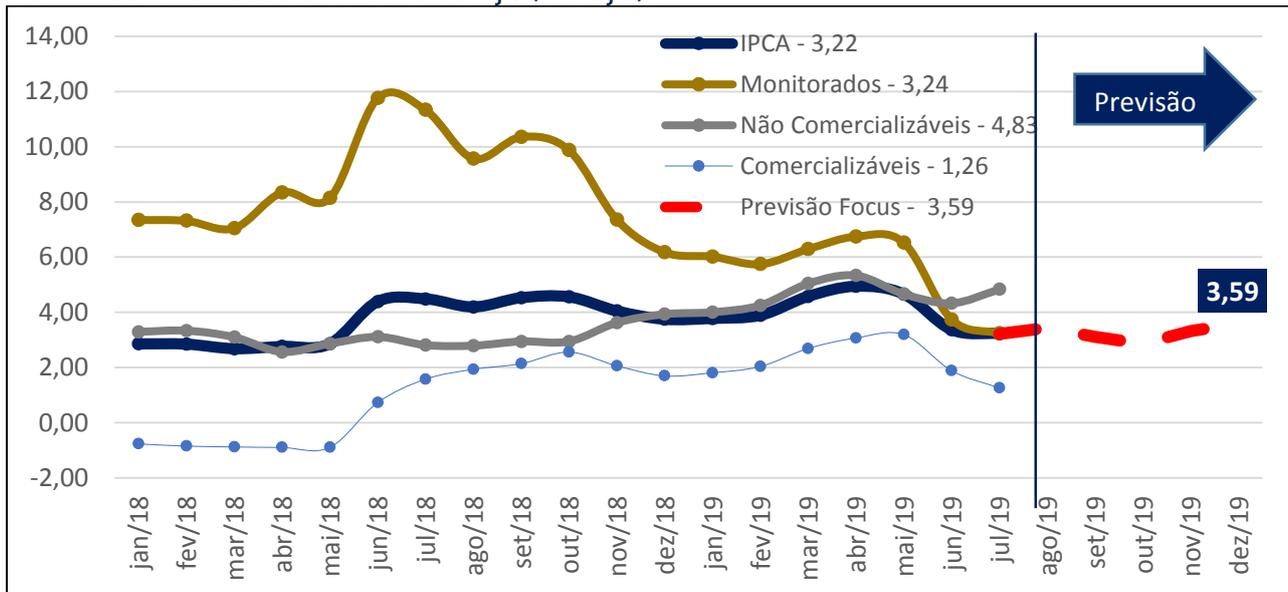
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula no ano alta de 2,42%, abaixo dos 2,94% registrados em igual período de 2018. Quando se considera a inflação acumulada em doze meses encerrados em julho, o IPCA apresentou variação de 3,22%, abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,25%).

¹ Ver Balanço de Pagamentos

² Média de 2016 a 2018.

³ Média de 2016 a 2018.

Gráfico 2 - Brasil: Evolução do IPCA; Monitorados⁴, Não Comercializáveis⁵ e Comercializáveis⁶; Percentual Acumulado em 12 Meses - jan/18 a jul/19



Fonte: IPCA/IBGE; Focus/BCB.

A variação mensal da inflação em julho registrou aumento de 0,19%, os grupos *Habituação* e *Transportes* foram os de maiores variações no IPCA. O grupo *Habituação* foi o principal destaque no mês, ao aumentar 1,20% ante junho. Esse grupo foi responsável por acrescentar 0,19 pontos percentuais (p.p.) ao IPCA. Somada a isso, a variação negativa de 0,17% contra o mês anterior no grupo *Transportes* contribuiu para o resultado no índice geral.

- Dentro do grupo *Habituação*, o principal impactante foi o item Energia Elétrica, que terminou o mês com aumento de 4,48% em julho, após reduzir 1,11% em junho. Foi o item que mais impactou o IPCA, adicionando 0,18 p.p. ao resultado do mês. A pressão inflacionária neste setor é reflexo do custo adicional de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatts-hora devido à vigência da bandeira tarifária amarela para mês de julho⁷.
- No grupo *Transportes*, o principal impactante foi o item *Combustíveis* (-2,79%), sendo este o de maior impacto negativo no IPCA, responsável por retirar 0,15 p.p. Por sua vez, o produto que mais influenciou esse item foi a *Gasolina* (-2,80%). Este resultado foi influenciado pela queda de 2,1% na taxa de câmbio de julho em relação a junho (média mensal).

A inflação nos primeiros seis meses foi influenciada principalmente pelo aumento no custo dos alimentos, o que pode ser explicado pelo nível de chuvas. Outro fator a se destacar é a pressão ocorrida no preço dos combustíveis no Brasil, oriunda da variação na cotação internacional do petróleo e do avanço da taxa de câmbio frente ao real. Mesmo com a forte variação de alguns grupos, o IPCA se mantém abaixo da meta estabelecida pelo Banco central devido a acomodação do restante dos grupos.

Espera-se uma inflação controlada para o ano 2019, com expectativas de manutenção do atual ritmo inflacionário. A baixa pressão inflacionária do acumulado do ano ajuda no desenho de um contexto favorável para a redução da taxa de juros pelo Banco Central. No segundo semestre a pressão inflacionária pode ocorrer através de um eventual aumento no custo da energia elétrica devido a uma possível redução do nível de chuvas e aceleração no preço dos combustíveis, dada a possibilidade de valorização do dólar.

⁴ São diretamente regulados pelo governo ou por alguma agência reguladora incluem: Serviços públicos e residenciais, transporte público, gasolina e óleo diesel, plano de saúde, produtos farmacêuticos, pedágio, licenciamento.

⁵ Aqueles que não sofrem competição externa, incluem: Produtos in natura, alimentação fora do domicílio, aluguel, habitação-despesas operacionais, entre outros.

⁶ Aqueles que sofrem competição externa, incluem: Alimentos industrializados e semi-elaborados, artigos de higiene e beleza, mobiliário, utensílios domésticos, equipamentos eletro-eletrônicos, entre outros.

⁷ http://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao/asset_publisher/XGPXSqdMFHrE/content/em-julho-bandeira-amarela/656877?inheritRedirect=false

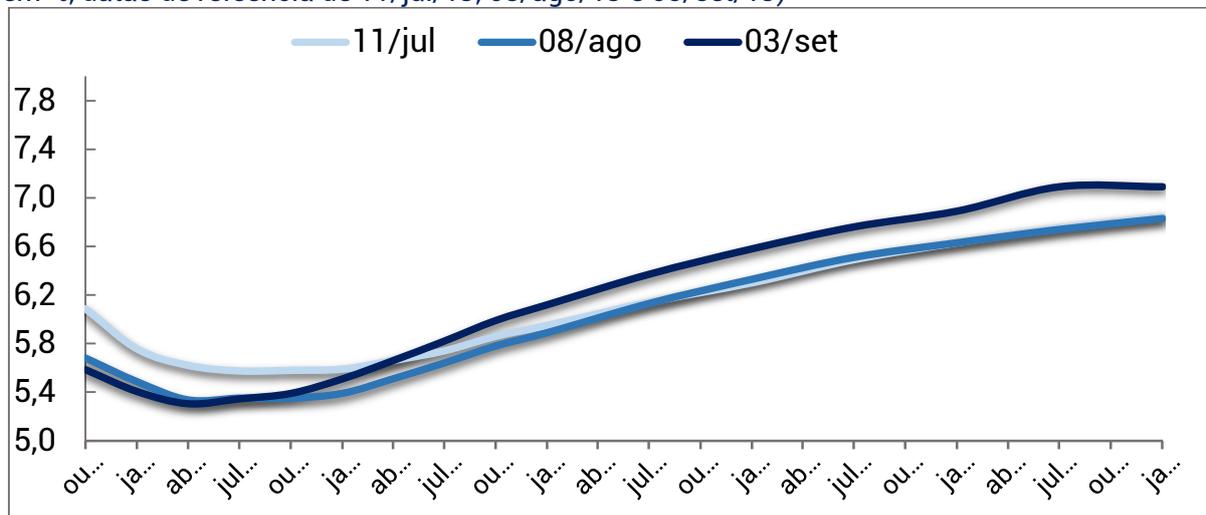
Juros: Redução da taxa SELIC inaugura nova mínima histórica

A curva de juros futuros apresentou decréscimo no curto prazo e elevação a partir de abril de 2020. A diferença entre as curvas do dia 08 de agosto e 3 de setembro se mostrou pequena, chegando a 3 pontos base (pb).

Em sua 225ª reunião, o COPOM⁸ decidiu pela redução da SELIC para 5,5% a.a.. A decisão inaugurou uma nova mínima histórica da taxa básica de juros da economia. A possibilidade de corte na taxa de juros esperada pelo mercado é fortalecida por um cenário com baixa aceleração da inflação e continuidade da ociosidade dos fatores de produção.

De acordo com o Banco Central, os níveis de inflação mostram-se acomodados, mesmo com o cenário externo adverso decorrente das disputas comerciais entre China e Estados Unidos e pelo Brexit⁹, que podem intensificar a aceleração da taxa de câmbio, tal cenário aponta o descolamento das curvas na ponta.

Gráfico 3 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre out/19 e jan/25, em %, datas de referência de 11/jul/19, 08/ago/19 e 03/set/19)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA

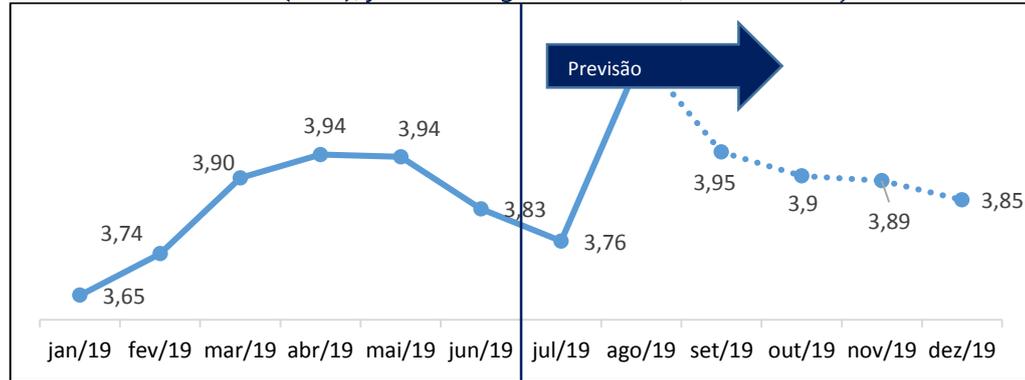
Câmbio: Crise cambial argentina e incertezas sobre a economia global favorecem instabilidade do real frente ao dólar.

Apesar de o Brasil e a Argentina estarem em posições bastante distintas quando se trata de risco cambial, os países compartilham similaridades em sua história econômica recente, além de serem importantes parceiros comerciais e parte do mesmo bloco econômico. Assim, o mercado tende a associar a trajetória dos dois países, de modo que, incertezas quanto à Argentina contagiam as expectativas sobre a economia brasileira. De fato, o real acompanhou o peso argentino em sua queda de agosto, apesar da posição mais confortável da moeda brasileira, sustentada pelos altos níveis de reservas externas em posse do Banco Central do Brasil.

⁸ O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic.

⁹ Em relação à Guerra comercial, consultar a seção Internacional. Para informações sobre o BREXIT, consultar o Boletim de conjuntura econômica Maranhense do 2º Trimestre/2019

Gráfico 4 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, Real Brasileiro (BRL) comparado com o Dólar dos EUA (USD), janeiro a agosto de 2019, última cotação do mês.



Fonte: Banco Central do Brasil; Previsões em pontilhado (média mensal)

De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central, o mercado espera que o real recupere seu valor nos próximos meses, com a taxa de câmbio fechando o ano na casa dos R\$3,80/US\$. Isto dependerá:

- Externamente: do desenrolar da crise argentina, dos próximos passos dos EUA e da China na disputa comercial
- Internamente: do melhor desempenho da economia e das privatizações, tendo em vista o potencial influxo de dólares advindo da aquisição de ativos nacionais por capital estrangeiro.

Cenário Político

Reforma Tributária passa a ser prioridade do Governo Federal.

O Congresso Nacional aguarda o envio de uma proposta do executivo para a Reforma Tributária, para ser analisada junto com as propostas da Câmara e do Senado. A implementação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) tem maior concordância, apesar de o governo sinalizar a unificação apenas dos impostos federais, enquanto a proposta da Câmara unificaria todos os impostos sobre bens e serviços. O Planalto também estuda instituir um imposto nos moldes da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) para compensar uma possível redução dos encargos sobre salários e uma reforma do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física), contemplando um IR negativo¹⁰ e limite para deduções de gastos com saúde. Secretários estaduais de Fazenda redigiram uma proposta própria baseada no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que propõe unificar cinco tributos estaduais e municipais sobre consumo¹¹.

Outros destaques do período:

- O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 102 correspondente à parte da PEC da Cessão Onerosa que permite a divisão dos recursos obtidos pela União com os leilões do pré-sal com estados e municípios. A outra parte, que define os percentuais a serem repartidos com os entes federados, será discutida numa PEC paralela. Prevê-se o rateio nos moldes das transferências constitucionais para estados e municípios, de aproximadamente de R\$ 21 bilhões, provenientes de recursos do próximo leilão, marcado para novembro de 2019.
- A PEC da Reforma da Previdência foi aprovada pelo plenário do Senado em primeiro turno. Foram rejeitadas a inclusão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as restrições ao abono salarial. Além disso, o salário mínimo passará a ser piso para pensão por morte, ex-congressistas integrarão o novo sistema e anistiados políticos poderão acumular benefícios. Trabalhadores informais e de profissões com riscos de saúde também foram beneficiados

¹⁰ Um tipo de programa de renda mínima, onde se estabelece uma faixa de renda abaixo da qual o indivíduo passa a ser receptor do dinheiro vindo de impostos.

¹¹ PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

pelos destaques do Senado. Os primeiros terão alíquotas mais baixas de contribuição e os últimos terão regras de transição mais suaves. O Sistema de aposentadoria em estados e municípios deverá tramitar em uma PEC paralela, enquanto a previdência dos militares deve ser votada em setembro. Apesar do sucesso do governo na aprovação da Reforma na Câmara dos Deputados em 7 de agosto, as expectativas de crescimento da economia brasileira para 2019 se deterioraram.

- Após a venda da BR Distribuidora, o governo anunciou uma lista com 17 empresas estatais¹² a serem privatizadas.
- A Lei da Liberdade Econômica foi aprovada pelo Senado, seguindo para sanção presidencial. A medida pretende flexibilizar regras trabalhistas, facilitar a abertura de empresas e desburocratizar. Pontos principais do texto:
 - a. Elimina alvará para atividades de baixo risco. Na ausência de regras locais, o Poder Executivo definirá quais atividades se encaixam na categoria;
 - b. Desobriga registro de ponto para empresas com 20 funcionários ou menos, além de permitir registro de ponto por exceção;
 - c. Obriga registro de trabalho fora do estabelecimento;
 - d. Substitui o e-Social por um sistema mais simples;
 - e. Institui a Carteira de Trabalho Eletrônica;
 - f. Confere valor jurídico a documentos públicos digitalizados;
 - g. Cria a figura do "abuso regulatório", que visa impedir excessos;
 - h. Separa o patrimônio da empresa do patrimônio de seus sócios;
 - i. Extingue o Fundo Soberano;
 - j. Define as regras para fundos de investimento;
 - k. Confere liberdade de interpretação para acordo entre as partes de um negócio;
 - l. CARF e PGFN passam a poder editar súmulas tributárias vinculantes.

Assim como foi com a Reforma da Previdência, o governo aposta nessas medidas para alavancar o investimento privado e recuperar a economia, expectativas que, no caso da Reforma, foram em grande parte frustradas.

2.1.2. Produto Interno Bruto

Crescimento de 0,4% no segundo trimestre eliminou o risco de recessão técnica em 2019.

Segundo os dados das Contas Trimestrais do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou variação positiva de 0,4% no segundo trimestre de 2019, comparado ao primeiro. Assim, o resultado afastou o temor de uma recessão técnica – caracterizada quando ocorrem dois trimestres seguidos de retração.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano, analisando-se a composição do PIB trimestral sob a ótica da oferta, a maior alta foi registrada na Indústria (0,7%), seguida de Serviços (0,3%), enquanto a Agropecuária registrou queda de 0,4%.

¹² EMGEA, ABGF, Serpro, Dataprev, Casa da Moeda, Ceagesp, Ceasaminas, CBTU, Trensurb, Codesa, EBC, Ceitec, Telebrás, Correios, Eletrobrás, Lotex e Codesp

Tabela 1 - Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (base: Trimestre anterior), de 2017 a 2019

PIB Trimestral	2017				2018				2019	
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri
Ótica da Oferta										
Agropecuária	14,7	-5,2	-2,8	-0,4	5,0	-1,4	-0,3	-0,4	1,6	-0,4
Indústria	1,2	-0,2	0,4	1,1	-0,1	-0,6	0,5	-0,3	-0,5	0,7
Serviços	0,5	0,9	0,4	0,2	0,2	0,2	0,5	0,2	0,2	0,3
PIB	1,6	0,2	0,1	0,3	0,6	-0,1	0,5	0,1	-0,1	0,4
Ótica da Demanda										
Consumo das Famílias	0,5	1,2	1,1	0,3	0,4	0,0	0,6	0,5	0,3	0,3
Consumo do Governo	-0,8	0,7	-0,5	0,8	-0,4	-0,2	0,2	-0,3	0,5	-1,0
FBCF	0,9	-0,7	0,6	2,7	0,4	-0,8	5,0	-1,6	-1,2	3,2
Exportação	6,1	3,9	0,9	-2,7	2,3	-1,6	4,3	3,4	-2,9	-1,6
Importação	2,2	-1,6	3,1	4,2	2,5	-2,8	8,9	-5,4	0,9	1,0

Fonte: SNCT/IBGE

No que se refere à Indústria, o bom resultado é decorrente, principalmente, da Indústria de Transformação (+2%) e da Construção (+1,9%), resultado este que configura o primeiro avanço após 20 trimestres consecutivos de queda. A Construção Civil se beneficiou no segundo trimestre, em grande medida, do período mais favorável para aquisição de imóveis, com boa oferta de crédito imobiliário, juros e inflação baixos. Destaca-se que a atividade da Construção é a que detém maior peso na Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF¹³ (cerca de 50%).

Em relação aos Serviços, os segmentos que mais se destacaram foram:

- as Atividades imobiliárias (0,7%), influenciada pelo dinamismo da Construção Civil, considerando o mesmo período de referência.
- e Comércio (0,7%), tendo em vista ampliação da massa de rendimentos do país (+0,2%), no segundo trimestre em relação ao primeiro, em termos reais.
- Em contrapartida, a atividade de Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,6%) registrou desempenho negativo, influenciada pela redução de despesas do Governo Federal, Governos Regionais, especialmente em gastos discricionários.

Na Agropecuária, o recuo é atribuído à diminuição 0,88% na da produção de soja ante o primeiro trimestre de 2019, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Destaca-se que a soja tem maior peso e representa mais da metade da safra de grãos do país.

Pela ótica da Demanda, o componente de maior impulso ao PIB no segundo trimestre foi a FBCF, com o crescimento de 3,2% contra o primeiro trimestre de 2019 e avanço de 5,2% frente ao mesmo período do ano passado.¹⁴ A taxa de investimentos do país - medida pela relação entre a FBCF e o PIB - atingiu 15,9% no segundo trimestre deste ano, superior ao resultado registrado no mesmo período do ano passado (15,2%), contudo, o patamar ainda está distante do registrado em 2013 (21,7%).

PIB nacional registra alta de 0,7% no primeiro semestre de 2019

O PIB cresceu 0,7% no 1º semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, nesta base de comparação, houve desempenho positivo nos Serviços (1,2%) e na Agropecuária (0,1%), enquanto que na Indústria (-0,4%) houve performance negativa.

Nos Serviços, ocorreram avanços principalmente nos segmentos de Informação e comunicação (3,4%) e Atividades imobiliárias (2,8%). O Comércio também foi positivo (1,3%), e a Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social registrou avanço de 0,2%.

¹³ Este foi o componente que registrou maior aumento no PIB pela ótica da demanda.

¹⁴ Segundo Rebeca Palis, chefe do departamento de Contas Nacionais do IBGE, a melhora na atividade da construção foi impulsionada principalmente pela construção de imóveis, e não por obras de infraestrutura. Disponível em: <https://www.valor.com.br/>; acesso em: 02 de setembro de 2019.

Dentre as atividades industriais, a Indústria Extrativa (-6,3%) e a Construção (-0,1%) apresentaram desempenho negativo no primeiro semestre do ano. Já a Indústria de Transformação (0,0%) registrou estabilidade.

Nessa comparação, pela ótica da demanda, destaca-se o aumento de 3,1% da Formação Bruta de Capital Fixo. O Consumo das Famílias cresceu 1,5%, enquanto que o Consumo do Governo recuou em 0,3%. No setor externo, as Exportações (+1,4%) e as Importações (+1,0%) registraram expansão.

Destaca-se que, crescimento do PIB do país registrado no segundo trimestre (+0,4%) contribuiu pra a variação positiva no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Em contrapartida, a Indústria apresentou recuo no acumulado de janeiro a junho de 2019, mesmo com a performance positiva da Indústria de Construção Civil no segundo trimestre.

Para o ano de 2019, a mediana da expectativa do mercado referente ao PIB (Focus15), é que haja crescimento real de 0,87%, patamar menor do que o realizado em 2018 (1,1%). No início deste ano, o boletim Focus apontava um crescimento de 2,5%.

Para a Agropecuária, a previsão de crescimento é de 0,7% em 2019, impulsionada pelo bom desempenho da produção de grãos (+6,1%), com destaque para o milho (+21,4%), segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE de agosto de 2019.

Para a Indústria, é previsto um crescimento de apenas 0,4% em 2019, decorrente da queda no volume de produção da Indústria de Transformação, principalmente da redução das exportações para a Argentina (o país está em recessão), e da Indústria Extrativa (queda de 13,7% na variação do acumulado de janeiro a junho de 2019), comprometida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho-MG.

Para o setor de Serviços, que representa cerca de 70% do PIB do país, está prevista uma alta de 1,3% em 2019, a ser influenciada pelo aumento na massa de rendimentos do trabalho e pela previsão de desempenho moderado do Comércio.

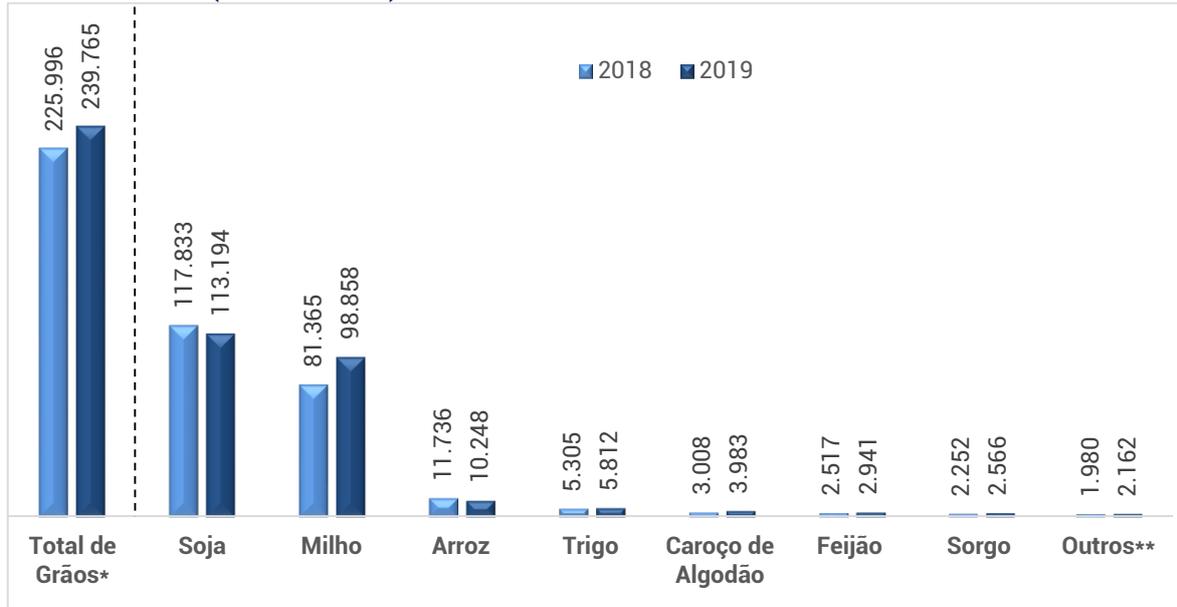
2.1.3. Agricultura

A produção de grãos deve apresentar safra recorde de 239,8 milhões de toneladas em 2019, impulsionada pelo milho

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) realizado em agosto de 2019 pelo IBGE, a produção estimada de grãos deve apresentar safra recorde no Brasil, quando se espera colher cerca de 239,8 milhões de toneladas. Tal resultado representa um aumento de 6,1% no total produzido em comparação ao ano de 2018, quando estimou-se 226 milhões de toneladas. O principal responsável pelo crescimento na produção foi o milho, em especial da segunda safra, conforme detalhado a seguir.

¹⁵ Previsão divulgada em 02/09/2019, pelo BCB.

Gráfico 5 - Estimativa da produção das culturas de grãos acompanhadas pelo LSPA do Brasil – 2018 e 2019* (mil toneladas)



Fonte: LSPA/IBGE *Cereais, leguminosas e oleaginosas. **Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Girassol, Mamona e Triticale.

- Na estimativa divulgada em ago/2019, o milho deve apresentar variação de 21,5% no total produzido em 2019, na comparação com 2018, atingindo um patamar esperado de quase 99 milhões de toneladas. A segunda safra foi a grande responsável pelo crescimento dessa cultura, apresentando rendimento médio 19,1% superior ao ano passado, devido às chuvas que favoreceram o desenvolvimento das plantas.
- A soja deve registrar uma produção de 113 milhões de toneladas, 3,9% menor que em 2018. Apesar do aumento de 2,3% na área colhida, o período de estiagem no final do ano passado, nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, afetou a produtividade (-6,1%) e impactou na quantidade produzida. Vale destacar que a participação da soja no total de grãos é de 47,2%.
- A estimativa para o arroz permanece em baixa, com decréscimo de 12,7% na produção em comparação ao ano passado. O Rio Grande do Sul, que é o maior produtor de arroz do país com aproximadamente 70% do total produzido, apresentou variação negativa de 14,6%, devido em grande parte à substituição da rizicultura pela cultura da soja no estado, em função dos preços pouco compensadores.
- O algodão foi a cultura que apresentou maior crescimento na produção (32,4%), devendo atingir um patamar recorde de 6,5 milhões de toneladas. O caroço de algodão, que corresponde a 61% do peso, segundo metodologia do IBGE, deve alcançar cerca de 4 milhões de toneladas.

Para a safra 2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estima uma produção total de grãos de 242 milhões de toneladas. Para o milho, são esperadas 93 milhões de toneladas, enquanto que a soja deve alcançar 120 milhões.

Tabela 2 - Estimativa da produção (mil toneladas) e participação (%) das culturas de grãos acompanhadas pelo LSPA do Brasil – Ago/19.

Produto da lavoura	Produção	Participação
Total de Grãos*	239.765	100,0%
Soja	113.194	47,2%
Milho	98.858	41,2%
Arroz	10.248	4,3%
Trigo	5.812	2,4%
Caroço de Algodão	3.983	1,7%
Feijão	2.941	1,2%
Sorgo	2.566	1,1%
Outros**	2.162	0,9%

Fonte: LSPA/IBGE *Cereais, leguminosas e oleaginosas. **Amendoim, Aveia, Centeio, Cevada, Girassol, Mamona e Triticale.

Outras culturas das lavouras temporárias que se destacaram foram a mandioca e a cana-de-açúcar.

- A mandioca registrou crescimento de 3,8% no levantamento de julho em relação à 2018, alcançando pouco mais de 20 milhões de toneladas. Estima-se que os Estados do Pará (20%) e Paraná (17%) obtenham a maior parte da produção, ainda que tal cultura esteja presente em todos os estados da federação.
- Já a cana-de-açúcar, outra importante lavoura do país, deve produzir 665 milhões de toneladas em 2019, patamar 1,4% inferior ao registrado em 2018. A produção está concentrada nos Estados de São Paulo (51%), Goiás (12%) e Minas Gerais (11%).

2.1.4. Indústria

Produção industrial recua 1,6% no primeiro semestre de 2019

Dados da Pesquisa Industrial Mensal/IBGE mostram que em junho de 2019, a produção industrial nacional variou negativamente 0,6% frente a maio. Esse foi o quarto resultado negativo no ano e o pior para meses de junho desde 2016 (-1,1%). No acumulado de janeiro a junho deste ano, a indústria teve queda de 1,6%, superior à diminuição registrada no acumulado em 12 meses até junho de 2019 (-0,8%). Tais dados reafirmam as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional em meio a um contexto de morosidade da economia brasileira, associada a elevada ociosidade dos fatores de produção. Ressalta-se ainda os efeitos negativos do incidente da Vale em Brumadinho, em janeiro de 2019, sobre a indústria extrativa. Esse segmento encolheu 13,7% no período¹⁶, devido a uma menor extração de minério de ferro.

Tabela 3 - Brasil: Variação da produção Industrial por Categoria de Uso - Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em jun/19, Comparações Interanual: Mensal, Acumulado do ano e em 12 meses

Categoria de uso	% contra mês anterior			MoM	Acum. Ano	12 meses
	(c/ ajuste sazonal)					
	abr/19	mai/19	jun/19			
Indústria geral	0,3	-0,1	-0,6	-5,9	-1,6	-0,8
Bens de capital	3,2	0,5	-0,4	-3,5	0,9	3,1
Bens intermediários	-1,6	1,4	-0,3	-6,4	-2,7	-1,6
Bens de consumo	3,0	-2,1	-0,8	-5,3	0,5	0,2
Bens de consumo duráveis	3,7	-2,4	-0,6	-6,1	1,8	2,1
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	2,6	-1,6	-1,2	-5,0	0,1	-0,3

Fonte: PIM-PF/IBGE

¹⁶ Se esse resultado negativo não fosse computado no cálculo de resultado da indústria geral, teria havido uma leve expansão de 0,2% nos primeiros seis meses do ano.

A produção de bens de capital, que reflete investimentos, recuou 0,4% em junho de 2019, na comparação com maio do mesmo ano. Todavia, o resultado para os seis primeiros meses do ano ainda é positivo (0,9%). Na composição da categoria, ressalta-se o desempenho dos Bens de Capital voltados para a construção, que variou 7,2% no comparativo interanual do acumulado do ano.

A produção de bens intermediários, isto é, insumos industrializados usados no setor produtivo, quando comparado ao acumulado do ano anterior, acumula queda de 2,7% em razão, principalmente, da menor produção de minério de ferro no primeiro trimestre do ano. Ademais, vale destacar o resultado positivo do grupamento de insumos típicos para Construção Civil (2,15%) no ano de 2019 em relação a 2018. O índice de evolução do nível de atividade da Indústria da Construção Civil, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), corrobora com a trajetória de alta desse subsetor ao apontar aumento pelo quinto mês consecutivo, acumulando crescimento de 4,2 no período.

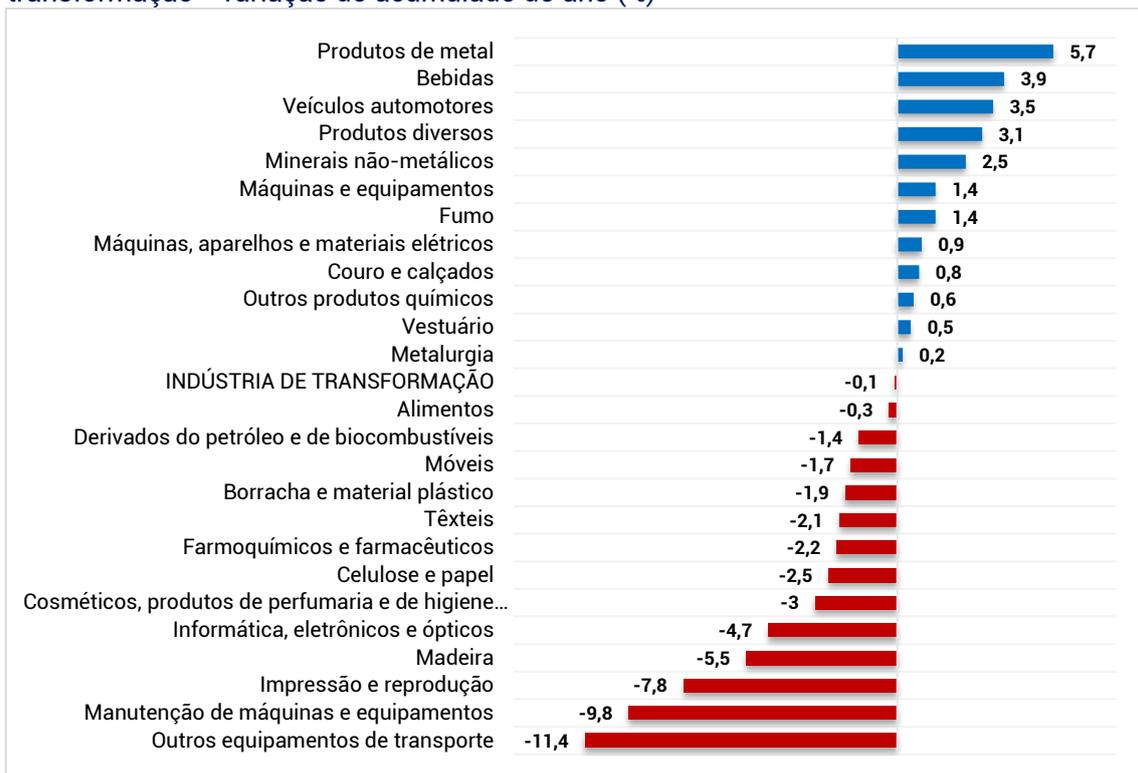
No segmento de bens duráveis, no comparativo entre os acumulados de 2019 e 2018, a produção mostrou avanço de 1,8%, puxada por um maior consumo interno de automóveis e eletrodomésticos da linha branca. A categoria de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, que reflete diretamente o consumo diário das famílias, permaneceu estável (+0,1%) no acumulado do ano, todavia, apresentou a maior queda dentre as categorias (-1,2%) na comparação com o mês maio.

A Indústria de transformação apresentou perdas em 13 das 25 atividades

No índice acumulado para janeiro a junho de 2019, frente a igual período do ano anterior, a indústria de transformação apresentou perdas em 13 dos 25 ramos destacados. Dentre as atividades, *outros equipamentos de transporte* (-11,2%) exerceu o pior desempenho em termos de variação. Vale destacar também as contribuições negativas do ramo de *manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos* (-10,4%) e de *Impressão e reprodução de gravações* (-8,9%).

Por outro lado, entre as doze atividades que cresceram, a principal influência, em relação ao peso para composição da indústria geral, foi *Veículos automotores, reboques e carrocerias* (3,5%). Outras contribuições positivas relevantes vieram de *Bebidas* (5,7%) e de *Produtos de metal* (5,8%).

Gráfico 6 - Brasil: Variação mensal da produção física por atividade da Indústria de transformação - variação do acumulado do ano (%)

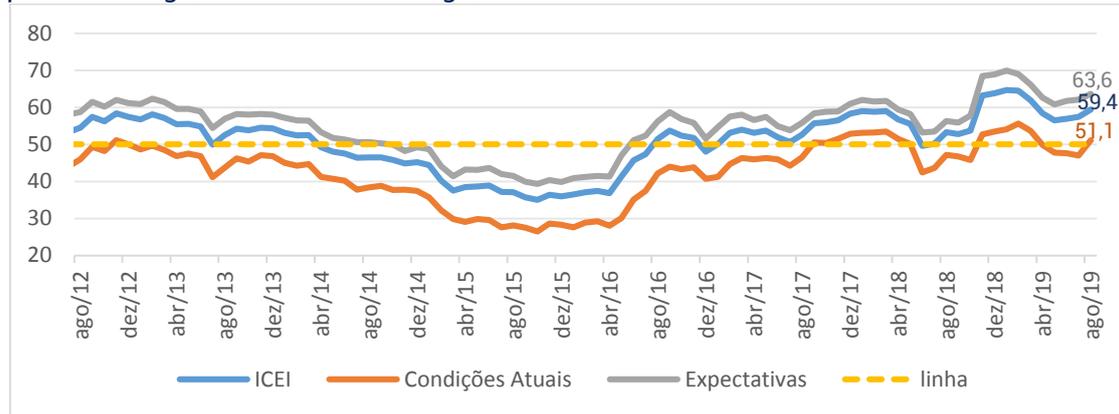


Fonte: PIM-PF/IBGE

Confiança do Empresário industrial cresce por três meses consecutivos, decorrente da elevação do otimismo a médio prazo e da percepção de melhora nas condições correntes dos negócios.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) nacional registrou 59,4 pontos em agosto de 2019, esse foi o terceiro aumento consecutivo do indicador. Mesmo com trajetória positiva, o índice ainda se encontra abaixo do patamar registrado no início do ano, quando registrou recorde de 64,7 em fevereiro de 2019. Dessa forma, a confiança está em um patamar considerado elevado, pois encontra-se 4,9 pontos acima de sua média histórica.

Gráfico 7 - Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial, resultados mensais do período de ago/12 encerrado em ago/19



Fonte: ICEI/CNI

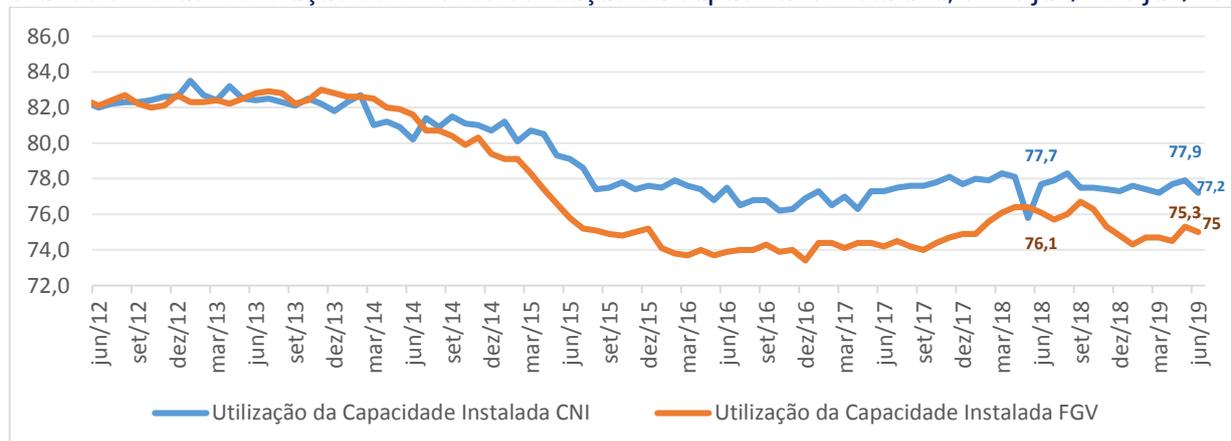
O aumento do ICEI em agosto decorre tanto do aumento do otimismo em relação ao médio prazo, medido pelo índice de expectativas (+7,3 p.), quanto da percepção de melhora nas condições correntes dos negócios, índice de condições Atuais (3,9 p.), quando comparados com agosto de 2018.

A Utilização da Capacidade Instalada recua em junho de 2019

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) de junho de 2019, estimado pela CNI, recuou para 77,2%. O percentual é 0,7 p.p. inferior ao assinalado em maio. A UCI média no primeiro semestre de 2019 é 0,1 ponto percentual inferior a estimada no mesmo período de 2018. Tem-se a mesma tendência auferida pelo índice similar medido pela FGV, que registrou recuo de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior e a queda de 1,4 p.p no comparativo interanual.

Fatores como a frustração da expectativa de retomada do crescimento econômico e a demanda reprimida explicam o patamar de utilização da capacidade instalada ainda menor que o do ano passado.

Gráfico 8 - Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre jun/12 e jun/19



Fonte: NUCI/FGV; CNI

A expectativa para os próximos meses é de que haja novas quedas para a produção. Há indicativos de queda nas exportações, em especial para a Argentina¹⁷, sendo este um dos principais clientes dos produtos do setor automobilístico brasileiro. Porém, a melhora da confiança, o saque do FGTS e do PIS/Pasep, a queda dos juros e a base de comparação fraca do quarto trimestre de 2018 trazem expectativas de recuperação até o final do ano. Segundo o relatório Focus de agosto de 2019, o crescimento da produção industrial previsto para 2019 será em torno de 0,08%.

2.1.5. Comércio

Comércio Varejista Ampliado registra crescimento de 3,2% no primeiro semestre de 2019.

A alta do varejo ampliado de 1,7% neste comparativo interanual se deve ao crescimento do volume de vendas do segmento Veículos, motos, partes e peças que possui o segundo maior peso em vendas dentro do varejo ampliado e cresceu 10% segundo a PMC. Dentre os segmentos de maior peso no volume de vendas do varejo ampliado, o segmento Material de construção apresentou o maior recuo, caindo 3,6% neste mesmo comparativo.

No acumulado do ano 2019 até junho, o varejo ampliado cresceu 3,2% no comparativo com igual período do ano anterior. O segmento que mais contribuiu para esta alta foi Veículos, motos, partes e peças que cresceu 11%, acompanhado pelo segmento Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos., perfumaria e cosméticos que subiu 6,2% neste mesmo comparativo.

No acumulado dos últimos doze meses, o comércio varejista ampliado cresceu 3,7% impulsionado pelas vendas do segmento Veículos, motos, partes e peças que subiu 12,4%. O segmento outros artigos de uso pessoal e doméstico subiu 6,0%.

Tabela 4 - Brasil: Evolução (%) do Volume de Vendas do Comércio Varejista e Comércio Varejista Ampliado, segundo as atividades de divulgação, em junho de 2019. Base 2014=100.

Atividades	Variação Mensal % (*)			JUN/19 (**)	Acum. ano (%)	12 meses %	Participação no Varejo ampliado %
	ABR.19	MAI.19	JUN.19				
Comércio Varejista Ampliado (i, ii e iii)	0,2	0,5	0	1,7	3,2	3,7	100,0
Veículos, motocicletas, partes e peças (i)	0,4	-0,4	3,6	10,0	11,0	12,4	24,2
Material de construção (ii)	2,0	-2,8	-1,2	-3,6	3,8	3,0	8,9
Comércio Varejista Restrito (iii)	-0,4	0	0,1	-0,3	0,6	1,1	-
Combustíveis e lubrificantes	0,5	-0,8	-1,4	0,5	-0,1	-2,1	8,3
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	-2,0	1,7	0,0	0,7	-0,3	1,0	30,5
Tecidos, vestuário e calçados	-4,7	1,8	1,5	-1,1	-0,4	-0,1	6,2
Móveis e eletrodomésticos	1,5	-0,4	-1,0	-6,5	-1,1	-2,0	7,4
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-0,7	1,0	0,3	5,0	6,2	6,1	5,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,6	0,4	-0,8	-26,2	-27,0	-24,6	0,6
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-6,5	1,1	-2,4	-8,8	-0,1	0,3	0,9
Outros art. uso pessoal e doméstico	-0,8	-1,5	0,1	-0,8	4,4	6,0	7,8

Fonte: PMC, IBGE

O volume de vendas de junho de 2019 em comparação ao mês anterior apresentou estabilidade (0,0%) no varejo ampliado, com o segmento de *Veículos, motocicletas, partes e peças* obtendo a maior alta dentre as variações mensais, crescendo 3,6%. O segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebida e fumo* foi aquele que tem o maior impacto no resultado geral do varejo ampliado, pois seu peso é de 30,5% do resultado global do volume de vendas do varejo ampliado, teve resultado estável (0,0%).

O bom desempenho em volume de vendas do segmento Veículos, motocicletas, partes e peças foi favorecido pelos aumentos da massa de rendimentos (2,4%) e da ocupação (2,6%) no segundo trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018 segundo dados da PNAD. Existe tendência de manutenção do ritmo de crescimento deste setor no próximo mês, diante dos dados da

¹⁷ Segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) o número de unidades de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus exportadas caiu 15,3% na comparação entre os meses de julho de 2018 e de 2019.

FENABRAVE que apontaram crescimento de vendas de 10,42% em julho quando comparado a junho de 2019, com contribuição também das taxas de juros que recuaram 1,88% neste mesmo período para este segmento, segundo a ANEFAC.

Com o intuito de dinamizar o consumo das famílias, favorecendo o Comércio e o Serviços, o Governo Federal estabeleceu a liberação para saque dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/PASEP através da publicação da Medida Provisória 889, de 24 de julho de 2019. A expectativa do Ministério da Economia é de que a medida injete R\$ 42 bilhões de reais na economia de setembro de 2019 até março de 2020. Esta medida vem em um momento em que o indicador de consumo das famílias teve queda de 1,7% em julho em relação a junho, a quinta consecutiva no ano de 2019, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Indicadores de Confiança do Comércio

Em julho de 2019, dentro do setor terciário da economia nacional, o comércio possui a maior confiança empresarial, segundo a FGV.

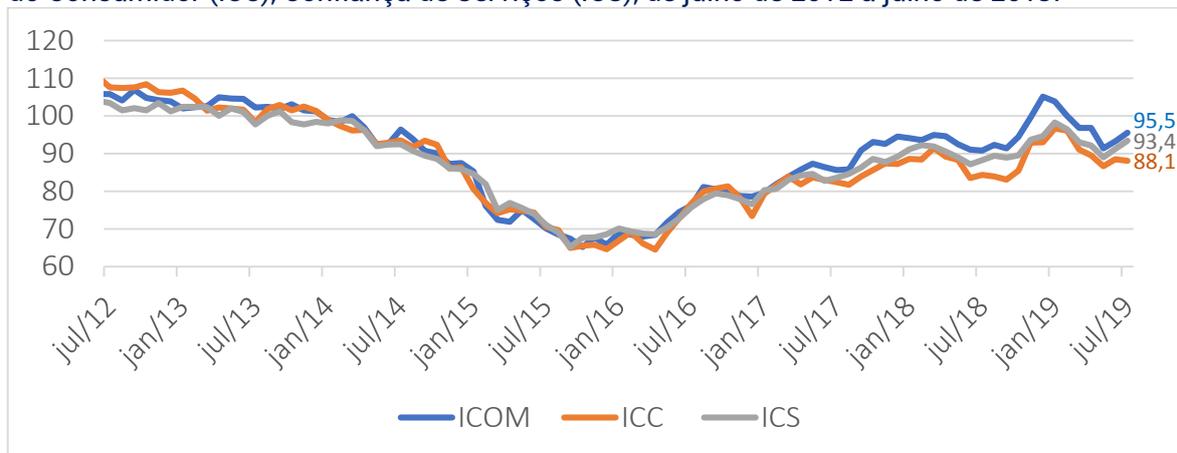
Nos meses de junho e julho /2019 o indicador de confiança do empresariado do varejo (ICOM), o indicador de confiança do Setor de Serviços (ICS) apresentaram crescimento, quebrando uma sequência de queda iniciada em janeiro de 2019.

Em julho de 2019, o indicador de confiança do empresariado do varejo (ICOM) alcança 95,5 pontos. O indicador de confiança do consumidor (ICC) alcança 88,1 pontos. Ambos os indicadores se encontram abaixo do grau de satisfação conforme aponta a FGV. Entretanto, observa-se que a confiança no setor do comércio encontra-se 2,1 pontos percentuais acima da confiança no setor de serviços (ICS) que atingiu 93,4 pontos, segundo dados da FGV.

Apresentando uma segunda alta consecutiva, o ICOM subiu 2,3 pontos em julho, passando para 95,5 pontos. A melhora deste indicador, demonstra que o empresariado vem recuperando a confiança com base na leve melhora do volume de vendas no comparativo interanual, acumulado do ano e dos últimos doze meses.

Dentro do indicador, os índices de Expectativas e da Situação atual, subiram 2,7 pontos e 1,8 ponto respectivamente. As expectativas superaram os 100 pontos e indicam otimismo do empresariado em relação à situação futura do ambiente de negócios pelos próximos seis meses.

Tabela 5 - Brasil – Variação dos indicadores: Confiança do Varejo Ampliado (ICOM), Confiança do Consumidor (ICC), Confiança de Serviços (ICS), de julho de 2012 a julho de 2019.



Fonte: FGV

O indicador ICC recuou 0,4 ponto em julho, sendo que esta é a sua quinta queda consecutiva. O fraco ritmo de recuperação do mercado de trabalho e a consequente situação financeira familiar exercem pressão sobre os resultados deste indicador. A queda da confiança do consumidor foi puxada

pelo índice de expectativas que caiu 2 pontos, enquanto que a situação atual foi melhor avaliada pelo consumidor ao subir 1,9 ponto, ambos na variação mensal.

Apesar da queda do indicador de confiança do consumidor, aqueles com maior renda familiar apresentaram maior otimismo com a situação econômica futura e maior ímpeto para a compra de bens duráveis, conforme aponta o indicador para esta faixa de renda (acima de R\$ 4.800) que subiu 4 pontos e atingiu 93 pontos dentro do ICC.

2.1.6. Serviços

Volume de Serviços

No acumulado do ano até junho de 2019, o volume de serviços no Brasil registrou aumento de 0,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo a PMS do IBGE.

O volume de serviços dos últimos doze meses avançou 0,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado positivo tem a maior contribuição do acumulado do ano até junho de 2019, quando o indicador avançou 0,6% em seu volume. O maior destaque para este resultado positivo foi das atividades de Serviços de Informação e Comunicação, que avançaram 2,6% no acumulado do ano e 1,9% nos últimos doze meses. Esta atividade representa 30,4% do peso de todo o volume do setor de Serviços e sua evolução positiva contribuiu para manter o resultado positivo nestes comparativos.

Por outro lado, o comparativo do volume de serviços de junho de 2019 em comparação a junho de 2018 recuou 3,6%, devido, principalmente, à forte queda das atividades de Transportes, Serviços auxiliares aos transportes e correio que recuaram 10,9% e são as atividades com maior impacto no cálculo global do volume de serviços, com 31,2% de participação em seu resultado.

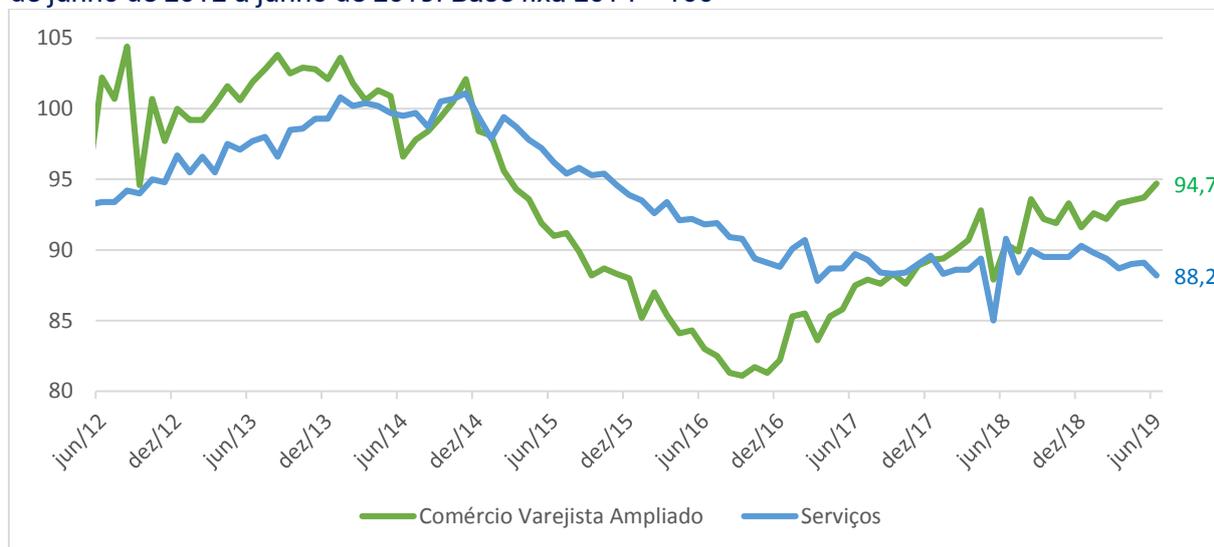
Tabela 6 - Brasil: Evolução (%) do Volume de Serviços, segundo as atividades de divulgação, em junho de 2019. Base 2014=100

Atividades de Divulgação	Mês/Mês anterior (1)			Mês/mês ano anterior	Acumul. no ano	Últimos 12 meses	Peso da atividade no Volume de Serviços Base 2014
	Abr	Mai	Jun				
Volume de Serviços - Brasil	0,3	0,1	-1	-3,6	0,6	0,7	
1. Serviços prestados às famílias	0,2	0,4	-0,2	5,7	4,8	3,5	8,2
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	-0,7	0,3	0,3	6,4	5	3,9	
1.2 Outros serviços prestados às famílias	4,1	1,9	-3,8	1,7	4	1,3	
2. Serviços de informação e comunicação	0,9	2,2	-2,6	-1,2	2,6	1,9	30,4
2.1 Serviços de tecnologia da informação e comunicação	-0,1	2,2	-2,2	0,2	3,7	3,1	
2.1.1 Telecomunicações	0,2	0,1	-0,3	-1,6	-0,6	-0,6	
2.1.2 Serviços de tecnologia da informação	0,6	6,6	-10,1	3,6	13,1	11	
2.2 Serviços audiovisuais	1	-0,3	-4	-10,3	-4,9	-5,9	
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,4	0,6	-0,1	-0,8	-0,3	-1	23,1
3.1 Serviços técnico-profissionais	0,4	-1,3	0,3	-2,7	-0,7	-1,7	
3.2 Serviços administrativos e complementares	2,2	0,6	-0,2	0	-0,2	-0,7	
4. Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-0,8	-0,6	-1	-10,9	-2,7	-0,4	31,2
4.1 Transporte terrestre	-1,1	-0,6	0,3	-11,5	-1,4	0,9	
4.2 Transporte aquaviário	0,7	1,9	-3,1	-2,1	1,1	-0,4	
4.3 Transporte aéreo	-10,2	10,8	-4,4	-18,3	-6,4	0,8	
4.4 Armazenagem, serviços axiliares aos transportes e correio	0,2	-0,1	-1,2	-9,4	-4,5	-3	
5. Outros serviços	-0,9	2,6	-2,3	0,5	3,3	2,2	7,1

Fonte: PMS, IBGE

No setor terciário, o comércio apresentou o pior desempenho durante o período agudo da crise (dez.14 a mai.16). O Comércio, após atingir seu pior nível histórico em agosto de 2016 com 81,3 pontos, vem se recuperando gradativamente, embora ainda esteja abaixo de seu melhor nível histórico de 104,4 pontos, alcançado em ago.12. O volume de Serviços, após apresentar seu pior nível histórico em mai.18, com 85,1 pontos, vem iniciando recuperação do seu volume, mas segue abaixo do seu pico histórico que foi em jan.14 com 101,1 pontos, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Brasil: Variação do Índice de Volume do Serviços e do Comércio Varejista Ampliado, de junho de 2012 a junho de 2019. Base fixa 2014 = 100



Fonte: PMS e PMC, IBGE

2.1.7. Crédito

Com taxas de juros elevadas, o acesso ao crédito ainda possui custos elevados em sua contratação

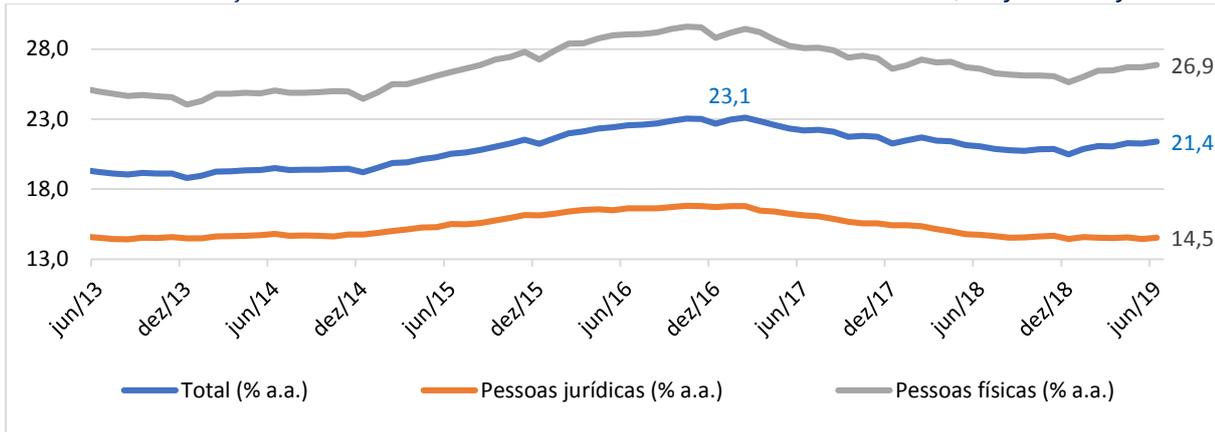
A taxa de juros média para pessoa física, apesar de ter apresentado uma redução de 0,83% em doze meses (até julho), ainda é alta, alcançando 117% ao ano, segundo dados da ANEFAC. em razão da inadimplência que ainda está alta

O acesso ao crédito é um importante componente no fomento do consumo, pois eleva a capacidade de compra das famílias no médio e longo prazo por meio do parcelamento. Entretanto, observa-se que é alto o custo de se contratar crédito, uma vez que os juros praticados no mercado são bastante elevados. A taxa de juros média para pessoa física, apesar de ter apresentado uma redução de 0,83% em doze meses (até julho), ainda é alta, alcançando 117% ao ano, segundo dados da ANEFAC.

As taxas de juros que variam segundo o risco de crédito e o prazo do contrato, permanecem altas em razão da inadimplência que ainda está alta. Isto fica evidenciado na linha de crédito mais popular e com maior volume em concessões, o cheque especial, que possuía uma média de juros praticados de 278,8% ao ano em julho de 2019, segundo dados da ANEFAC.

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), referente ao custo médio de toda a carteira, manteve-se estável em 21,4% ao ano, em junho de 2019, e registrou aumento de 0,5 ponto percentual em doze meses. Entretanto, este indicador apresentou redução do custo do crédito na comparação com o seu maior nível (23,1% a.a) registrado em fevereiro. Para pessoa física, o ICC registrou alta de 0,3 p.p em junho deste ano, atingindo 26,9% ao ano.

Gráfico 10 - Variação últimos doze meses do Indicador de Custo de Crédito, de jun/13 a jun/19



Fonte: BCB

O risco de crédito, que é a possibilidade de não pagamento das dívidas pelo consumidor, contribui para elevar a taxa de juros paga no comércio varejista. A ampliação da inadimplência contribuiu para a elevação da taxa média de juros para pessoa física, que cresceu 33,02% entre março de 2013 e julho de 2019, enquanto a taxa básica de juros (SELIC) caiu 17,24% no mesmo período.

Financiamento Imobiliário

Em agosto de 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciou mudanças no cálculo deste tipo de crédito

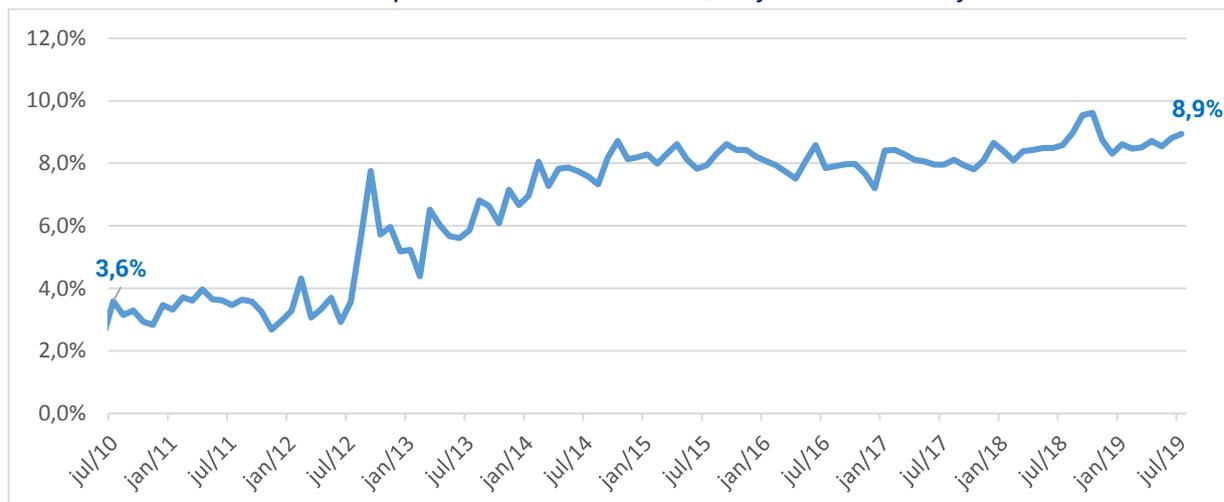
O CMN autorizou os reajustes do financiamento imobiliário pelo índice de inflação oficial do Governo Federal (IPCA), em substituição a Taxa Referencial (TR) a ser utilizado nos novos contratos do financiamento imobiliário. Atualmente, os contratos feitos pelo Sistema Financeiro da Habitação são corrigidos pela TR, e a CAIXA cobra juros entre 8,5% e 9,75% ao ano mais TR nas suas principais linhas de crédito imobiliário, para compra de imóveis novos ou usados, não sendo utilizados no programa Minha Casa Minha Vida, que usa taxas menores.

Pela ótica da oferta de crédito, as novas regras permitirão a maior abertura para a concorrência entre os bancos e demais empresas de crédito e maior capacidade de captação de recursos junto a investidores, pelo retorno gerado em virtude da correção pelo IPCA ao invés da TR, que se mantém sempre mais baixa ao longo do tempo.

Pela ótica do consumidor, o crédito se tornará mais barato para o consumidor no curto prazo, dado que o IPCA subiu apenas 0,11% em agosto e no acumulado de doze meses até agosto de 2019 alcançou 3,43%.

Entretanto, no longo prazo o consumidor poderá ter um crédito mais caro pelo seu contrato ser indexado ao IPCA, devido ao histórico de oscilações da inflação, sendo que o perfil do financiamento imobiliário se situa em torno de 15 a 30 anos. Também deve-se levar em consideração, que o endividamento das famílias com financiamento da compra da casa vem subindo desde julho de 2010, quando representava 3,6% do total de dívidas contraídas pelas famílias brasileiras, e em julho de 2019, já representa 8,9% do total de dívidas contraídas, segundo a CNC.

Gráfico 11 - Brasil: Evolução Mensal do percentual de dívidas com Financiamento da Casa dentro do total de dívidas contraídas pelas famílias brasileiras, de julho de 2010 a julho de 2019



Fonte: CNC

Apesar da inflação estar abaixo do centro da meta estipulada (4,25%), há que se considerar fatores como possíveis oscilações na oferta de alimentos, aumento do custo da produção de energia elétrica ou variações no preço dos combustíveis, que podem contribuir para a alta do IPCA, impactando no aumento no custo do financiamento imobiliário para as famílias.

A perspectiva de curto prazo para o segmento imobiliário após as mudanças no cálculo do crédito para esse setor é de que o sistema bancário reduza as taxas de juros para o financiamento imobiliário, devido ao aumento da concorrência bancária. A projeção do mercado imobiliário é a de que os novos contratos poderão ter taxas de 2% a 3% ao ano somadas ao IPCA anual.

2.2. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.2.1. Balanço de Pagamentos

Saldo das Transações Correntes registrou diminuição na comparação com o mesmo período do ano passado, contudo Investimentos Estrangeiros Diretos compensaram o déficit.

O Brasil registrou déficit corrente de US\$ 21,7 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2019, um aumento de US\$ 9,4 bilhões comparado ao mesmo período do ano passado. Tal resultado decorreu principalmente da diminuição no saldo da Balança Comercial de Bens, que foi 21,9 % menor que no mesmo período de 2018, devido, sobretudo, à queda na venda de bens de capital.

Tabela 7 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2018 e 2019* (US\$ milhões)

Discriminação	2018	janeiro - julho		Var. % 19*/18*
		2018*	2019*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-14.970,0	-12.261,3	-21.683,0	-76,8
Balança Comercial (Bens e Serviços)	19.180,3	11.545,6	5.373,2	-53,5
Balança Comercial - Bens	53.133,4	31.162,5	24.349,8	-21,9
Balança Comercial - Serviços	-33.953,1	-19.616,9	-18.976,6	3,3
Renda Primária	-36.672,7	-25.231,9	-28.856,5	-14,4
Renda Secundária	2.522,4	1.425,0	1.800,3	26,3
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-7.754,7	-7.076,6	-19.285,8	-172,5
Conta Capital	439,7	295,8	213,9	-27,7
Conta Financeira	-8.194,4	-7.372,4	-19.499,7	-164,5
Investimento Direto (IDE-IDP)	-74.263,8	-37.540,3	-35.196,9	6,2
Investimento Direto no Exterior	14.060,4	887,3	9.798,8	1.004,4
Investimento Direto no País	88.324,1	38.427,6	44.995,6	17,1
Investimento em Carteira	8.894,9	-10.274,8	4.926,7	147,9
Outros Investimentos	51.493,3	30.221,9	5.892,4	-80,5
TRANSAÇÕES CORRENTES (% PIB)	-0,8	-1,1	-2,0	-77,6
RESERVAS INTERNACIONAIS	374.715,0	379.444,0	385.730,0	1,7

Fonte: Banco Central do Brasil. *janeiro a julho

- Nas Transações Correntes, destacou-se, além da piora no saldo da Balança Comercial, a ampliação do déficit na Renda Primária (que inclui salários, lucros e juros) em 14,4%.
- As principais rubricas responsáveis pelo resultado negativo da Renda Primária foram as Rendas de Investimentos Direto e em Carteira, que registraram US\$ -15,3 bilhões e US\$ -11,5 bilhões, respectivamente.
- Os Investimentos Diretos no País (IDP) registraram aumento de 17,1% no acumulado de 2019, atingindo um total de US\$ 44,9 bilhões, indicando que o país está voltando a atrair capital estrangeiro para investimentos produtivos e participações no capital de empresas brasileiras. Com isso, a necessidade de financiamento externo (NFE), que é calculada através da diferença entre o déficit da conta corrente e o IDP, assinalou um total de US\$ 23,3 bilhões, indicando que há entrada de capital suficiente para compensar o déficit em conta corrente.
- Os Investimentos Diretos no Exterior também apresentaram um crescimento significativo, devido, sobretudo, à ampliação da participação de residentes brasileiros em empresas sediadas em outros países.
- Já os Investimentos em Carteira foram impactados pela retirada de capital estrangeiro da bolsa de valores, em decorrência da instabilidade causada principalmente pela guerra comercial¹⁸. Isso fez com que a aversão ao risco no cenário internacional iniciasse um movimento de fuga de capitais dos países emergentes, fato agravado pela crise argentina no caso do Brasil, o que exerce pressão sobre o câmbio.

Vale destacar que o Banco Central brasileiro vem atuando de forma a impedir desvalorizações cambiais muito fortes, através do uso de parte das reservas internacionais¹⁹. Caso a pressão da moeda americana sobre o real se intensifique, as reservas poderão ser reduzidas de maneira mais significativa nos próximos meses. Pela primeira vez desde 2009, o Banco Central vendeu dólares das reservas internacionais à vista. A medida representa uma nova estratégia na política cambial, que até então vinha sendo executada, exclusivamente, a partir de swap cambial.

Segundo o Boletim Focus (30/08/2019) divulgado pelo Banco Central, o mercado espera que, em 2019, o déficit corrente seja de US\$ 22 bilhões, resultado que representa um aumento de 10% comparado ao esperado na semana anterior. Os Investimentos Diretos no País, por sua vez, devem encerrar o ano em US\$ 85 bilhões, patamar semelhante ao de 2018 (US\$ 88 bilhões).

2.2.2. Commodities

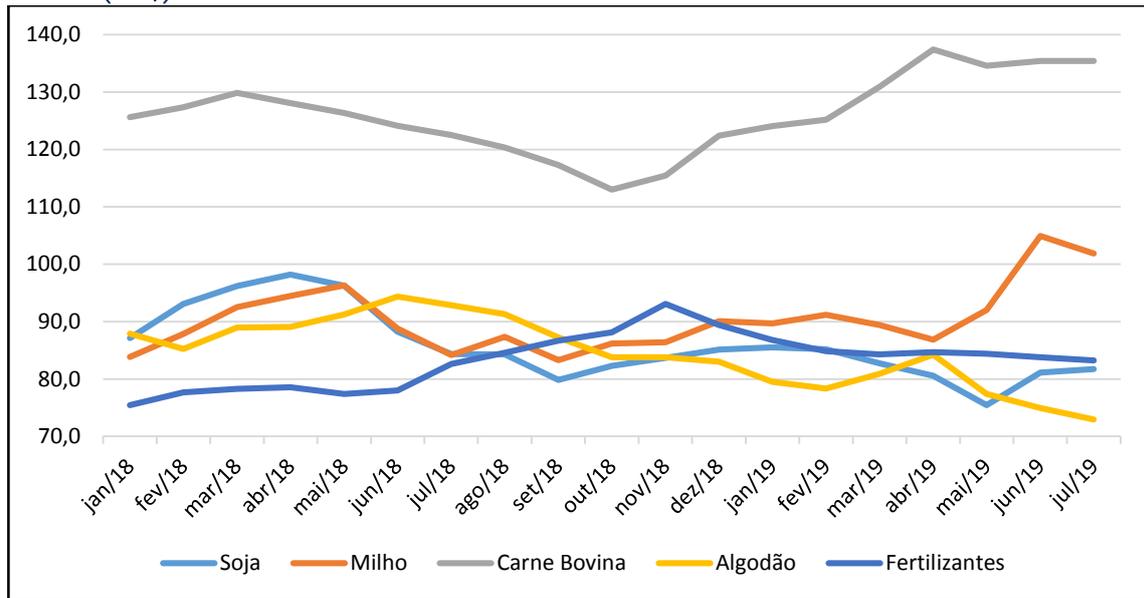
Cotação de *commodities*: Milho e Minério de Ferro tiveram as maiores apreciações de abril a julho de 2019. Algodão e Petróleo Bruto foram as que mais se depreciaram no período.

A cotação do milho no mercado internacional subiu 17,3% entre abril e julho de 2019, refletindo o aumento da demanda internacional e o rebaixamento do tamanho da safra do grão nos EUA, calculado pela USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, na sigla em inglês). Por se tratar de uma das bases da alimentação animal, principalmente porco e frango, a alta do grão pode ser transmitida à proteína animal. Os preços da soja, carne bovina e fertilizantes se mantiveram relativamente estáveis, variando +1,4%, -1,5% e -1,7%, respectivamente. Algodão se desvalorizou em 13,4% no período, em meio a alta na produção, com colheitas excepcionais nos EUA e na China, não acompanhada pelo tal aumento na demanda (**Gráfico 12**).

¹⁸Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/6397335/estrangeiro-ja-tirou-r-19-bi-da-bolsa>. Acesso em: 04/09/2019

¹⁹Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/6418093/saldo-de-reservas-cai-quase-us-14-bilhao-em-dia-de-intervencao-do-bc>. Acesso em: 05/09/2019

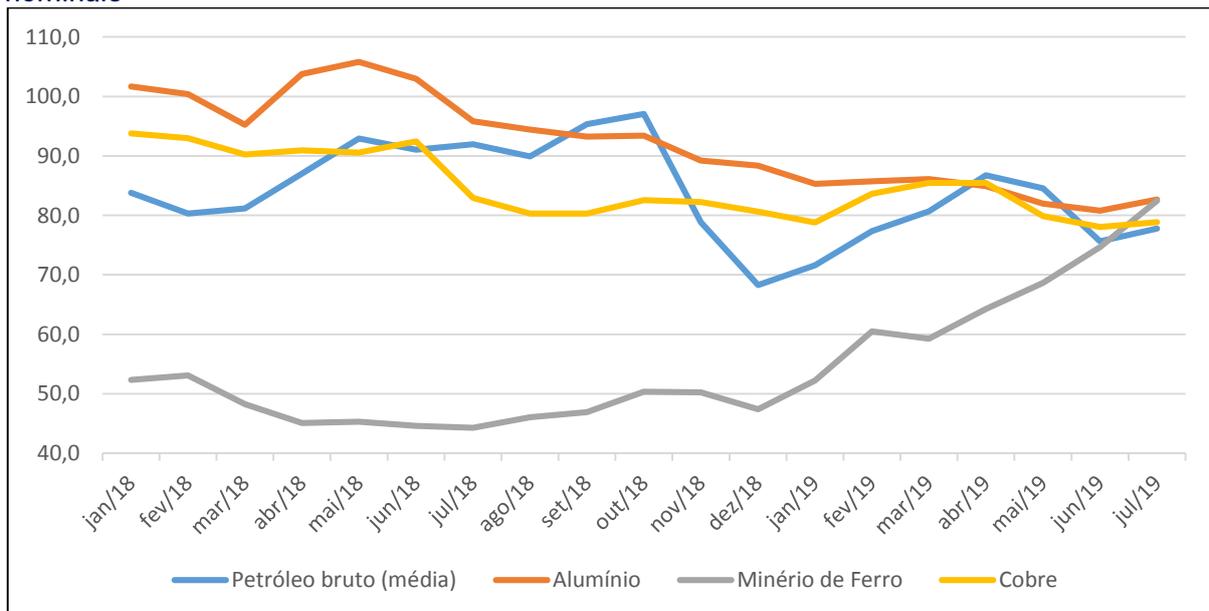
Gráfico 12 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional da Soja, Milho, Carne Bovina, Algodão e Fertilizantes²⁰ de jan/2018 até jul/2019. Base 2010=100 baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

A cotação do Minério de Ferro teve alta de 28,3% entre abril e julho de 2019 no mercado internacional, causada por, além do crescimento da demanda chinesa, paralização parcial na produção da Vale após o desastre em Brumadinho (MG) e pelos impactos do ciclone Verônica na produção australiana. O Petróleo Bruto, por outro lado, teve queda de 10,4% no período, de modo que as sanções ao Irã foram contrabalanceadas por maior produção de países fora da OPEP, EUA em especial. Preocupações quanto ao futuro da economia global também impactaram tanto o petróleo quanto a cotação do Cobre no período (-7,7%), considerada um termômetro para o crescimento global. O preço internacional do Alumínio apresentou leve queda no período, de 2,6%.

Gráfico 13 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional do Petróleo, Alumínio, Minério de Ferro e Cobre, de jan/2018 até jul/2019. Base 2010=100 baseado no preço em dólares (US\$) nominais



Fonte: Banco Mundial

²⁰ Índice calculado na seguinte proporção, considerando o elemento predominante no fertilizante: fosforite natural (16,9%), fosfatados (21,7%), potássicos (20,1%) e nitrogenados (41,3%);

2.2.3. Balança Comercial

A Balança Comercial Brasileira registrou saldo de US\$ 28,5 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2019, valor 16,0% menor que o registrado no mesmo período do ano passado

Na Balança Comercial Brasileira, foi registrado saldo de US\$ 28,5 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2019, valor foi 16,0% menor que o registrado no mesmo período do ano passado, causado por uma queda nas exportações maior que a queda nas importações. A queda de vendas de bens de capital (-25,5%) foi a principal responsável pela redução nas exportações brasileiras.

Tabela 8 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2015 até 2019* valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)	Corrente Comercial (Var %)
2015	190.971	-15,1	-171.459	-25,2	19.512	362.430	-20,2
2016	185.232	-3,0	-137.586	-19,8	47.683	322.787	-10,9
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	368.489	14,2
2018	239.889	10,2	-181.231	20,2	58.659	421.120	14,3
2018*	136.342	-	-102.452	-	33.891	238.794	-
2019*	130.000	-4,7	-101.525	-0,9	28.475	231.525	-3,0

Fonte: Ministério da Economia; *acumulado de janeiro a julho

Destaca-se também a queda de 2,8% na categoria bens intermediários, que correspondem a mais de metade de nossa pauta exportadora. Esta redução se concentrou em alimentos e bebidas destinados à indústria (-9,3%), devido à queda no rendimento da soja, e peças e acessórios para bens de capital (-8,5%) refletindo o recuo nas exportações da Embraer. As exportações de Bens de consumo totalizaram US\$ 16,8 bilhões, uma queda de 5,1%, consequência, principalmente, da redução nas importações argentinas de automóveis. Em contrapartida, o item Combustíveis e lubrificantes apresentou leve aumento (0,1%), totalizando US\$ 17,1 bilhões exportados. Em termos de participação, os principais produtos vendidos pelo Brasil no acumulado de janeiro a julho de 2019 foram soja (14,0%), óleos brutos do petróleo (10,6%), minérios de ferro (8,4%) e pasta de celulose (3,7%).

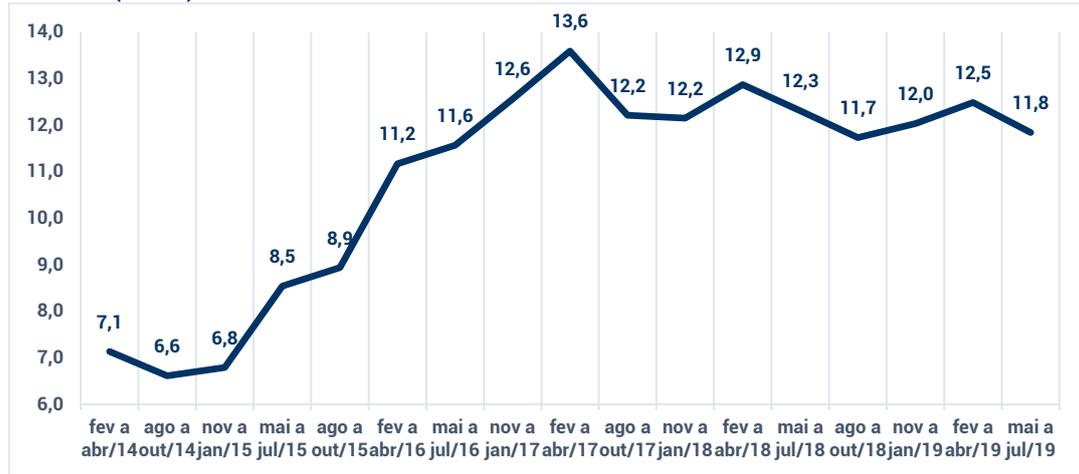
Já na via das importações, considerando o mesmo período, a maior queda se deu nos bens de consumo duráveis (- 16,4%), principalmente automóveis, seguida dos bens de capital (-12,1%), concentrada na rubrica Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes, etc, cujo valor importado se reaproximou da média histórica. Por outro lado, houve crescimento de 6,6% nas importações de insumos industriais, causado pelo aumento na importação de fertilizantes e tubos flexíveis de ferro e aço, insumo comumente utilizado na construção civil.

2.3. Mercado de Trabalho

Taxa de desocupação recuou e chegou a 11,8%, contudo 12,6 milhões ainda buscam trabalho.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, no trimestre móvel de maio a julho de 2019, a taxa de desocupação chegou a 11,8%. Tal resultado representou um recuo de 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre anterior (12,5%) e queda de 0,5 p.p. na comparação interanual (12,3%). No que se refere ao contingente, a população desocupada do país soma 12,6 milhões de pessoas.

Gráfico 14 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, de 2014 a 2019 (em %)



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; Trimestre Móvel: maio, junho e julho de 2019

Todavia destaca-se que o número de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (aquelas que trabalham menos de 40 horas semanais) chegou à marca de 7,3 milhões no trimestre de maio a julho de 2019, maior alta da série histórica. A elevação deste indicador incide sobre a população subutilizada²¹ (28,1 milhões), que elevou o seu contingente em 703 mil pessoas no comparativo com o mesmo trimestre de 2018.

Trabalho privado sem carteira assinada atingiu maior alta da série histórica

A queda da taxa de desocupação está relacionada a elevação de 2,4 milhões de pessoas ocupadas em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando, com isso, contingente de 93,6 milhões de ocupados, o maior da série.

Contudo ressalta-se que o crescimento do número de ocupados está relacionado ao aumento do trabalho informal no período. No trimestre encerrado em julho, o total de empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada alcançou 11,7 milhões de pessoas, o maior contingente da série histórica iniciada em 2012. Em termos de variação, isso representa uma alta de 5,6% no comparativo interanual.

Tabela 9 - Brasil: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2018 a 2019

Posição na ocupação	Trimestre			Variação Interanual	
	mai a jul/18	fev a abr/19	mai a jul/19	Absoluta	(%)
Total	91.367	92.365	93.584	2.217	2,4
Empregados formais e Servidores Públicos	46.374	46.369	46.615	241	0,5
Empregado no setor privado - c/carteira	32.912	33.136	33.146	234	0,7
Trabalhador doméstico - c/carteira	1.851	1.771	1.755	-96	-5,2
Empr. no setor público - c/carteira	1.296	1.239	1.334	38	2,9
Empr. no setor público - s/carteira	2.488	2.273	2.508	20	0,8
Empr. no setor público - militar e RJU	7.827	7.950	7.872	45	0,6
Total de Empregados s/ Carteira	15.445	15.593	16.183	738	4,8
Empregado no setor privado - s/carteira	11.039	11.217	11.658	619	5,6
Trabalhador doméstico - s/carteira	4.406	4.376	4.525	119	2,7
Empregadores	4.389	4.381	4.331	-58	-1,3
Conta Própria	23.035	23.884	24.227	1.192	5,2
Conta própria com CNPJ	4.481	4.736	4.807	326	7,3
Conta própria sem CNPJ	18.554	19.148	19.420	866	4,7
Trabalhador familiar auxiliar	2.123	2.139	2.230	107	5,0

Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; Trimestre Móvel: maio, junho e julho de 2019.

²¹ De acordo com o IBGE, é considerado subutilizado todo aquele que: a) está desempregado; b) trabalha menos do que poderia; c) não procurou emprego, mas estava disponível para trabalhar; ou d) procurou emprego, mas não estava disponível para a vaga.

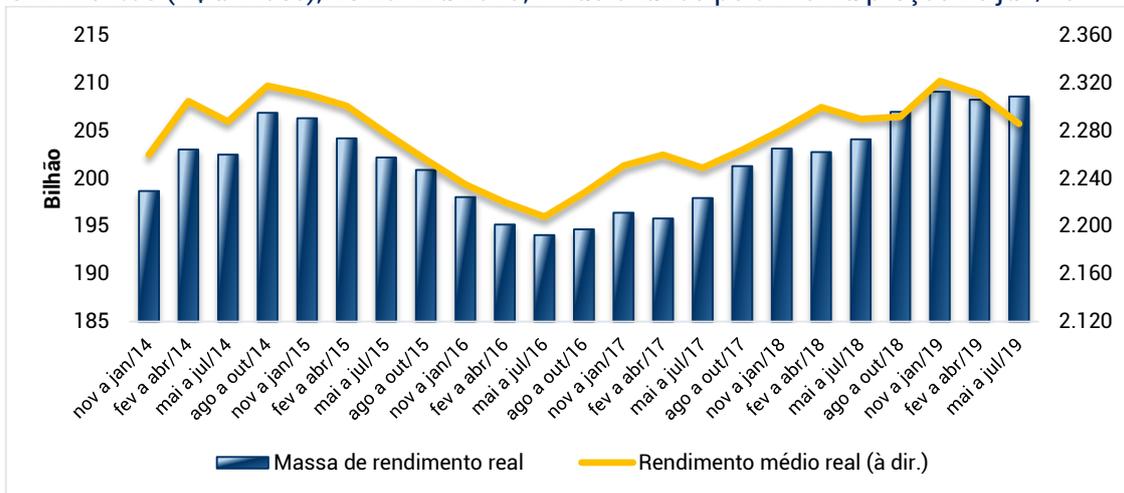
Outro indicativo da precarização do trabalho refere-se aos trabalhadores por conta própria sem CNPJ, que também atingiram o maior patamar da série – 19,4 milhões de pessoas. Ressalta-se que esse grupo aumentou seu contingente em 866 mil, passando a representar 80,1% do total de contas própria.

Rendimento médio se manteve estável no comparativo interanual

A pesquisa aponta ainda que o rendimento médio do trabalhador se estabeleceu em R\$ 2.286, o que, em termos de variação, assinala uma queda de 1,0% na comparação com o trimestre anterior e estabilidade frente ao mesmo período do ano passado. Por conseguinte, apesar do aumento do número de ocupados, houve queda da renda por trabalhador devido à natureza das ocupações geradas que, conforme mencionado, foi impulsionada pela informalidade e por subocupados.

Em relação a massa de rendimentos, essa alcançou R\$ 208,6 bilhões, o que representa uma estabilidade frente ao trimestre anterior e um acréscimo de 2,2% frente ao mesmo trimestre de 2019.

Gráfico 15 - Brasil: Rendimento Médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), de 2012 a 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de jun/19



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; Trimestre Móvel: maio, junho e julho de 2019

No acumulado de janeiro a agosto de 2019, o Brasil apresenta saldo de 593,4 mil contratações líquidas, entretanto comércio permanece com resultado negativo.

Segundo dados do CAGED, o país registrou saldo de 121,4 mil empregos formais no mês de agosto de 2019, decorrente de 1.382.407 admissões e de 1.261.020 desligamentos. O resultado referido configura o quinto mês consecutivo de crescimento do emprego formal brasileiro e o melhor resultado para os meses de agosto desde 2013, quando foram geradas 127,6 mil contratações.

No tocante ao acumulado de janeiro a agosto, foi registrado saldo de 593,4 mil novos empregos, o que representa uma maior geração que a observada no mesmo período de 2018 (592,5 mil). Considerando a abertura setorial, sobressaiu-se o setor de Serviços (+354,6 mil), seguido pela Construção civil (+96,5 mil), cujo desempenho em 2019 configura 11,2 mil postos de trabalho adicionais em relação ao mesmo período de 2018; além da Indústria de Transformação (+94,4 mil). Por outro lado, o Comércio (-58,8 mil) foi o único setor a manter-se com resultado negativo no acumulado do ano, apesar do resultado positivo no mês.

Tabela 10 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, em 2018 e 2019*, saldo mensal; Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Acumulado		Agosto		Variação absoluta (b-a)
	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	592.570	593.467	110.431	121.387	897
Extrativa mineral	2.453	5.497	467	1.235	3.044
Ind. de Transformação	99.147	94.425	15.764	19.517	-4.722
SIUP ¹	9.284	5.302	1.240	-77	-3.982
Construção civil	67.642	96.575	11.800	17.306	28.933
Comércio	-70.172	-58.893	17.859	23.626	11.279
Serviços	381.452	354.638	66.256	61.730	-26.814
Administração pública	13.003	16.594	394	1.391	3.591
Agropecuária	89.761	79.329	-3.349	-3.341	-10.432

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME).

* Acumulado de janeiro a agosto, com ajustes até julho.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- Em âmbito regional, todas as regiões apresentaram geração de empregos formais no acumulado de 2019, com destaque para o Sudeste (+336 mil) e Sul (+126,1 mil).
- O Nordeste registrou saldo líquido positivo de 5,9 mil vagas criadas entre janeiro e agosto de 2019. No entanto, apenas quatro estados da região geraram vagas de empregos formais no período, sendo estes Bahia (+32,5 mil), Maranhão (+7,5 mil), Piauí (+1,9 mil) e Paraíba (+1,3 mil)

Em suma, o resultado do mercado de trabalho formal brasileiro em agosto de 2019 continuou em trajetória de alta, configurando o quinto mês consecutivo de crescimento do emprego formal e o melhor resultado para os meses de agosto em seis anos. Em virtude de tal performance capitaneada pelo setor de Serviços, em 2019 o país superou em 1,55% o saldo acumulado registrado em 2018.

Em 2019, segundo estimativas do Banco Santander, a taxa de desocupação brasileira deve ficar próxima ao patamar de 12%, caindo sucessivamente ano a ano até alcançar algo em torno de 8,2% em 2023, porém ainda longe do nível alcançado no período pré-crise (6,8%). Isso se deve à possível melhora do ambiente econômico condicionada, principalmente, consolidação das reformas estruturantes, que permitirão maior capacidade de investimento tanto do setor público quanto do setor privado.

2.4. Finanças Públicas

O Resultado Primário do Governo Central apresentou melhoria de 13,4% no comparativo interanual, influenciado pela redução nas despesas discricionárias

O resultado primário do Governo Central, no acumulado de janeiro a julho de 2019, registrou um déficit de R\$35,1 bilhões ante R\$40,5 bilhões no mesmo período do ano anterior. Essa melhoria foi decorrente da redução da despesa total em 0,9% e da elevação da receita líquida em apenas 0,3%, resultante do ainda baixo dinamismo da economia brasileira. (Tabela 11).

Tabela 11 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central em 2018, em julho de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a julho de 2018 e 2019, em R\$ milhões, a preços de julho de 2019, corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta.

Descrição	2018	Julho			Acumulado (janeiro - julho)		
		2019	Cresc. Real 19/18	Var. Abs.	2019	Cresc. Real 19/18	Var. Abs.
			(%)	19/18		(%)	19/18
I. Receita Total	1.542.992,21	136.055,33	4,3	5.608,60	908.783,13	1,1	9.969,20
II. Transf. por repartição de receita	266.904,20	21.837,50	6,3	1.294,80	164.073,22	4,7	7.413,20
III. Receita Líquida (I-II)	1.276.088,01	114.217,83	3,9	4.313,80	744.709,91	0,3	2.556,00
IV. Despesa Total	1.404.280,39	120.212,48	2,2	2.579,10	779.852,21	-0,9	-7.090,50
V. Fundo Soberano do Brasil	4.209,90	0	-	0	0	-100	-4.209,90
VI. Result. Primário do Gov. Central	-123.982,48	-5.994,65	-22,4	1.734,70	-35.142,30	-13,4	5.436,60
VII. Resultado Primário/PIB	-1,7	-0,98	-	-	-0,85	-	-
Resultado Previdência Social (RGPS)	-202.834,86	-16.106,00	7,3	-1.095,40	-111.954,44	1,1	-1.168,70

Fonte: STN

A análise desagregada da Receita Total evidencia que o incremento de R\$9,9 bilhões no comparativo interanual foi influenciado, principalmente, pelo aumento:

- da Arrecadação Líquida para o Regime Geral da Previdência Social (+R\$5,9 bilhões), decorrente das mudanças ocorridas a partir da Lei nº13.670/2018 que, dentre outras medidas, revogou a desoneração da folha de pagamentos para vários setores econômicos²², obrigando as empresas a substituírem o recolhimento de 1,5% da receita bruta por 20,0% sobre a folha de pagamentos;
- das Receitas não Administradas pela RFB (+R\$2,5 bilhões), influenciadas pelo crescimento das receitas oriundas:
 - a) da *Exploração de Recursos Naturais* (+R\$5,0 bilhões), decorrentes do aumento da taxa média de câmbio, de janeiro a julho entre 2018 e 2019, e da arrecadação atípica de R\$1,5 bilhão em abril de 2019 devido à unificação do Parque das Baleias, na Bacia de Campos;
 - b) das *Concessões e Permissões* (+R\$1,9 bilhão), em virtude do pagamento de R\$1,4 bilhão, em maio de 2019, relativo à outorga de um novo contrato de concessão da usina hidrelétrica Porto Primavera e de R\$2,4 bilhões referentes às concessões aeroportuárias;
- das Receitas Administradas pela RFB (+R\$1,5 bilhão) impulsionadas, principalmente, pelo crescimento da arrecadação do IR (+R\$12,5 bilhões), com destaque para o aumento da arrecadação referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte – Rendimentos do Trabalho (+R\$9,5 bilhões), refletindo o aumento dos rendimentos do trabalho assalariado; e da rubrica Outras Receitas Administradas pela RFB (+R\$5,2 bilhões). (Tabela 12).

É importante destacar, no entanto, que o crescimento das receitas observado no comparativo interanual foi influenciado, em certa medida, pela base fraca de comparação em 2018, já que a greve dos caminhoneiros ocorrida nesse ano impactou negativamente a arrecadação de alguns tributos, principalmente aqueles que incidem sobre a produção e a comercialização de bens e serviços, como a COFINS e o IPI.

²² Alguns setores excluídos do benefício da desoneração foram os de: hotéis, medicamentos, transporte ferroviário de cargas, transporte marítimo, etc. Para maiores informações, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13670.htm.

Tabela 12 - Brasil: Receita Total desagregada em 2018, em julho de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a julho de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de julho de 2019 corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta.

Descrição	2018	Julho			Acumulado (janeiro - julho)		
		2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18	2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18
I. Receita Total	1.542.992	136.055	4,3	5.609	908.783	1,1	9.969
Rec. Adm. pela RFB, exceto RGPS	941.481	83.073	5,4	4.271	568.966	0,3	1.573
Imposto de Importação	42.260	3.678	-7,3	-289	24.408	1,0	250
IPI	57.618	4.088	-12,6	-590	29.989	-10,1	-3.372
Imposto sobre a Renda	377.588	34.619	13,3	4.060	248.339	5,3	12.530
IOF	38.225	3.428	8,9	279	22.849	4,0	876
COFINS	261.338	19.662	-5,1	-1.049	136.282	-8,3	-12.272
PIS/PASEP	68.739	5.155	-4,9	-267	37.755	-4,8	-1.901
CSLL	81.843	10.045	21,8	1.795	54.571	2,8	1.496
CIDE-Combustíveis	4.135	208	-6,7	-15	1.634	-44,1	-1.288
Outras Administradas pela RFB	9.736	2.192	18,8	346	13.139	66,6	5.255
Incentivos Fiscais	-15	-48	-	-48	-48	2.688,7	-46
Arrecadação Líq. p/ o RGPS	406.241	32.182	1,4	458	228.593	2,7	5.932
Receitas Não Adm. pela RFB	195.285	20.848	4,7	927	111.272	2,3	2.510
II. Transf. por repartição de receita	266.904	21.838	6,3	1.295	164.073	4,7	7.413
III. Receita Líquida	1.276.088	114.218	3,9	4.314	744.710	0,3	2.556

Fonte: STN

Quanto ao desempenho da Despesa Total, é importante destacar que os gastos com Benefícios Previdenciários e Pessoal e Encargos Sociais corresponderam a 66,9% da Despesa Total no acumulado de janeiro a julho de 2019 e apresentaram um aumento de 2,1% e 1,2%, respectivamente, no comparativo interanual. De acordo com o Ministério da Economia, o aumento dos gastos nessas rubricas independem de qualquer política adotada pelo governo, já que são decorrentes do crescimento vegetativo (que se refere à variação do número de pessoas que podem receber algum benefício concedido pelo estado) e da indexação (já que os reajustes são vinculados ao salário mínimo e à inflação).

Essa rigidez do orçamento brasileiro, associada a um período de baixa capacidade de arrecadação, tem deixado pouco espaço para as despesas discricionárias, que apresentaram uma retração de 18,8% no comparativo interanual.

Vale ressaltar, que essa rubrica foi a que mais influenciou a redução de R\$7,0 bilhões da Despesa Total durante o período, em virtude de uma série de contingenciamentos realizadas pelo governo federal. As áreas que apresentaram as maiores reduções em termos absolutos, no comparativo interanual, foram as de:

- Saúde (-R\$4,6 bilhões): resultando no atraso de pagamento de fornecedores e de colaboradores e atrasos nas obras de alguns hospitais;
- Defesa (-R\$2,3 bilhões): ocasionando o atraso e a postergação de alguns projetos estratégicos das Forças Armadas, como a construção de corvetas para a fiscalização de áreas como a da Amazônia Azul e do pré-sal e a fabricação de aviões cargueiros;
- Educação (-R\$2,1 bilhões): afetando, principalmente, as instituições federais de ensino superior que, de maneira geral, têm apresentado dificuldades para o funcionamento normal das suas atividades, com redução de recursos para o pagamento dos contratos nas áreas de defesa e segurança, assim como de bolsas de intercâmbio, de pesquisa etc. (Tabela 13)

Tabela 13 - Brasil: Despesa Total desagregada em 2018, em julho de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a julho de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de julho de 2019 corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta.

Descrição	2018	Julho			Acumulado (janeiro - julho)		
		2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18	2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18
DESPESA TOTAL	1.404.280	120.212	2,2	2.579	779.852	-0,9	-7.091
Benefícios Previdenciários	609.076	48.288	3,3	1.553	340.547	2,1	7.101
Pessoal e Encargos Sociais	309.680	30.621	2,2	673	181.304	1,2	2.190
Outras Despesas Obrigatórias	209.509	18.433	-5,9	-1.161	124.943	-3,1	-4.018
Desp. do Poder Exec. Suj. à Programação Financ.	276.016	22.870	7,1	1.514	133.057	-8,5	-12.363
Obrigatórias c/ Controle de Fluxo	142.506	11.604	1,4	164	78.187	-0,4	-353
Benefícios a servidores públicos	13.680	1.249	4,9	58	7.842	-1,3	-107
Bolsa Família	31.552	2.549	-2,3	-61	18.389	2,1	377
Saúde	85.504	6.996	3,1	207	47.611	-0,3	-167
Educação	6.694	564	6,1	32	3.048	-0,3	-10
Demais	5.077	246	-22,9	-73	1.298	-25,5	-445
Discricionárias	133.510	11.267	13,6	1.350	54.870	-18,0	-12.011
Saúde	30.472	4.490	74,8	1.921	13.639	-25,2	-4.601
Educação	25.989	1.595	-17,0	-327	10.723	-16,9	-2.188
Defesa	15.848	790	4,2	32	4.398	-34,5	-2.312
Transporte	11.153	831	-10,5	-97	4.587	-17,5	-975
Administração	8.159	554	-3,7	-21	3.808	-22,2	-1.089
Ciência e Tecnologia	4.411	241	-26,2	-86	1.677	-19,7	-410
Segurança Pública	3.645	294	-15,6	-54	1.757	-4,6	-84
Assistência Social	3.447	287	10,6	28	1.457	-19,7	-358
Demais	30.388	2.185	-2,1	-46	12.824	0,1	7

Fonte: STN

Cabe destacar, que essa tendência de redução nas despesas discricionárias deve se manter até o final do ano corrente, já que o decreto de programação orçamentária e financeira nº 9.943²³, de 30 de julho de 2019, indica que tais gastos devem chegar a R\$94,9 bilhões para o cumprimento da meta de déficit primário de 2019, que é de R\$139,0 bilhões.

O Resultado Primário do Setor Público Consolidado registrou um déficit de R\$98,9 bilhões influenciado pelo déficit de R\$110,8 bilhões do Governo Central

O Setor Público Consolidado²⁴ registrou um déficit de R\$2,7 bilhões em julho de 2019, o equivalente a 0,45% do PIB. Desse resultado, o Governo Central foi responsável por um déficit de R\$1,4 bilhão (0,64% do PIB), enquanto os governos regionais apresentaram déficit primário de R\$1,9 bilhão (0,42% do PIB) e as empresas estatais um superávit de R\$557,6 milhões (0,01% do PIB).

Já no acumulado de 12 meses até julho de 2019, o Resultado Primário do Setor Público Consolidado foi deficitário em R\$98,9 bilhões (1,41% do PIB). Na composição desse resultado, o Governo Central foi responsável por um déficit de R\$110,8 bilhões (1,58% do PIB), enquanto os governos regionais e as empresas estatais apresentaram superávits de R\$9,2 bilhões (0,13% do PIB) e R\$2,6 bilhões (0,04% do PIB), respectivamente.

²³ Para maiores informações ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9943.htm.

²⁴ O Setor Público Consolidado compreende o Governo Geral (União, Estados e municípios), o Banco Central e as estatais em todos os níveis de governo, com exceção da Petrobras e da Eletrobras.

Gráfico 16 - Brasil: Decomposição do Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB, no acumulado de 12 meses até julho de 2019



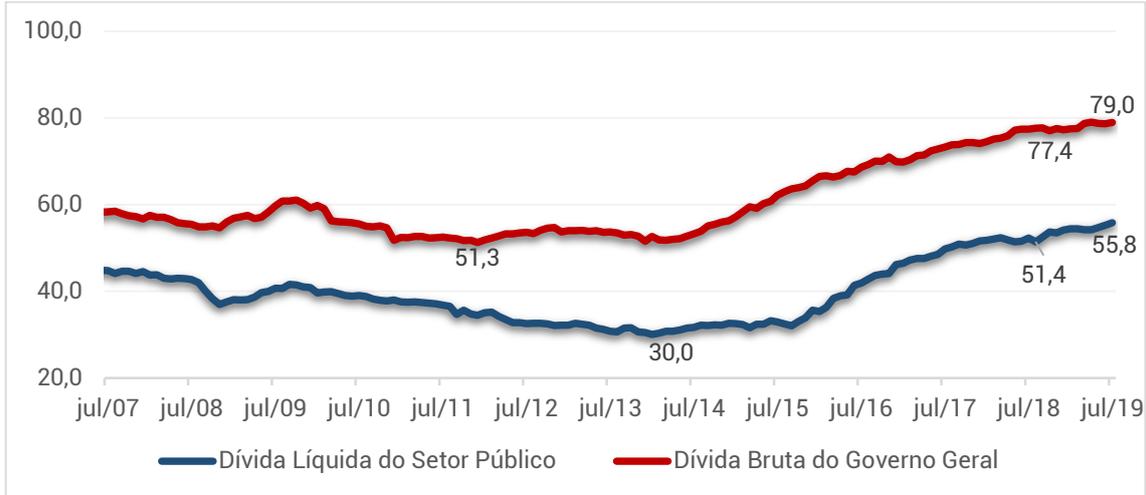
Fonte: BCB

Em julho de 2019, a Dívida Bruta do Governo Geral foi correspondente a 79,0% do PIB. A partir de março o indicador tem apresentado estabilidade em decorrência da devolução de recursos do BNDES.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), em julho de 2019, foi correspondente a 79,0% do PIB (o equivalente a R\$5,5 trilhões), representando um aumento de 0,3 p.p. em relação ao mês anterior e de 1,6 p.p. em relação a julho de 2018. No ano 2019, de acordo com o BCB, o crescimento de 1,8 p.p. na relação DBGG/PIB foi decorrente, principalmente, da incorporação de juros nominais, das emissões líquidas de dívida do governo central e da valorização cambial. Cabe destacar que, de acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), esse indicador tem mostrado estabilidade em torno de 79,0% do PIB desde março, em decorrência da devolução de recursos do BNDES ao Tesouro Nacional.

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em julho de 2019, foi correspondente a 55,8% do PIB (R\$3,9 trilhões), representando um aumento de 0,6 p.p. em relação ao mês anterior e de 3,5 p.p. em relação a julho de 2018. No ano 2019, segundo o BCB, o aumento de 1,4 p.p. na relação DLSP/PIB foi influenciado, principalmente, pela incorporação de juros nominais, pela valorização cambial e pelo crescimento do PIB nominal.

Gráfico 17 - Brasil: Evolução mensal da Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público, em % do PIB, de julho de 2007 a julho de 2019.



Fonte: BCB

Diante do exposto, observa-se que o ainda baixo dinamismo da economia brasileira tem impactado diretamente a capacidade de arrecadação tributária no país, o que tem contribuído para a ocorrência de sucessivos déficits primários desde 2014 e, conseqüentemente, para aumentar o nível de endividamento do país. De acordo com projeções da STN, o resultado primário do Governo Central deverá ser superavitário em 2022 e a DBGG deve apresentar uma reversão da trajetória de alta em 2023.

Conforme foi abordado na seção de cenário político desta publicação, algumas medidas têm sido adotadas com vistas a promover o ajuste fiscal como a busca pela realização de reformas estruturantes como a Reforma da Previdência – que, de acordo com o Governo Federal, deve gerar uma economia de cerca de R\$ 900,00 bilhões ao longo dos próximos 10 anos – e a Reforma Tributária, que deve avançar na agenda do Congresso Nacional nos próximos meses.

3. CENÁRIO ESTADUAL

3.1. Nível de Atividades

3.1.1. Produto Interno Bruto

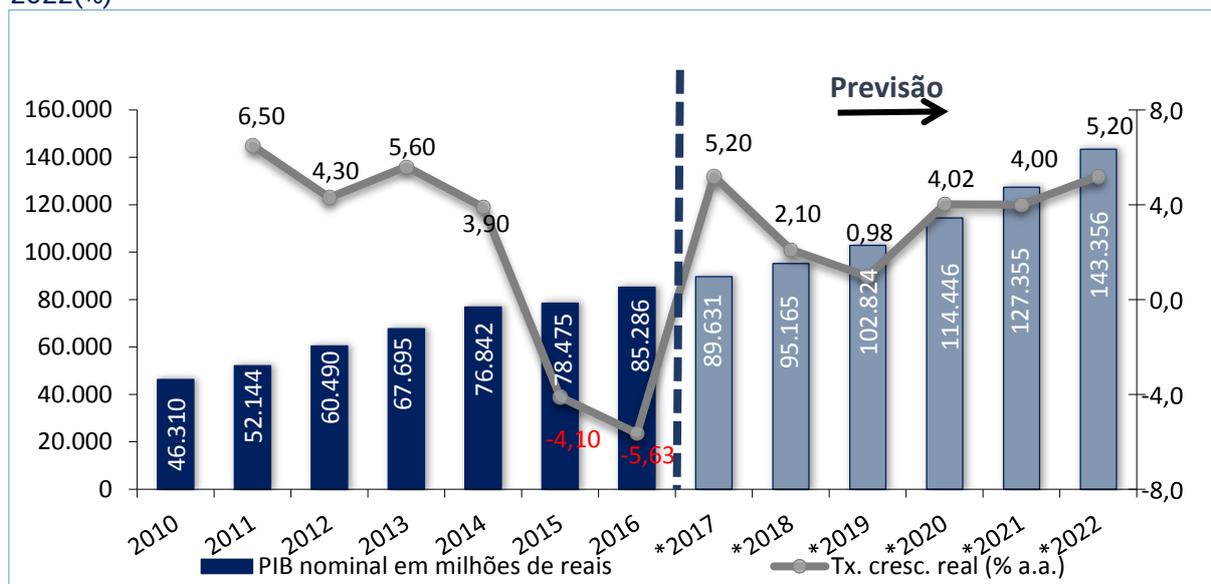
Crescimento estimado para o PIB maranhense em 2019 deverá ser de 0,98%, acima da estimativa nacional

A estimativa de crescimento do PIB maranhense para 2019 é de 0,98%²⁵, enquanto que o crescimento esperado para o Brasil é de 0,87%. Os setores com melhores desempenhos no Maranhão, em termos de Valor adicionado no ano 2019 são os Serviços e Indústria.

As previsões para 2020 e 2021 são de 4,00% em cada ano e para 2023 espera-se um crescimento de 5,20%. (**Gráfico 18**).

²⁵ Estimativa elaborada com informações disponíveis até set/2019. As projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

Gráfico 18 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB-2010 a 2022(%)



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

A estimativa do PIB maranhense para 2017 manteve-se, devido à vários fatores, como por exemplo, a manutenção das políticas anticíclicas²⁶ colocadas em prática desde 2015, início da recessão, somada à recuperação expressiva do setor primário, com o crescimento na safra de grãos, maior influenciador da retomada do crescimento da economia maranhense.

Ressalta-se que o resultado oficial para 2017 será divulgado na segunda quinzena de novembro pelo IMESC em convênio com o IBGE.

Agropecuária: produção de grãos ameniza a queda no setor primário em 2019

Considerando o LSPA do mês de agosto de 2019, que aponta um crescimento de 11,5% na produção de grãos do estado, revisou-se o VA do setor primário para -1,1%, ante -1,4% conforme divulgado no boletim do trimestre anterior.

Desse modo, os grãos têm crescido fortemente e ao que tudo indica, teremos uma produção recorde (4,9 milhões de toneladas de grãos), puxada pela soja (+4,0%) e milho (+36,5%)²⁷.

Apesar dos grãos estarem apresentando crescimento, o resultado ainda permanece negativo devido à queda expressiva na quantidade produzida de mandioca, cultura também importante no setor agropecuário maranhense, pois é o terceiro produto mais importante em termos de valor em comparação às demais culturas da lavoura temporária produzidas no estado.

Indústria: o Setor secundário se mantém positivo devido à recuperação da Construção Civil com perspectiva de manutenção do crescimento no segundo semestre

O crescimento esperado para a indústria é de 1,2%, em 2019. Apesar de positivo, foi reavaliado em virtude do baixo dinamismo das Indústrias Extrativas e Transformação. Por outro lado, a recuperação da atividade de Construção Civil compensou a queda nas demais atividades.

Pela ótica da Indústria Extrativa, a produção de Gás Natural apresentou baixo dinamismo durante o primeiro semestre do ano. Contudo, este ano o Maranhão voltou a exportar ouro, o que não ocorria desde 2014. Segundo dados do Ministério da Economia, o Maranhão exportou cerca de 0,4 toneladas de ouro, o equivalente a US\$ 16,7 milhões.

²⁷ Ver seção referente à produção agrícola.

Quanto aos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), a geração de energia apresentou baixo dinamismo, o que contribuiu para essa reavaliação no VA do setor secundário. Cabe destacar que a Geração de Energia responde por cerca de 55% dos SIUP, o que limitou o melhor desempenho da Indústria.

Como contraponto à essa situação, a Construção Civil, que responde por cerca de 38% do VA do Setor Secundário no Maranhão, vinha apresentando baixo dinamismo ao longo dos seis primeiros meses do ano, por causa dos fatores sazonais como o período de chuvas mais intenso. Contudo, o setor já começou a responder positivamente, visto que no último resultado do CAGED, foram gerados cerca de 656 empregos formais somente no mês de julho, o que sugere uma recuperação ao longo de 2019. Destaca-se que o Maranhão segue a tendência nacional nessa atividade, cujo crescimento no número de empregos formais entre o acumulado do ano até julho entre 2019 e 2018 foi de 44,7%.

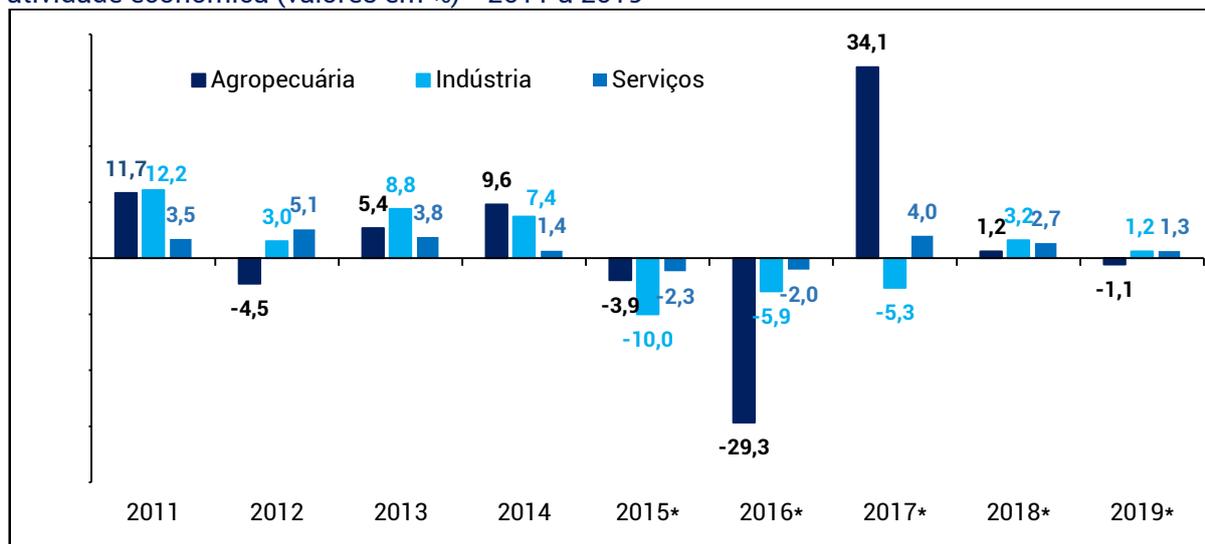
Serviços: setor terciário exerce maior impulso no crescimento do PIB em 2019

O crescimento estimado para o VA do Setor Terciário é de 1,3%, em 2019. Esse crescimento reflete o período de recuperação gradual da economia maranhense, com alta de 3,3% no volume de serviços na variação interanual do acumulado de janeiro a junho e crescimento de 0,4% no volume de vendas acumulado de janeiro a junho.

Cabe destacar que, dentre os segmentos nos quais se subdivide a atividade de Comércio, por exemplo, pode-se mencionar o comércio de veículos, que registrou crescimento de +6,1% no acumulado do primeiro semestre de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior, somado ao crescimento de 6,5% no volume de receita nominal do setor de serviços no primeiro semestre de 2019 no comparativo interanual, com base na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Destaca-se que o Setor de Serviços é o que mais impacta no PIB estadual, pois tem um peso de pouco mais de 70%. E, dentro deste setor, o Comércio tem uma fatia de aproximadamente 20%, enquanto a Administração Pública responde por cerca de 36%²⁸.

Gráfico 19 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria.

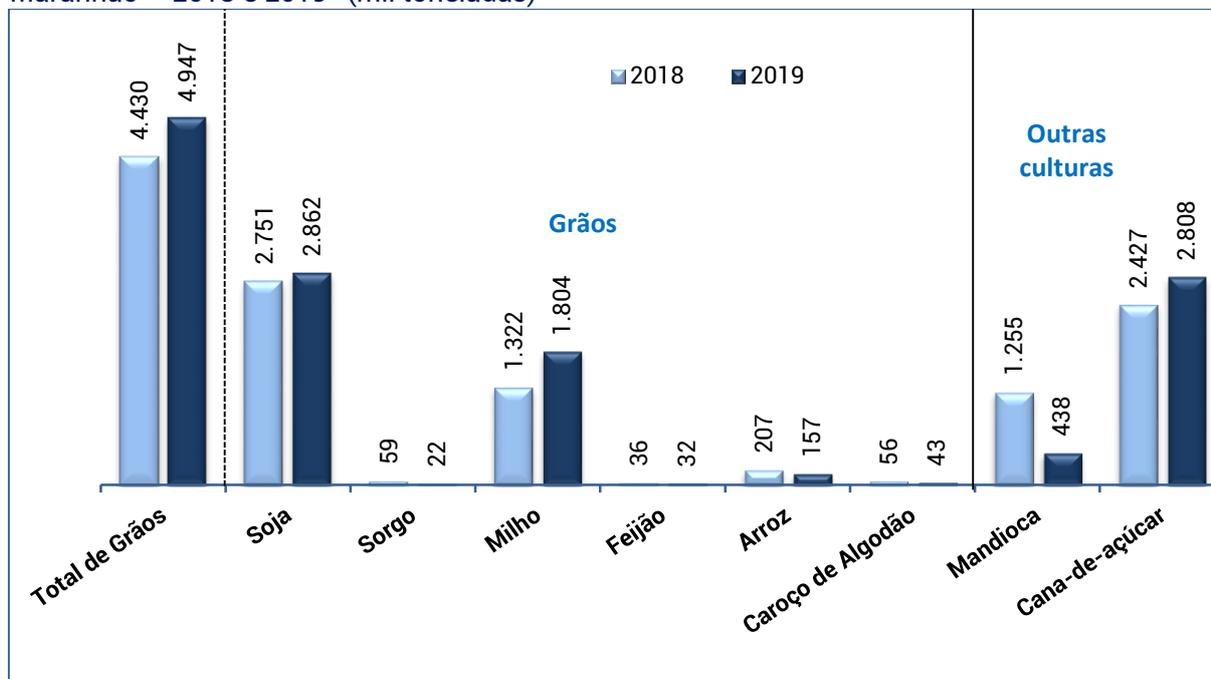
3.1.2. Produção Agrícola

Impulsionada pela produção de milho e soja, estimativa da produção graneleira maranhense registra 11,7% de crescimento em relação a 2018, atingindo patamar recorde de 4,9 milhões de toneladas.

²⁸ Percentuais de participação calculados a partir do PIB 2016.

De acordo com o LSPA referente a agosto de 2019, a produção de grãos para o ano corrente está estimada em 4,9 milhões de toneladas (t), um recorde para o estado. Em comparação com a safra de 2018, o crescimento esperado é de 11,7%. A principal contribuição para tal resultado é do milho, que, assim como em âmbito nacional, apresentou expressivo aumento na estimativa da quantidade produzida, com a segunda safra atingindo uma variação de 157% em relação à safra estimada do ano anterior.

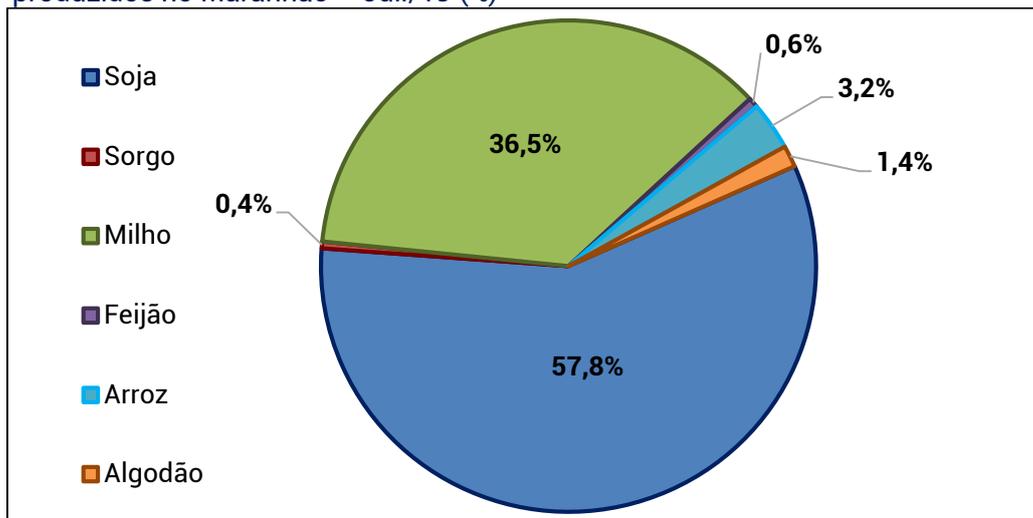
Gráfico 20 - Estimativa da produção das principais culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão – 2018 e 2019* (mil toneladas)



Fonte: LSPA/IBGE * Dados referentes ao mês de agosto.

- A estimativa para a soja apresentou crescimento de 4,0% no levantamento de julho em comparação ao ano passado, atingindo 2,9 milhões de toneladas, 57,8% do total de grãos produzidos. Os maiores volumes são esperados em Balsas e Tasso Fragoso, ambos com produção em torno de 600 mil toneladas. Vale destacar que, em 2018, cerca de 91% da produção do estado foi exportada (2,5 milhões de toneladas), o equivalente a US\$ 988 milhões.
- A produção de milho deve alcançar um patamar de 1,8 milhão de toneladas, o que representa uma variação de 36,6% em relação à safra de 2018, ano no qual a estiagem prejudicou a produtividade da lavoura, em especial na segunda safra. Contudo, em 2019, as condições climáticas ajudaram a elevar o rendimento médio e recuperar as perdas. Os municípios que devem apresentar as maiores quantidades produzidas de milho em 2019 são: Balsas (450 mil/t), Tasso Fragoso (300 mil/t) e São Raimundo das Mangabeiras (150 mil/t). Vale destacar que a produção de milho representa 36,5% da produção total de grãos no estado.

Gráfico 21 - Estimativa da participação das principais culturas no total de grãos produzidos no Maranhão – Jul./19 (%)



Fonte: LSPA/IBGE

- O arroz, por sua vez, continuou a apresentar variação negativa na comparação com 2018, com recuo de 24,0%. O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que a produção estava superestimada, fazendo com que os dados de produção estimada tivessem de ser revisados nos levantamentos seguintes. Ainda assim, a rizicultura está presente em 212 dos 217 municípios maranhenses e continua a ser uma lavoura importante para o estado.
- A mandioca, assim como o arroz, estava superestimada antes da realização do Censo Agropecuário de 2017, e deve apresentar uma produção de 438 mil toneladas neste ano, patamar bem inferior ao estimado no ano passado (1,26 milhão de toneladas). Atualmente, a produção de mandioca abrange 216 municípios, sendo mais expressiva em Cachoeira Grande, Tuntum e Barreirinhas.
- A cana-de-açúcar deve registrar uma produção de 2,8 milhões de toneladas, variação de 15,7% em relação à safra passada. Os municípios com maior produção em 2019 devem ser São Raimundo das Mangabeiras (1,3 mi/t), Campestre do Maranhão (400 m/t) e Aldeias Altas (300 m/t), todos com usinas para a produção de açúcar e álcool.

3.1.3. Indústria

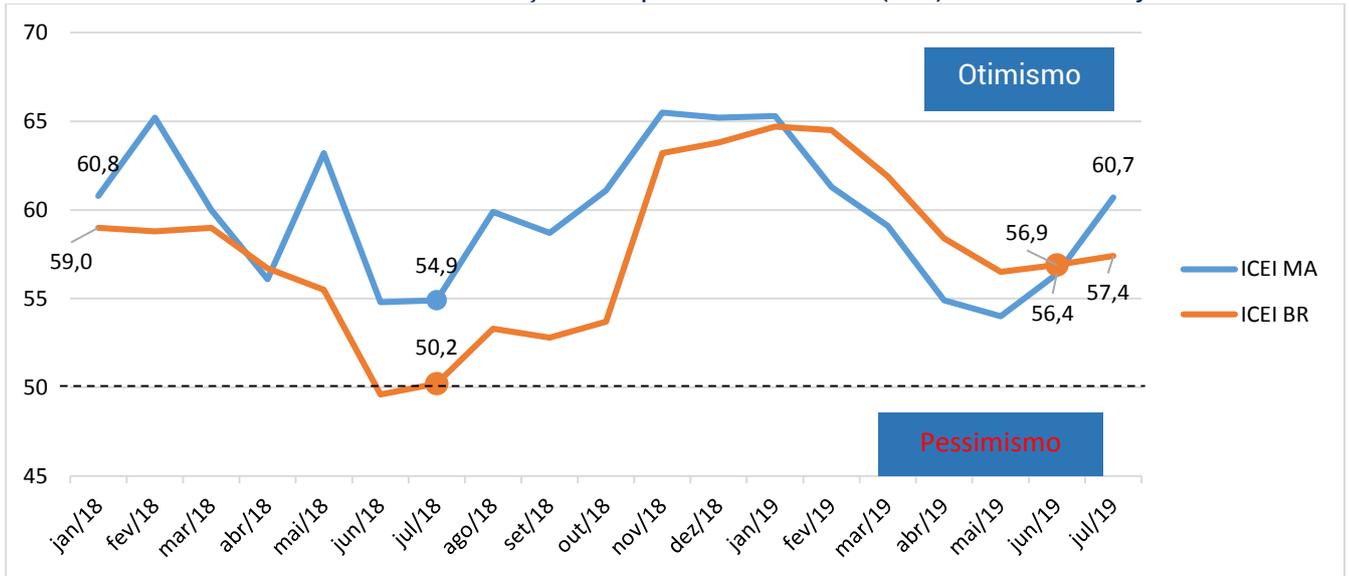
Confiança empresarial da Indústria maranhense registra segundo aumento consecutivo, interrompendo a trajetória de queda ao longo de 2019.

A trajetória de perda de confiança no setor industrial maranhense, registrada desde o início do ano, pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)²⁹ do Maranhão, foi substituída por uma recuperação de crescimento iniciada em junho. Contribuíram para esse crescimento a visão dos empresários sobre as condições atuais e a futuras que impactam o setor industrial.

Em julho de 2019, o ICEI-MA atingiu a segunda alta consecutiva do ano, posicionando acima do índice nacional, comparado com junho, o aumento foi de 4,3 pontos, influenciado diretamente pelas avaliações sobre as condições atuais da economia, do estado e da empresa. Em relação a julho de 2018 o aumento foi ainda maior, marcando 5,8 pontos acima do índice de julho de 2019.

²⁹ Abrange empresas da Construção Civil e 23 Indústrias Extrativas e de Transformação.

Gráfico 22 - Maranhão: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – Jul. /2018 a julho/2019



Fonte: FIEMA

Em todos os subsetores analisados (construção civil, indústria extrativa e de transformação), os resultados foram positivos, tanto no que se refere à situação atual como na perspectiva de continuidade de melhora para os próximos seis meses, segundo os empresários consultados pela pesquisa.

Esse cenário reflete, em parte, o otimismo dos empresários diante do avanço da proposta da reforma da previdência e o início das discussões da proposta de reforma tributária.

Volume de produção e utilização da Capacidade Instalada do Maranhão encontram-se abaixo do nível de satisfação, desde fevereiro de 2019.

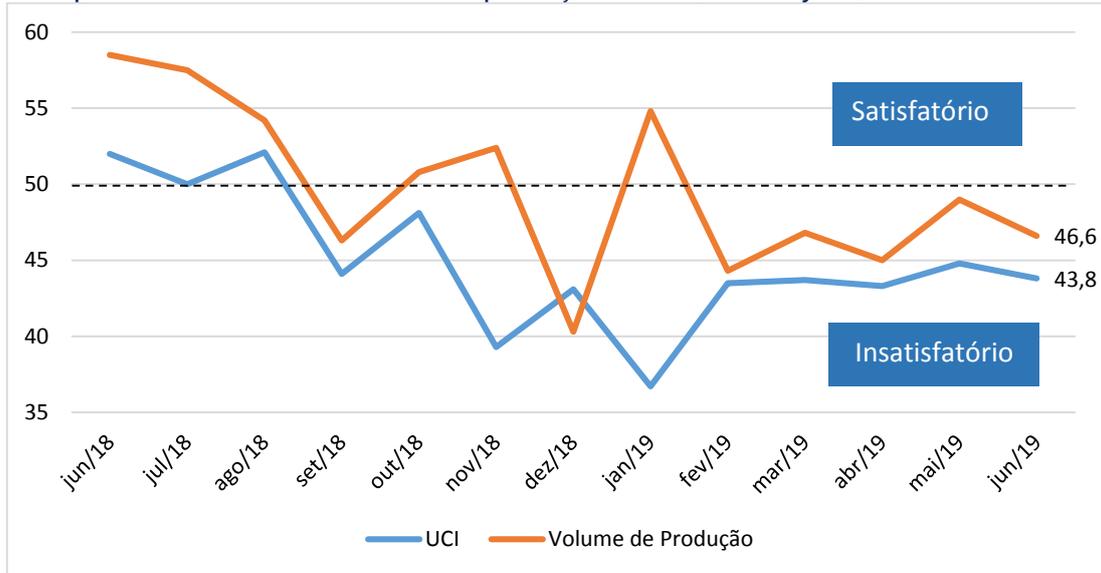
Segundo a pesquisa de Sondagem Industrial Maranhense³⁰, realizada pela FIEMA, a indústria maranhense vem apresentando baixos índices de volume de produção, com tímidas evoluções, permanecendo abaixo do nível considerado satisfatório, ao longo de 2019.

Considerando o componente de volume de produção, nota-se um decréscimo da atividade do setor, na ordem de 2,4 pontos em junho em relação a maio, o que configura o quinto mês consecutivo do indicador em patamar abaixo do nível de satisfação da pesquisa.

Em relação ao componente de Utilização da Capacidade Instalada (UCI), o indicador atingiu 43,8 pontos em junho de 2019, decréscimo de 1,0 ponto em relação ao mês anterior, indicando que a Utilização da Capacidade Instalada se encontra praticamente no mesmo patamar de fevereiro de 2019.

³⁰ Pesquisa elaborada mensalmente pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), que gera informações úteis ao monitoramento das tendências econômicas no setor industrial maranhense. Compostas por indicadores de nível de atividade (volume de produção, Utilização da Capacidade Instalada, empregados e estoque) e expectativa para os próximos seis meses (demanda, empregados, compra de matéria-prima e exportação).

Gráfico 23 - Maranhão: Componentes da Pesquisa de Sondagem Industrial: Utilização da capacidade Instalada e Volume de produção – Jun. /2018 a jun. /2019



Fonte: Sondagem Industrial Maranhense, Fiema.

3.1.4. Comércio

O Volume de vendas do varejo ampliado maranhense registrou leve avanço de 0,4%, considerando no comparativo do primeiro semestre de 2019 em relação do de 2018, segundo a PMC.

O comércio varejista ampliado vem reduzindo o ritmo de crescimento no acumulado de 12 meses, devido aos resultados pouco expressivos no ano de 2019. No período de jul/18-jun/2019 o crescimento foi de 3,1% e no acumulado de janeiro a junho de 2019, em comparação a igual período de 2018, registrou-se um leve avanço de 0,4% no volume de vendas.

O varejo ampliado está sendo impactado diretamente pela redução na massa de rendimentos, que registrou queda de -1,2% no segundo trimestre de 2019 quando comparado ao segundo trimestre de 2018.

Tabela 14 – Maranhão: Variação (%) do Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado e Restrito, em maio de 2019. Base Fixa 2014 = 100.

MARANHÃO - VOLUME DE VENDAS						
Varejo	Variação Mensal (%)			junho/2019 comparado a junho/2018	Acumulado do ano 2019	Acumulado dos últimos 12 meses
	abr/19	mai/19	jun/19			
Ampliado	-1,6	1,2	-0,2	-4,2	0,4	3,1
Restrito	-1,0	0,6	-0,8	-3,3	0,4	3

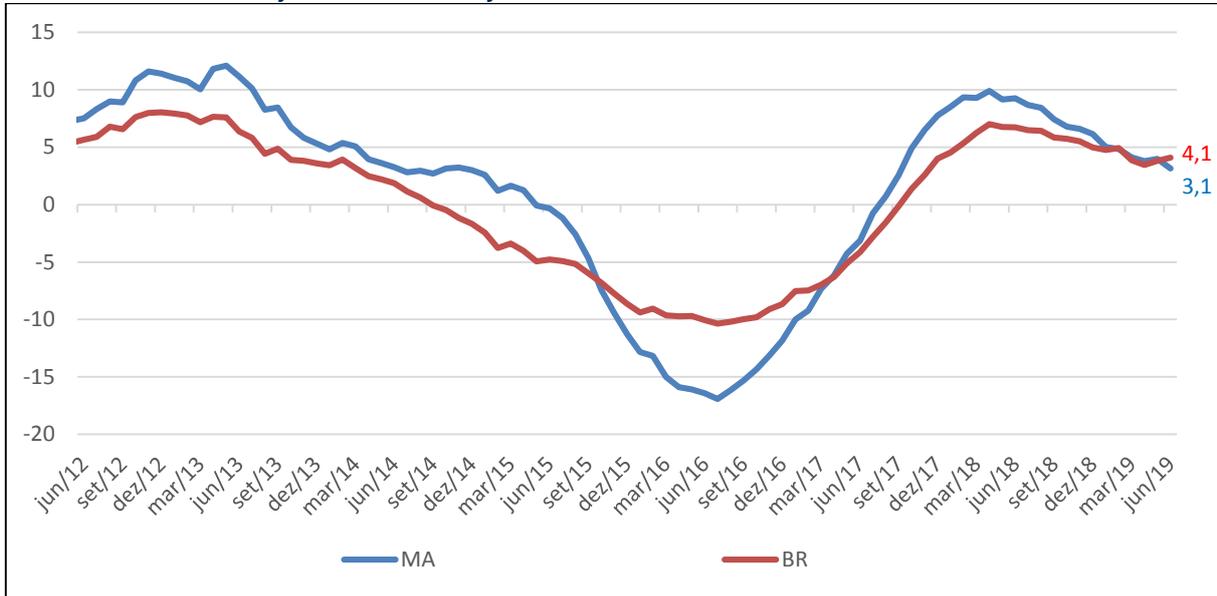
Fonte: PMC, IBGE.

Em junho de 2019, o índice apresentou variação negativa de 0,2%, quando comparado a maio. Ainda segundo a PMC, o nível de vendas do Varejo Ampliado, ao registrar 89,1 pontos, se encontra distante de seu melhor momento, quando atingiu 108 pontos em outubro de 2014. Apesar disso, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 14 pontos percentuais desde o pior momento da recessão econômica, quando registrou 75,1 pontos, em setembro de 2016.

Ao analisar-se a evolução do varejo ampliado no acumulado de 12 meses, se observa a melhora do volume de vendas do comércio ampliado nestes últimos três anos, chegando a alcançar alta de 3,1% em junho de 2019. Isto se deve em grande parte ao desempenho de vendas de veículos novos no Maranhão, que apesar das oscilações na evolução mensal, vêm contribuindo para aumentar o volume

de vendas no Estado. Entretanto, o gráfico a seguir mostra que vêm havendo uma redução do ritmo de volume de vendas observada desde abril de 2018 para o Maranhão, e neste momento, possui desempenho inferior ao apresentado pelo varejo nacional que subiu 4,1% neste mesmo comparativo.

Gráfico 24 - Variação do volume de vendas do Varejo Ampliado do Maranhão e do Brasil, nos últimos 12 meses, de junho de 2012 a junho de 2019. Base Fixa 2014 = 100.



Fonte: PMC, IBGE

Segundo dados da FENABRAVE, o segmento de veículos, motos, partes e peças registrou avanço de 1,4% no volume de unidades vendidas de veículos novos no acumulado de 12 meses. No acumulado de janeiro a junho de 2019, foram vendidas 40.527 unidades de veículos novos, um aumento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Somente no mês de junho de 2019, foram vendidos 6.335 veículos novos, mas no mês anterior haviam sido vendidos 7.202 veículos novos, evidenciando uma queda de 12% em volume de vendas na variação mensal.

Tabela 15 - Brasil e Maranhão: Variação (%) do licenciamento total de veículos novos em junho de 2019.

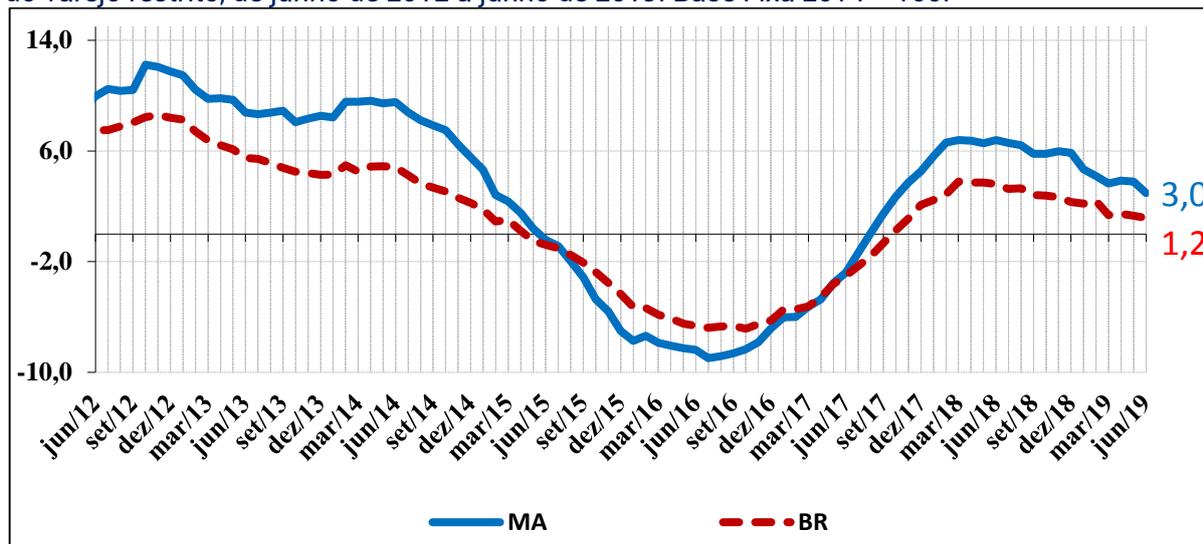
Abrangência	Variação Mensal	Variação Anual	Acumulado do ano
Brasil	-11,7	10,0	13,4
Maranhão	-12,0	14,2	6,1

Fonte: Fenabrave

O volume de vendas do varejo restrito segue a mesma tendência do comércio ampliado, com perda de ritmo do crescimento de volume de vendas (+3% no acumulado de 12 meses, +0,4% no acumulado do ano e -3,3% em junho). Mesmo com baixo dinamismo, o volume de vendas do varejo restrito maranhense ainda apresenta variação superior ao do Brasil.

Ressalta-se que o varejo restrito exclui os resultados dos segmentos de Material de Construção e de Veículos, Motos, partes e peças. Isto aponta para uma desaceleração no ritmo de vendas de segmentos importantes, como Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebida e fumo, que representa mais de 45% do peso no resultado do varejo restrito

Gráfico 25 - Brasil e Maranhão: Variação (%) no acumulado de 12 meses (%) do volume de vendas do varejo restrito, de junho de 2012 a junho de 2019. Base Fixa 2014 = 100.



Fonte: PMC, IBGE.

Existe tendência de melhora do volume de vendas do varejo ampliado e restrito para os próximos meses, estimulada pela medida do Governo Federal de liberação de saques das contas do FGTS e PIS, que irão injetar R\$ 728,1 milhões na economia maranhense a partir de setembro, beneficiando 1.545.664 trabalhadores³¹. Este valor representa 0,71% do valor previsto do PIB do Estado em 2019. Cada beneficiário poderá fazer saque de até R\$ 500,00. O calendário para pagamento se estende até 31 de março de 2020. A partir de abril de 2020, o trabalhador poderá fazer a opção por sacar um percentual do FGTS anualmente.

Inadimplência no Maranhão

A inadimplência maranhense em junho de 2019 foi superior às médias do país e do Nordeste, quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

O nível de inadimplência do Estado do Maranhão cresceu 4,42% em junho de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A média da Região Nordeste caiu 0,58% e a média nacional subiu 1,66%. A evolução da inadimplência, no Maranhão, na comparação interanual tem uma parcela de contribuição na queda do volume de vendas do comércio varejista, pois reduz a capacidade de pagamento futuro baseada em crédito parcelado, obrigando o consumidor a fazer cortes em seu consumo.

No comparativo mensal, o nível de inadimplência caiu 0,52% no Maranhão, enquanto que no Nordeste ela recuou 0,04% e teve um leve avanço de 0,02% na média nacional. A queda do nível de inadimplência não foi suficiente para estimular o consumo no varejo no mês de junho.

Tabela 16- Maranhão: Nível de Inadimplência em junho de 2019 (%)

Nível de Inadimplência		
Abrangência	Variação Anual (jun/19 em relação a jun/18)	Variação Mensal (junho em relação a maio/19)
Maranhão	4,42	-0,52
Nordeste	-0,58	-0,04
Brasil	1,66	0,02

Fonte: SPC Brasil / CDL São Luís

³¹ Segundo informações da Caixa Econômica Federal.

Em relação à evolução do número de dívidas em junho de 2019, houve avanço de 3,55% em relação a junho de 2018. Este resultado está acima da média da Região Nordeste (-3,19%) e acima da média nacional (-0,97%). Isso revela a piora do perfil da inadimplência dos consumidores maranhenses, quando são verificados o aumento do nível de inadimplência e a maior quantidade de dívidas, que contribui para redução do acesso ao crédito junto aos Bancos e ao sistema de crediário das lojas do comércio maranhense.

3.1.5. Serviços Volume de Serviços

No acumulado do ano até junho de 2019, o volume de serviços no Maranhão apresentou alta de 3,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, segundo a PMS do IBGE.

Segundo dados da PMS, o volume de serviços no mês de junho de 2019 apresentou alta de 3,1% no acumulado dos últimos doze meses quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A maior contribuição para esse resultado foi obtida no ano de 2019, em que apenas o acumulado de janeiro a junho deste ano apresentou alta de 3,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

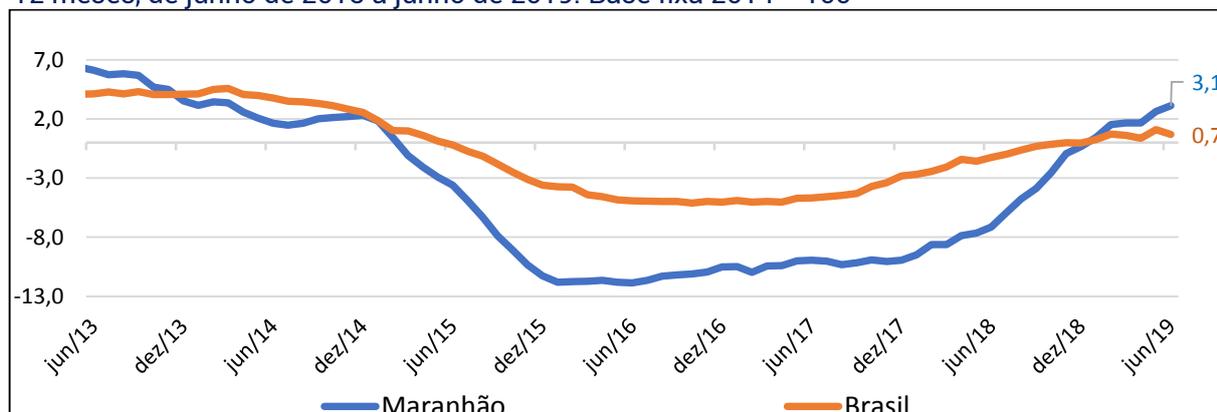
Tabela 17 - Maranhão: Evolução (%) do Volume e das receitas de Serviços, em junho de 2019. Base 2014=100

Serviços	Variação Mensal (%)			Junho/2019 comparado a junho/2018	Acumulado do ano 2019	Acumulado dos últimos 12 meses
	abr/19	mai/19	jun/19			
VOLUME	10,9	1,5	-2,7	2,4	3,3	3,1
RECEITAS	4,9	2,5	-3,7	5,3	6,5	7,2

Fonte: PMS, IBGE

A variação do volume de serviços no acumulado de doze meses indica tendência de crescimento, com o Maranhão se situando em patamar superior ao do país que subiu 0,7% na variação do acumulado de doze meses até junho de 2019. A evolução do volume de serviços maranhense vem apresentando em 2019, recuperação de perdas ocorridas de março de 2015 a dezembro de 2018, período em que o volume de serviços esteve abaixo da evolução nacional.

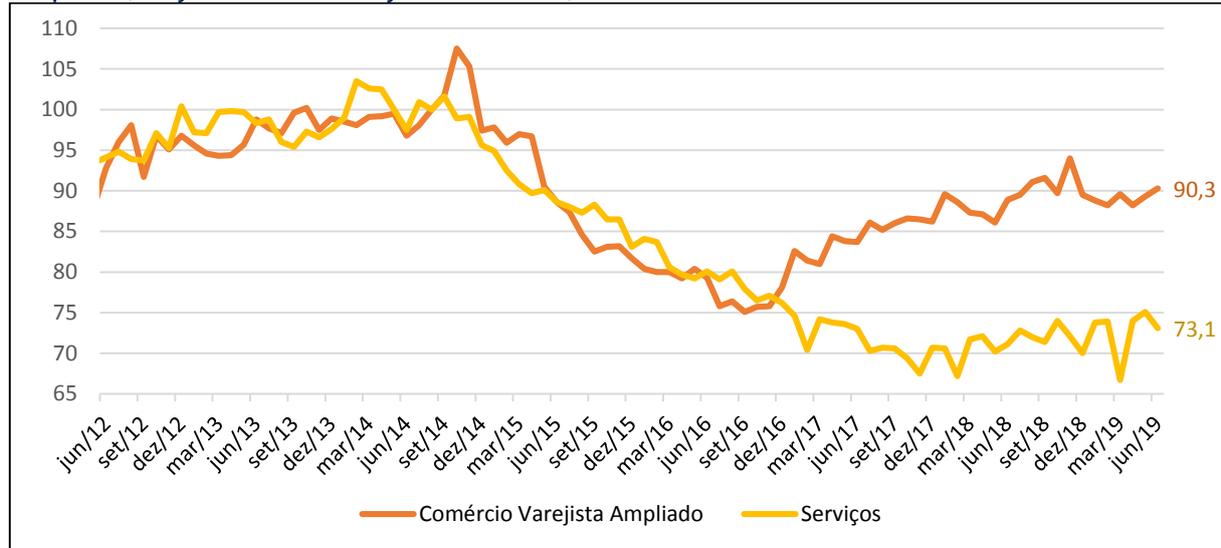
Gráfico 26 - BR e MA: Variação (%) do volume de serviços com ajuste sazonal, no acumulado de 12 meses, de junho de 2013 a junho de 2019. Base fixa 2014 = 100



Fonte: PMS, IBGE

Entretanto, o resultado do volume de serviços em junho de 2019 quando comparado ao mês anterior recuou 2,7%, quebrando uma sequência de bons resultados apresentados pelo setor. No setor terciário, o setor de serviços, que atingiu o número índice de 73,1 pontos segundo a PMS, ainda apresenta seu volume inferior ao volume de vendas do varejo ampliado que alcançou 90,3 pontos no número índice, calculado pela PMC, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 27 - Maranhão: Evolução do Índice de Volume do Serviços e do Comércio Varejista Ampliado, de junho de 2012 a junho de 2019, base fixa 2014 = 100



Fonte: PMS e PMC, IBGE.

Dentro do setor terciário, o Comércio varejista ampliado, após atingir seu pior nível histórico em set.16 com 75,1 pontos, vem se recuperando gradativamente, embora ainda esteja abaixo de seu melhor nível histórico (107,5 pontos), alcançado em out.14. Já o setor de Serviços, após apresentar seu pior nível histórico em mar.19 com 66,8 pontos, segue abaixo do seu maior nível histórico que foi 103,6 pontos em fevereiro de 2014.

3.2. Comércio Exterior

3.2.1. Balança Comercial

Importações estaduais registraram forte aumento, principalmente na importação de combustíveis.

No acumulado de janeiro a julho de 2019, comparado com mesmo período de 2018, houve queda de 6,0% nos valores das exportações maranhenses. Nas importações, houve aumento de 26,3%, impulsionado pelo aumento da quantidade importada de Combustíveis e Lubrificantes.

Tabela 18 - Balança Comercial Maranhense de 2015 até 2019*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)
2015	3.050,1	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,6
2016	2.209,8	-27,5	-2.101,8	-42,0	108,1
2017	3.032,1	37,2	-2.559,3	21,8	472,8
2018	3.788,5	24,9	-3.094,1	20,9	694,4
2018*	2.236,1	-	-1.516,5	-	719,6
2019*	2.102,2	-6,0	-1.915,3	26,3	186,8

Fonte: Ministério da Economia, *acumulado de janeiro a julho.

Os produtos que mais contribuíram para redução das exportações foram a alumina calcinada, a soja e a pasta de celulose (Tabela 19).

- A queda no valor exportado de alumina calcinada se deve tanto por menor quantidade exportada quanto pelo menor preço internacional do alumínio, que fechou julho/2019 em patamar 13,7% abaixo da cotação no mesmo período de 2018. No acumulado de janeiro a julho foram exportados US\$ 772,8 milhões do produto, 15,9% a menos que no mesmo período de 2018.

- No Complexo Celulose, mantém-se a tendência de redução na produção de pasta de celulose pela Suzano em diversos estados do país. No acumulado de janeiro a julho foram exportados US\$ 522,0 milhões do produto, 7,1% a menos que no mesmo período de 2018. segundo colocado, US\$ 522,0 milhões (-7,1%);
- No Complexo Soja, a queda das exportações em valor se derivou de uma redução na quantidade de soja produzida, além da queda na cotação da commodity, tendo em vista a diminuição demanda chinesa. No acumulado de janeiro a julho foram exportados US\$ 517,8 milhões do produto, 17,0% a menos que no mesmo período de 2018.
- Dentre as mercadorias com menor peso, o valor exportado no Complexo de Proteína Animal também caiu (-12,6%), apesar de aumento no volume (1,2%), sendo que a carne bovina brasileira mantém desvalorização recorde em relação à cotação internacional da *commodity*.

O complexo ferro, por outro lado, teve o maior crescimento absoluto, causado pela retomada da produção de pelotas de ferro em setembro de 2018.

- No que tange ao Complexo Ferro, quase a totalidade do aumento veio da retomada da pelletização pela Vale S/A em 2018, tendo a exportação de pelotas representado 60,3 do total exportado neste complexo no acumulado de janeiro a julho de 2019. A siderurgia maranhense continua se beneficiando da paralização parcial da Vale em Minas Gerais, após o desastre de Brumadinho (MG) em janeiro/2019. No total, o Maranhão exportou US\$ 226,2 milhões de produtos do Complexo ferro entre janeiro e julho de 2019, 157,8% a mais que no mesmo período do ano passado.
- Dentre as mercadorias com menor peso, destaca-se aumento de 12,6% nas exportações de milho e queda de 16,0% no algodão. Destaca-se a queda de 65,1% nas exportações do Complexo Couro em valor, enquanto a queda em volume foi de apenas 18,0%, seguindo a tendência global de desvalorização do produto, descrita no último boletim.

Tabela 19 - Principais Complexos e Produtos exportados pelo Estado do Maranhão de 2018 até 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e Crescimento (%)

Produtos	2018		2018*		2019*		Variação 2019*-2018*		Cresc (%) 2019*/2018*	
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd
Total	3.788,5	8.350,1	2.236,1	4.776,5	2.102,2	5.950,9	-134,0	1.174,4	-6,0	24,6
Alumina Calcinação	1.630,2	3.459,3	918,7	2.059,4	772,8	2.010,8	-145,9	-48,5	-15,9	-2,4
Complexo Soja	988,4	2.505,9	623,5	1.568,6	517,8	1.479,1	-105,7	-89,5	-17,0	-5,7
Complexo Celulose	826,1	1.265,3	561,8	878,1	522,0	764,3	-39,8	-113,8	-7,1	-13,0
Complexo Ferro	223,7	941,7	87,7	218,1	226,2	1.637,3	138,4	1.419,2	157,8	650,6
Ferro Gusa	142,6	370,0	74,8	192,9	87,4	252,7	12,6	59,8	16,8	31,0
Semimanuf. de Ferro/Aço	11,7	23,0	11,7	23,0	0,0	0,0	-11,7	-23,0	-100,0	-100,0
Pelotas de Ferro	68,1	546,1	0,0	0,0	136,4	1.360,6	136,4	1.360,6	0,0	0,0
Milho	21,6	128,2	5,5	34,0	6,2	37,3	0,7	3,2	12,6	9,5
Algodão Debulhado	55,4	31,7	14,3	8,0	12,0	6,9	-2,3	-1,0	-16,0	-13,0
Complexo Proteína Animal	23,9	6,3	13,7	3,5	12,7	3,7	-1,0	0,2	-7,5	6,6
Peças de Carnes Bovinas	23,2	6,1	13,4	3,4	11,7	3,5	-1,7	0,0	-12,6	1,2
Complexo Couro	4,4	1,9	2,6	0,7	0,9	0,6	-1,7	-0,1	-65,1	-18,0
Outros Complexos e produtos	14,4	9,5	8,2	6,0	14,8	10,7	6,6	4,7	80,9	78,7

Fonte: Ministério da Economia, *1º acumulado de janeiro a julho.

Item combustíveis e lubrificantes atinge aproximadamente 70% das importações maranhense no primeiro semestre de 2019

O valor das importações maranhenses registrou um aumento de 26,3% no acumulado de janeiro a julho de 2019, em relação ao mesmo período de 2018. A abertura por Grandes Categorias Econômicas (CGE) mostra que a categoria que pressionou esse aumento foi Combustíveis e Lubrificantes, que possui maior peso na pauta de importações (70%). A categoria Bens de Consumo também registrou aumento, enquanto as categorias Bens de Capital e Bens Intermediários apresentaram queda.

Tabela 20 - Importações Maranhenses Por Grandes Categorias Econômicas (GCE) de 2018 até 2019*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)

	2018		2019*		2019*		2019*	
	US\$ mi	part%	US\$ mi	part%	US\$ mi	part%	US\$ mi	%
Total	3.094,1	100,0	1.516,5	100,0	1.915,3	100,0	398,8	26,3
Bens de Capital	64,9	2,1	46,6	3,1	35,3	1,8	-11,3	-24,3
Bens de Capital	39,2	1,3	23,4	1,5	35,3	1,8	11,8	50,5
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	25,7	0,8	23,1	1,5	0,0	0,0	-23,1	-100,0
Bens Intermediários	1.215,9	39,3	737,7	48,6	566,9	29,6	-170,9	-23,2
Peças e Acess. Equip. de Transporte	26,1	0,8	19,2	1,3	14,3	0,7	-4,8	-25,2
Insumos Industriais	1.167,2	37,7	704,7	46,5	538,5	28,1	-166,2	-23,6
Alimentos e Beb destinados à Ind	22,5	0,7	13,8	0,9	14,1	0,7	0,2	1,7
Bens Diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0
Combustíveis e Lubrificantes	1.779,5	57,5	723,1	47,7	1.300,2	67,9	577,1	79,8
Bens de Consumo	33,8	1,1	9,1	0,6	13,0	0,7	3,9	42,3
Bens de Consumo Duráveis	0,5	0,0	0,1	0,0	0,4	0,0	0,3	398,9
Bens de Consumo Não Duráveis	33,3	1,1	9,1	0,6	12,6	0,7	3,6	39,4

Fonte: Ministério da Economia, *acumulado de janeiro a julho

A alta dos Combustíveis e Lubrificantes derivou de maior aquisição de diesel (+60,9%) e gasolinas (+202,4%). As importações de óleo diesel subiram tanto em valor quanto em quantidade (+56,5%), mantendo a tendência de perda de market share da Petrobrás para produtoras estrangeiras, visto o fim do subsídio ao produto, que passa a seguir preços internacionais.

Houve redução também na categoria Bens de Capital, visto que a aquisição de locomotivas em janeiro (US\$ 23,1 milhões) não se repetiu, como referido no último boletim.

Na categoria dos Bens Intermediários, a redução de 23,2% no comparativo entre acumulado do de janeiro a julho de 2019 e mesmo período de 2018 deriva da menor compra de Álcool/Etanol, apesar de maiores compras em Fertilizantes. O etanol mantém a tendência de substituição pela gasolina, cujo preço vem se tornando mais atrativo graças à menor cotação do petróleo, enquanto os fertilizantes retratam o otimismo no setor agrícola.

Tabela 21 - Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2018 a 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)

Produtos	2018		2018*		2019*		Var. 2019*/2018*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Total Importado	3.094,1	7.715,3	1.516,5	3.885,9	1.915,3	4.645,6	26,3	19,5
Combustíveis e Lubrificantes	1.779,5	3.638,3	723,1	1.575,2	1.300,2	2.470,4	79,8	56,8
Diesel	1.473,9	2.252,4	571,4	953,1	919,4	1.491,9	60,9	56,5
Gasolinas	215,0	340,9	116,9	194,5	353,7	606,8	202,4	212,0
Coques, Hulhas e Derivados	90,2	1.044,9	34,6	427,7	27,1	371,6	-21,9	-13,1
Outros	0,5	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	-23,2	12,9
Álcool/Etanol	463,7	893,5	352,2	674,8	197,5	389,7	-43,9	-42,2
Fertilizantes	432,9	1.645,7	38,7	718,0	59,7	791,0	54,3	10,2
Cloretos de Potássio	146,6	505,9	9,8	243,9	31,0	282,4	217,7	15,8
ADP ¹	93,3	222,8	4,3	92,7	2,3	125,3	-45,9	35,1
Superfosfatos	87,4	510,2	1,0	178,4	2,0	215,7	103,9	20,9
Ureia	41,1	156,1	21,3	87,7	20,8	71,1	-2,5	-19,0
Sulfato de Amônio	11,1	73,5	0,7	38,8	2,6	55,8	256,0	44,1
Outros Fertilizantes	53,5	177,2	1,6	76,5	1,0	40,7	-39,9	-46,8
Outros Produtos	464,7	1.892,1	402,6	917,8	358,0	994,4	-11,1	8,3

Fonte: Ministério da Economia; *acumulado de janeiro a julho ¹Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

3.2.2. Movimentação Portuária³²

Exportações saídas de portos maranhenses têm crescimento de 2,5%, refletindo alta na cotação internacional de minério de ferro.

³² Diferentemente do tratado no tópico "Balança Comercial", aqui é analisado o que é exportado via portos maranhenses, inobstante do estado de origem do produto.

As exportações do complexo ferro tiveram aumento de 10,4% em valor, apesar da queda no volume exportado (-8,9%), reflexo da forte apreciação do minério de ferro no mercado internacional. A cotação da commodity em julho/2019 foi 86,2% superior à do mesmo mês de 2018 causada, dentre outros motivos, pela paralização parcial da Vale em Minas Gerais.

A cotação do Cobre, por outro lado, caiu em 5,0% no mesmo período, gerando um menor valor exportado, apesar do aumento da quantidade escoada. Pouco representativo na pauta de exportação dos portos maranhenses, o aumento de 416,4% nas exportações de milho se deveu principalmente pelo aumento na produção vinda do Mato Grosso e Tocantins. Os estados viram suas exportações da commodity subirem em mais de 91,6% e 406,8%, respectivamente, de modo que a participação do Itaqui no escoamento da produção do milho mato-grossense subiu de 1,2% para 6,3% do total.

Tabela 22 - Principais Complexos e Produtos exportados por portos maranhenses de 2018 até 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e Crescimento (%)

Produtos	2018		2018*		2019*		Variação 2019* -2018*		Cresc (%) 2019*/2018*	
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd
Total	17.520,7	207.190,7	8.080,4	92.532,7	8.281,5	85.551,5	201,1	-6.981,2	2,5	-7,5
Complexo Ferro	9.562,1	192.363,2	4.264,0	85.463,2	4.707,2	77.896,0	443,2	-7.567,1	10,4	-8,9
Complexo Soja	3.277,1	8.344,7	1.583,8	3.999,2	1.522,9	4.314,1	-61,0	314,9	-3,8	7,9
Complexo Cobre	2.045,8	924,0	931,8	401,2	814,0	379,2	-117,7	-22,0	-12,6	-5,5
Alumina Calcinada	1.630,2	3.459,3	789,9	1.784,9	681,9	1.751,6	-108,0	-33,3	-13,7	-1,9
Complexo Celulose	863,1	1.316,8	490,5	774,0	462,2	682,4	-28,3	-91,6	-5,8	-11,8
Milho	133,9	774,9	17,2	108,4	88,9	521,7	71,7	413,3	416,4	381,4
Outros Complexos e produtos	8,6	7,9	3,2	1,9	4,2	6,4	1,1	4,6	33,2	245,1

Fonte: Ministério da Economia; *acumulado de janeiro a julho 'Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

3.3. Investimentos

Investimentos em infraestrutura se destacam pela maior destinação de investimentos em andamento no Maranhão

O Governo do Maranhão e o setor privado somam mais de R\$ R\$ 6,29 bilhões de investimentos em andamento no estado em 2019, sendo públicos estaduais (R\$269,56 milhões) e privados (R\$ 6,02 bilhões).

Comparando os investimentos consolidados no setor público entre os anos 2015 a 2019, os investimentos destinados à infraestrutura de rodovias, se destaca por ser o segmento em que houve maior destinação de recursos. Seguido pelos segmentos Educação, e Urbanismo e Habitação.

Tabela 23 - Investimentos públicos estaduais consolidados e em andamento por ano e categoria – 2015 a 2019

Categorias	Ano				Acumulado do ano* 2019
	2015	2016	2017	2018	
Agropecuária	1,95	6,00	66,96	40,25	0,00
Assistência Social	0,30	23,23	28,12	6,11	10,65
Educação	155,42	113,80	253,13	130,07	65,52
Esporte	3,68	36,68	44,37	1,52	0,00
Movimentação Portuária	0,00	78,96	53,29	2,53	281,87
Outras obras de infraestruturas ³³	6,67	9,76	6,84	15,63	251,56
Rodovias	255,76	306,38	283,89	328,04	0,88
Saneamento	16,21	16,96	50,37	382,22	32,99
Saúde	0,87	5,90	24,01	0,00	9,31
Urbanismo e Habitação	14,88	146,59	235,10	69,48	225,89
Total	455,74	744,27	1046,07	975,84	878,67

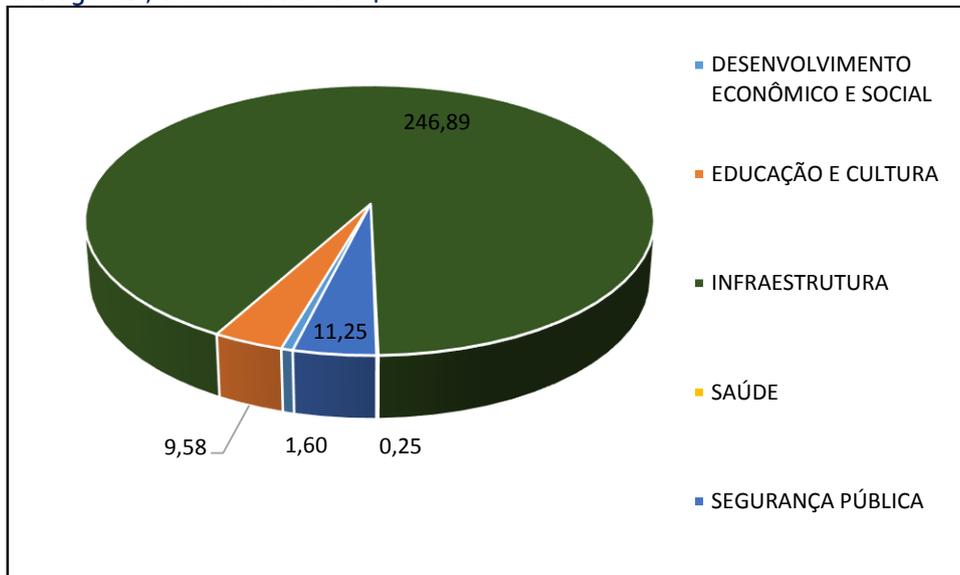
Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão *Montante de investimentos estimado até julho 2019

³³ Compreende aos investimentos em obras de infraestrutura e urbanização para promoção do desenvolvimento urbano, executadas pela Secretaria das Cidades.

A principal causa da dinâmica adotada pelo governo de aumento na destinação de recursos à infraestrutura rodoviária, é justificada pelo fato de as rodovias serem um dos alicerces para o avanço de empreendimentos e investimentos privados para diversas regiões, garantindo novos acessos e legações entre as cidades, bem como o fluxo de serviços e mercadorias pelo estado, e promovendo o desenvolvimento urbano.

Quanto aos investimentos em andamento, os segmentos Infraestrutura e Segurança foram as categorias que registram maior participação em julho.

Gráfico 28 - Investimentos públicos estaduais em andamento por categoria*, em milhões de R\$



Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão

Movimentação portuária, mineração e metalurgia se destacam pelos maiores investimentos em andamento pelo setor privado.

No que se refere ao setor privado, foi registrado R\$ 6,02 bilhões nos investimentos em andamento entre 2019 a 2022. A categoria de maior contribuição para esse resultado foi a de Infraestrutura, principalmente pelo setor portuário pelos projetos do Porto São Luís, início das obras novo Terminal de Carga Geral (preferencialmente papel e celulose), expansão do Terminal de Tancagem da ULTRACARGO (base de distribuição de combustíveis) e a expansão do Terminal Químico de Aratu S.A – TEQUIMAR.

O segundo maior investimento está sendo destinado ao setor de Energia Térmica, pela Eneva no Projeto Parnaíba V no município de Santo Antônio dos Lopes, responsável pela geração de gás natural.

Tabela 24 - Maranhão: Valor dos Investimentos privados estaduais em andamento por categoria (em R\$ bilhões) – 2019 a 2022

Investimentos	
Categorias	Em R\$ bilhões
Biocombustíveis	
Combustíveis	0,20
Comércio	
Comércio	0,20
Indústria	
Bebidas e Alimentos	0,17
Indústria de Transformação	
Bebidas e Alimentos	0,12
Construção Civil	0,01
Máquinas e Equipamentos	0,02
Infraestrutura	
Energia eólica	0,50
Energia térmica	1,30
Ferrovias	1,28
<i>Infraestrutura Portuária</i>	<i>2,15</i>
Transporte/Logística	0,08
Total	6,02

Fonte: SEINC, EMAP, IMESC

Até o final de 2022, estima-se que que sejam destinados R\$ 12,5 bilhões em investimentos³⁴ através do setor privado para todo o Estado do Maranhão, com destaque para Infraestrutura Portuária (Porto São Luís, com R\$ 1,7 bilhões, em andamento) e Mineração e Metalurgia (expansão da planta – bauxita pela Alumar, com R\$ 1,7 bilhões, em fase de elaboração do projeto). Desse montante, R\$ 3,2 bilhões de investimentos já foram anunciados e R\$ 223,43 milhões com termo de compromisso assinado (a iniciar).

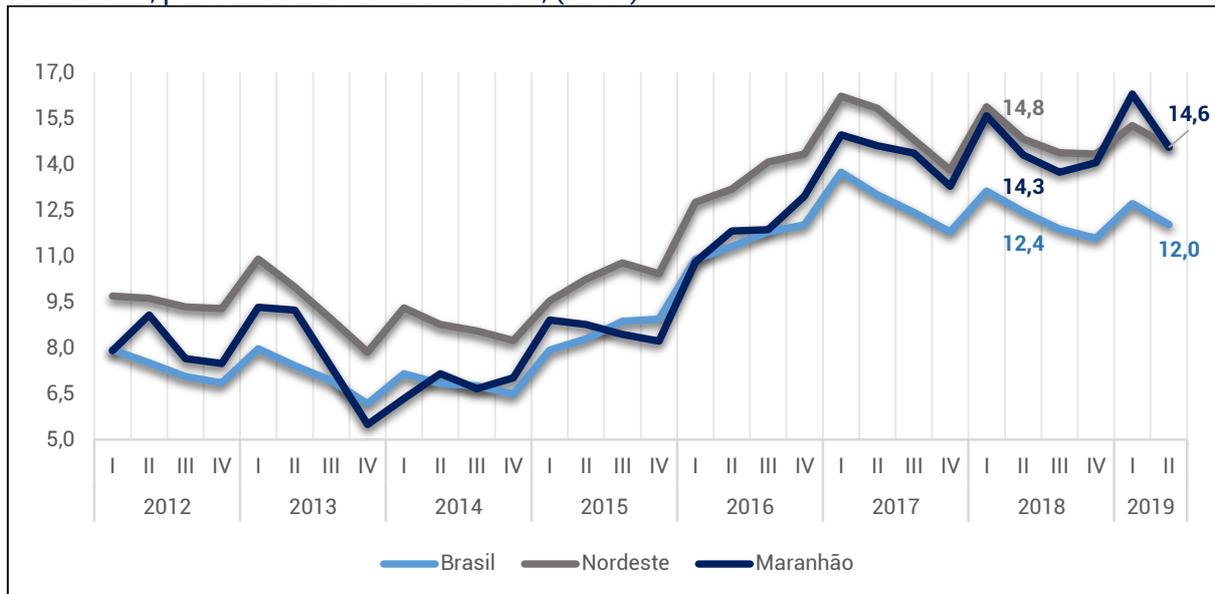
3.4. Mercado de Trabalho OCUPAÇÃO

Taxa de desocupação do Maranhão recua 1,7 p.p em relação ao primeiro trimestre do ano, a quinta maior do Brasil

Os dados da PNADc sobre o estado do Maranhão, relativos ao 2º trimestre de 2019, mostram que a taxa de desocupação atingiu 14,6%, uma queda de 1,7 p.p em relação ao trimestre anterior. Tal variação foi a quinta maior do Brasil, e representou a atenuação de 40 mil pessoas no contingente de desocupados no estado. Observou-se a mesma tendência na Região Nordeste (14,6%), que apesar da queda de 0,7 p.p em relação ao primeiro trimestre de 2019, ainda apresentou a maior taxa de desocupação dentre as Regiões. Por sua vez, no país, a taxa recuou 0,7 p.p, alcançando 12,0% de desocupados no segundo trimestre do ano (**Gráfico 29**). Todavia, na referência interanual, o Maranhão registrou alta de 0,3 pontos percentuais contra o mesmo período do ano anterior.

³⁴ Consideram-se todos os status: anunciados, em andamento e com termo de compromisso assinado.

Gráfico 29 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2019, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O Maranhão apresentou 588 mil pessoas desalentadas³⁵. Há que se destacar que a estiagem, somada à lenta recuperação do nível de atividade do país, vem contribuindo para o aumento no número de desalentados no Estado. A seca impactou mais acentuadamente a produção agrícola maranhense entre 2015 e 2016, período em que se acentuou a perda de ocupações neste segmento. Os mais afetados, foram os trabalhadores por conta própria e familiares auxiliares (sem remuneração), cujo declínio em ocupações foi 31% e 55%, respectivamente.

Por meio dos microdados da PNADc referentes ao segundo trimestre de 2019, foi possível traçar o perfil dos desalentados no Maranhão. Destaca-se que a maioria das pessoas em situação de desalento pertenciam ao gênero masculino (51,4%), se declararam como pardas (71,6%), e se situavam mais acentuadamente entre as faixas etária de 14 até 24 anos (36,2%) e de 25 a 39 anos (35%). No que se refere ao grau de instrução, a maioria dos desalentados do estado possuem como escolaridade máxima o ensino fundamental incompleto (39,2%).

Tabela 25 - Maranhão - Perfil dos Desalentados do Maranhão – 2º trimestre de 2019

MARANHÃO	TOTAL	%
Desalentados	588.382	100,0%
Sexo		
Masculino	302.419	51,4%
Feminino	285.963	48,6%
Cor/raça		
Branca	76.098	12,9%
Preta	82.379	14,0%
Amarela	5.413	0,9%
Parda	421.063	71,6%
Indígena	3.429	0,6%
Faixa etária		
14 a 24 anos	213.253	36,2%
25 a 39 anos	206.067	35,0%
40 a 49 anos	94.921	16,1%
50 a 64 anos	64.964	11,0%
65 anos ou mais	9.176	1,6%

³⁵ Segundo o IBGE, a população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: a) não conseguia trabalho adequado; b) não tinha experiência ou qualificação; c) era considerado muito jovem ou idosa; ou d) não havia trabalho na localidade em que residia – e que, caso surgisse uma vaga de trabalho, estaria disponível para assumi-la.

Escolaridade		
Sem instrução	52.781	9,0%
Fundamental incompleto	230.402	39,2%
Fundamental completo	63.188	10,7%
Médio incompleto	75.083	12,8%
Médio completo	153.782	26,1%
Superior incompleto	6.787	1,2%
Superior completo	6.359	1,1%

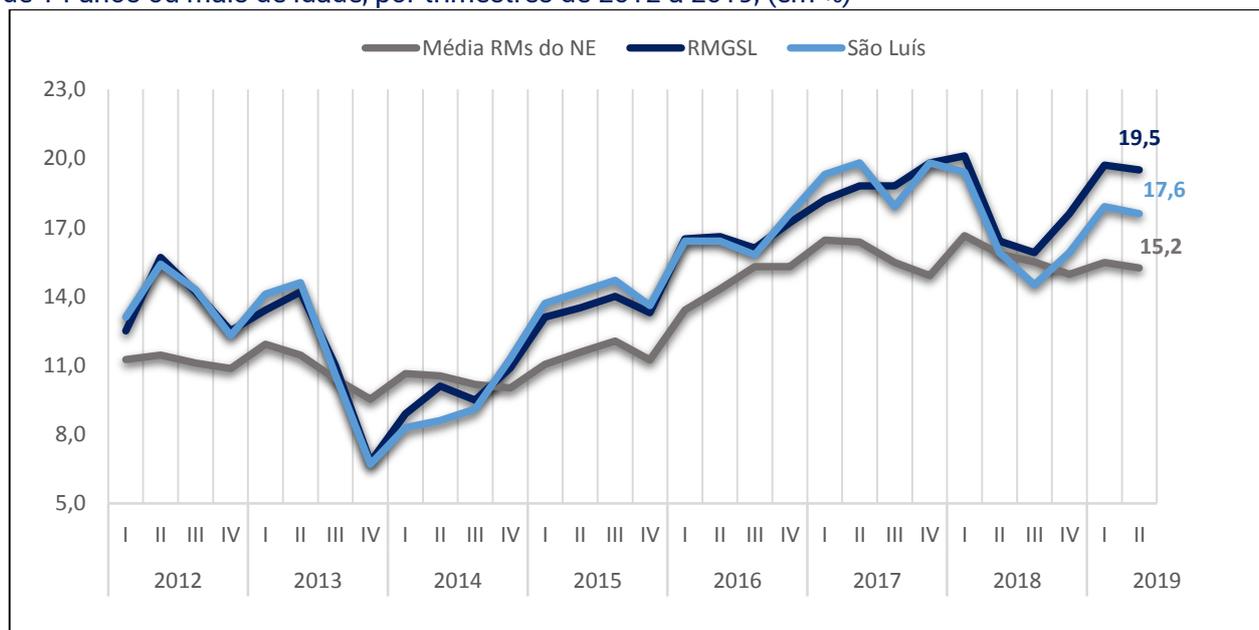
Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Em relação a taxa composta de subutilização³⁶ da força de trabalho, o Brasil atingiu taxa de 24,8%, ou seja, cerca de ¼ da força de trabalho não está sendo plenamente utilizada. Piauí (43,3%), Maranhão (41,0%) e Bahia (40,1%) registraram as maiores taxas.

São Luís atingiu 17,9% de desocupação, marcando a segunda maior taxa dentre as capitais do Nordeste

Conforme os dados da PNADc do IBGE, a Região Metropolitana da Grande São Luís - RMGSL³⁷ (19,5%) apresentou a maior taxa de desocupação dentre as regiões metropolitanas do Nordeste (Erro! fonte de referência não encontrada.). Seguindo a mesma trajetória ascendente, a capital São Luís (17,6%) auferiu a segunda maior taxa dentre as capitais do Nordeste. Destaca-se ainda que, na comparação interanual, São Luís apontou alta de 1,7 p.p, a maior dentre as capitais do Brasil.

Gráfico 30 - Média das RMs do NE, RM Grande São Luís e São Luís: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por trimestres de 2012 a 2019, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Maranhão registrou aumento de 73 mil ocupações na comparação com o 1º trimestre de 2019

O número de ocupados no Maranhão no 2º trimestre de 2019 apresentou aumento na comparação interanual, atingindo um contingente de mais de 2,2 milhões de pessoas. Houve melhora em todos os grupamentos de atividade, exceto na Agropecuária. O destaque positivo ficou por conta do setor de Serviços, onde 4 dos 6 subsetores apresentaram crescimento, em especial as atividades

³⁶ Segundo o IBGE, são identificados três componentes para composição deste indicador, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial.

³⁷ São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa

Administração pública e regulação da política econômica e social (Municipal) e *Transporte rodoviário de passageiros*, ambas com 10,8 e 10,7 mil novos ocupados, respectivamente.

Outra alteração importante aconteceu na Indústria de transformação, que apresentou variação superior a 9% na comparação interanual, devido principalmente às atividades de *Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos* (+2,8 mil) e *Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais* (+2,7 mil).

Tabela 26 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2017 a 2019; Variação absoluta e taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	Anual	2º trimestre		Var. interanual		Partic. (%)
	2018	2018	2019	Abs.	%	2019
Total	2.268	2.221	2.231	10	0,45	100,0
Agropecuária	347	380	351	-29	-7,6	15,7
Indústria	128	133	137	4	3,0	6,1
Indústria de transformação	101	99	108	9	9,1	4,8
Construção	211	177	180	3	1,7	8,1
Comércio, reparação de veículos	512	502	507	5	1,0	22,7
Serviços inclusive APU, educação. e saúde	1.070	1.029	1.056	27	2,6	47,3
Transporte, armazenagem e correio	101	91	104	13	14,3	4,7
Alojamento e alimentação	120	115	122	7	6,1	5,5
Informação, comunic., ativ. financ., imob. e adm.	125	119	125	6	5,0	5,6
Outros serviços	101	99	105	6	6,1	4,7
Serviços domésticos	144	149	148	-1	-0,7	6,6
Administração pública, educação e saúde	479	456	452	-4	-0,9	20,3

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Em relação à Agropecuária, o setor continuou a apresentar resultado negativo, com uma perda de quase 30 mil ocupações. A atividade de *Cultivo de Arroz* foi a que apresentou maiores perdas, com um total de 19 mil ocupações a menos. Tal resultado é corroborado pelo Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) de julho de 2019, que aponta redução de 24% na produção do grão na comparação com a safra de 2018.

Empregos com carteira no setor privado apresentaram melhora no Estado no 2º trimestre em relação ao ano anterior

Na abertura por posições na ocupação, destacou-se o aumento de 13 mil ocupações na categoria empregado no setor privado com carteira, especialmente nas atividades de *Transporte rodoviário de passageiros* (+5,6 mil) e *Cultivo de Soja* (+5,4 mil), o que garantiu um aumento no total de empregados formais no Maranhão, no comparativo interanual. Entretanto, a queda nas categorias trabalhador doméstico e, principalmente, empregado no setor público – militar e RJU (estatutário) impediram um melhor resultado. Ainda, houve crescimento do emprego no setor privado sem carteira assinada em 10 mil ocupados.

Tabela 27 - Brasil e Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2017 a 2019 – Em mil pessoas

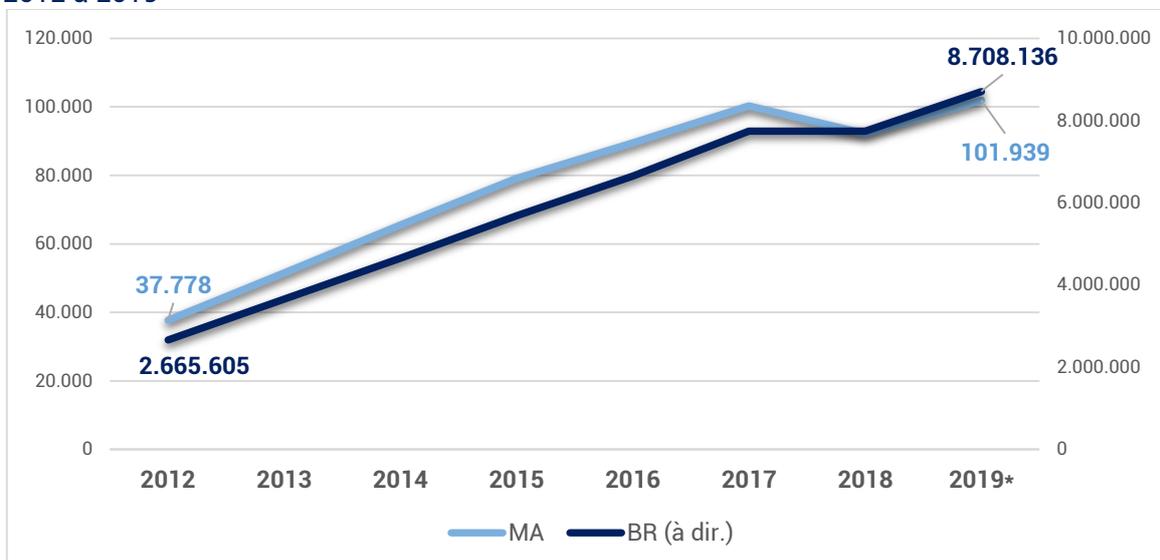
Posição na ocupação	2017	2018	Trimestre		Variação trimestre	
			2º tri 2018	2º tri 2019	Absoluta	(%)
Total - Brasil	91.770	92.736	90.941	93.342	2.401	2,6
Empregados formais e Servidores Públicos	46.534	46.317	46.160	46.653	493	1,1
Total de Empregados s/ Carteira	15.532	15.965	15.316	15.976	660	4,3
Empregadores	4.390	4.520	4.353	4.369	16	0,4
Total Conta Própria	23.110	23.775	22.985	24.141	1.156	5,0
Trabalhador familiar auxiliar	2.206	2.158	2.127	2.203	76	3,6
Posição na ocupação	2017	2018	2º tri 2018	2º tri 2019	Absoluta	(%)
Total - Maranhão	2.344	2.268	2.221	2.231	10	0,5
Empregados formais e Servidores Públicos	830	836	804	806	2	0,2
Empregado no setor privado - c/carteira	424	411	402	415	13	3,2
Trabalhador doméstico - c/carteira	19	17	19	16	-3	-15,8
Empr. no setor público - c/carteira	24	22	21	21	0	0,0
Empr. no setor público - s/carteira	148	156	143	143	0	0,0
Empr. no setor público - militar e RJU	215	230	219	211	-8	-3,7
Total de Empregados s/ Carteira	565	530	530	541	11	2,1
Empregado no setor privado - s/carteira	438	403	400	410	10	2,5
Trabalhador doméstico - s/carteira	127	127	130	131	1	0,8
Empregadores	79	65	75	62	-13	-17,3
Total Conta Própria	776	753	733	750	17	2,3
Trabalhador familiar auxiliar	93	85	78	71	-7	-9,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Por outro lado, a posição Empregadores foi a que mais perdeu ocupados, sobretudo na atividade *Manutenção e reparação de veículos automotores*, que apresentou recuo de 7,6 mil ocupações no segundo trimestre de 2019, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

A posição Conta Própria, por sua vez, registrou crescimento de 2,3% no comparativo interanual, o equivalente a 17 mil ocupados, sendo a maior variação absoluta dentre as posições tanto no Maranhão quanto no Brasil. Ainda, segundo dados da PNADc, 80% dos ocupados nessa posição não tem CNPJ, percentual que é ainda maior no Maranhão, onde 93,6% trabalham na informalidade. Apesar disso, o estado registrou expressivo aumento na quantidade de Microempreendedores Individuais (MEI), acompanhando a tendência nacional.

Gráfico 31 - Brasil e Maranhão: Microempreendedor Individual - Quantidade de Optantes de 2012 a 2019*

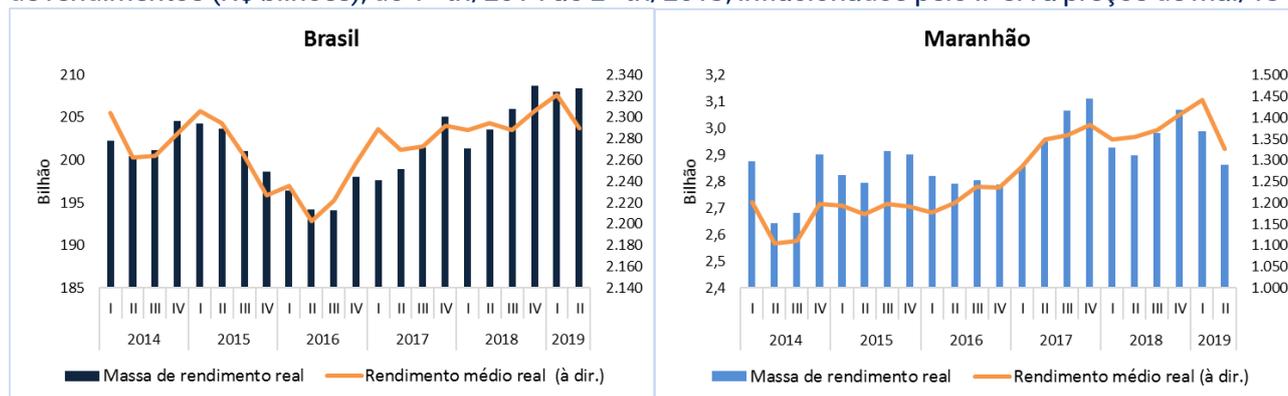


Fonte: Receita Federal *Quantidade referente ao mês de julho

Massa de rendimentos reais das pessoas ocupadas no Maranhão registrou queda de 1,2 % em relação ao segundo trimestre de 2018

A massa de rendimentos reais da população ocupada do Maranhão (R\$ 2,8 bi) registrou variação de -1,2% no 2º tri/2019, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em se tratando dos rendimentos reais da população ocupada, o Maranhão apresentou rendimento médio de R\$ 1,3 mil no primeiro trimestre de 2019, o que representou uma queda interanual de -2,1%, superior à registrada em âmbito nacional (-0,2%).

Gráfico 32 - Brasil e Maranhão: Rendimento Médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do 1º tri/2014 ao 2º tri/2019, inflacionados pelo IPCA a preços de mai/19



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

A partir da análise dos microdados evidenciou-se que a queda massa de rendimento real do Maranhão na comparação interanual ocorreu principalmente nas atividades de Administração pública e regulação da política econômica e social - Estadual (-R\$ 42 milhões) e Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência (-R\$ 40,6 milhões). Por outro lado, as atividades relacionadas ao Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (+R\$ 18,7 milhões) e a Pré-escola e ensino fundamental (+R\$ 18 milhões) foram as que registraram melhor desempenho em termos de massa de rendimentos do trabalho.

Emprego Formal

No acumulado de 2019, Maranhão apresentou saldo de aproximadamente 7,6 mil empregos com carteira. Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil se destacam.

Como resultado de 13.526 admissões e 12.031 desligamentos, o Maranhão registrou 1.495 admissões líquidas em agosto de 2019 (**Tabela 28**). Diante desse resultado, o estoque de empregos formais no estado chegou a 460.097.

Tabela 28 - Maranhão: Geração de Emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal, Acumulado e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado		Agosto		Variação absoluta (b-a)
	2017	2018	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	2.299	9.967	9.857	7.569	-66	1.495	-2.288
Extrativa mineral	-170	53	9	53	29	12	44
Ind. de Transformação	-2.151	-177	1.568	875	-972	90	-693
Prod. minerais não metálicos	-765	275	104	-208	84	60	-312
Metalúrgica	-56	197	56	-402	14	-92	-458
Mecânica	164	-347	-300	-214	32	-14	86
Material elétrico e de comunicações	-49	16	14	9	2	-2	-5
Material de transporte	-37	11	7	-26	5	4	-33
Madeira e do mobiliário	-232	-14	-26	-1	7	7	25
Papel, papelão, editorial e gráfica	8	89	136	-70	11	-4	-206
Borracha, fumo, couros, similares	-25	66	89	7	2	6	-82
Química de prod. farm., vet.	-1.008	-144	1.143	1.406	18	126	263
Têxtil do vestuário e tecidos	-47	26	34	-14	1	3	-48
Calçados	5	5	4	8	-1	0	4
Alimentos e bebidas	-109	-357	307	380	-1.147	-4	73
SIUP ¹	73	402	426	-47	25	-2	-473
Construção civil	626	-3.595	-1.934	669	-105	970	2.603
Comércio	-438	2.429	-139	-1.041	333	144	-902
Comércio varejista	-245	2.264	-129	-964	284	117	-835
Comércio atacadista	-193	165	-10	-77	49	27	-67
Serviços	4.416	9.133	8.139	7.052	393	492	-1.087
Inst. de crédito, seg.	-88	35	-15	61	-9	30	76
Com. e adm. de imóveis, valores	-27	2.765	2.325	-40	-370	293	-2.365
Transportes e comunicações	1.591	361	435	56	135	73	-379
Alojamento, alimentação, etc.	368	3.760	2.794	-928	108	23	-3.722
Serv. médicos, odont. e vet.	2.018	1.676	1.439	6.699	218	-215	5.260
Ensino	554	536	1.161	1.204	311	288	43
Administração pública	62	414	-34	-313	-18	-28	-279
Agropecuária	-119	1.308	1.822	321	249	-183	-1.501

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME).

* Acumulado de janeiro a agosto, com ajustes até julho.

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

No que se refere ao resultado acumulado do ano até agosto de 2019, foram registradas 7,6 mil admissões líquidas no Maranhão. Em relação à distribuição setorial, o setor de Serviços (+7 mil) capitaneou o saldo de contratações. O subsetor Serviços médicos, odontológicos e veterinários (+6,7 mil) foi o que mais se destacou, sobretudo o segmento de Atividades de Apoio à Gestão de Saúde (+6,5 mil).

Outros setores que se destacaram no período foram a Indústria de Transformação (+875) e Construção civil (+669). Na Indústria de Transformação, o subsetor Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria sobressaiu-se em relação as demais, devido a atividade de Fabricação de álcool³⁸ (+1,3 mil). Já no setor da Construção civil, a atividade Instalações Elétricas

³⁸ A cana-de-açúcar deve registrar uma produção de 2,8 milhões de toneladas, variação de 15,7% em relação à safra passada (quarta maior do Brasil). Para mais informações consulte a Nota de Agricultura Maranhense <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/382564664c4eb6e9b71374f5eda9fa1839.pdf>

(+687) e Montagem de Instalações Industriais e de Estruturas Metálicas (-379) foram as que mais mobilizaram mão de obra formal no ano.

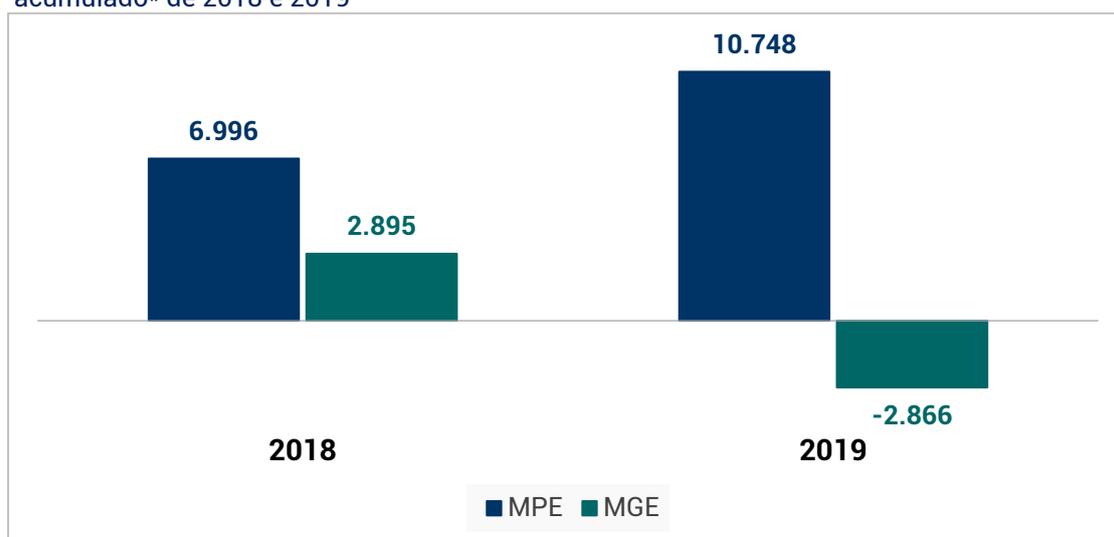
Por outro lado, o Comércio (-1 mil) permaneceu com saldo negativo. O resultado do referido setor pode ser atribuído à performance negativa do Comércio Varejista (-964 mil), refletindo os desempenhos das atividades de Artigos do Vestuário e Acessórios (-592) e Mercadorias em Geral, sem Predominância de Produtos Alimentícios (-349), que juntas foram responsáveis por quase mil desligamentos líquidos.

Micro e pequenas Empresas geraram mais de 10 mil empregos no estado em 2019

Conforme indicado no **Gráfico 33**, em 2019, as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela geração de 10,7 mil empregos formais no Maranhão, uma variação de 54% em relação a 2018, puxada pelo setor de Serviços (+9,7 mil). Por outro lado, as Médias e Grandes Empresas (MGE) extinguíram mais de dois mil postos de trabalho no acumulado do ano.

Considerando apenas o mês de agosto de 2019, as microempresas foram as responsáveis pela geração de 1,4 mil vagas, distribuídos principalmente nos setores da Serviços (+505) e no Comércio (+444). As grandes empresas, também alcançaram destaque no resultado mensal com a geração de 470 postos de trabalho no período.

Gráfico 33 - Maranhão - Saldo de empregos gerados, segundo porte das empresas, acumulado* de 2018 e 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até agosto (ajustado até julho).
Nota 1: O Sebrae não classifica o porte de empresas que pertencem a Administração Pública.

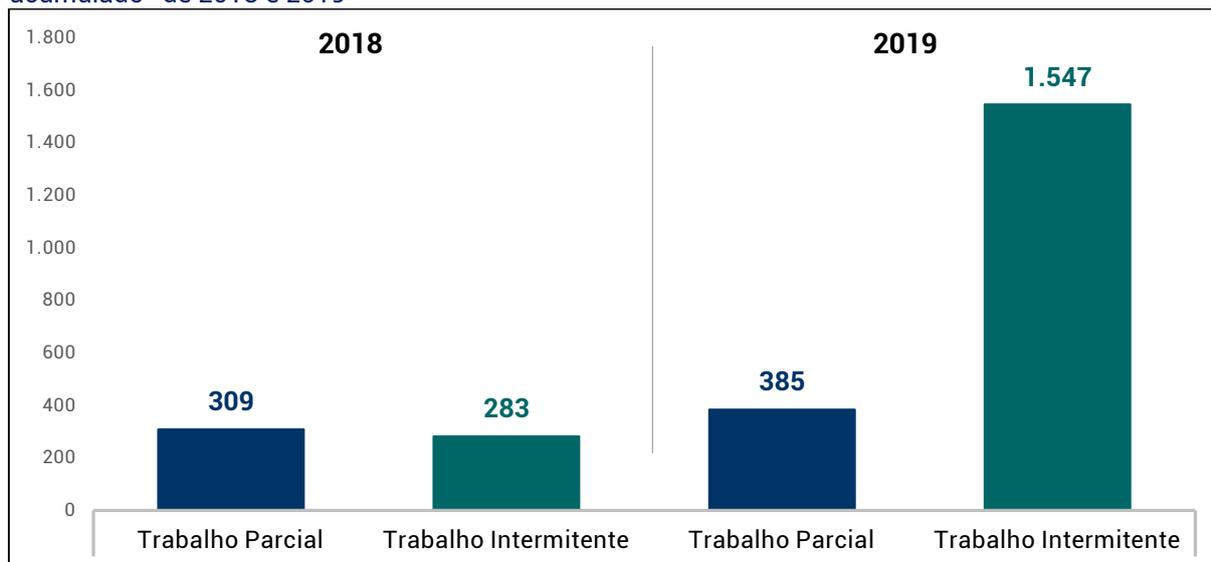
Modalidade de trabalho intermitente continua assinalando crescimento no Maranhão

No **Gráfico 34** destaca-se os impactos da flexibilização trabalhista, no acumulado do ano, no que se refere ao trabalho em regime parcial³⁹ e trabalho intermitente⁴⁰.

³⁹ De acordo com a regulamentação legal, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração semanal não exceda a 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares, ou, ainda, aquele cuja duração semanal não exceda a 26 horas, com a possibilidade de até 6 horas suplementares semanais.

⁴⁰ No que concerne ao trabalho intermitente, as regras alteradas pela MP 808/2017 criam uma nova modalidade de contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado. O contrato deve ser registrado em regime celetista, ainda que previsto em convenção ou acordo coletivo.

Gráfico 34 - Maranhão - Saldo emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente, acumulado* de 2018 e 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até agosto (ajustado até julho).

No acumulado de 2019, o trabalho em regime parcial registrou saldo de 385 contratações líquidas, geradas principalmente no setor de Serviços (+348). O trabalho intermitente, por sua vez, assinalou 234 admissões líquidas em agosto, alcançando 1.547 empregos gerados no ano. Quando comparado ao acumulado de 2018, a modalidade de emprego em regime intermitente apresentou um alto crescimento, em especial, no setor do Comércio, responsável por quase 84% das contratações líquidas no período. Ainda, houveram 687 desligamentos mediante acordo entre empregado e empregador, sendo os setores Serviços (-307) e Comércio (-202) os que tiveram maiores desmobilizações, considerando o mesmo período de referência.

Abrangência Municipal

104 municípios maranhenses apresentaram resultado positivo no acumulado de janeiro a agosto de 2019, com destaque para a capital São Luís e Campestre do Maranhão

A **Tabela 29** apresenta o saldo de empregos formais nos municípios maranhenses, por setor de atividade, no acumulado de janeiro a agosto de 2019. Dentre os municípios que mais geraram empregos, estão: São Luís (+5,3 mil); Campestre do Maranhão (+1,2 mil); e Aldeias Altas (+908).

Em São Luís, o setor de Serviços manteve-se como maior gerador de postos de trabalho no acumulado do ano, em virtude da atividade *Apoio à Gestão de Saúde* (+6,5 mil). O Comércio, por outro lado, registrou perda de 1.006 vagas, em especial nas atividades ligadas ao comércio varejistas, como as de *artigos do vestuário* (-257), de *mercadorias em geral* (-167) e de *produtos farmacêuticos* (-162).

Tabela 29 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação no acumulado* de 2019.

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agro-pecuária	Total
	Maranhão	53	875	-47	669	-1.041	7.052	-313	321	7.569
1º	São Luís	16	164	-43	633	-1.006	5.646	-55	-51	5.304
2º	Campestre do Maranhão	0	151	0	-20	8	88	0	938	1.165
3º	Aldeias Altas	0	908	0	-1	3	-1	-1	0	908
4º	Balsas	-3	16	5	107	172	262	0	231	790
5º	Coelho Neto	0	458	0	24	-3	6	0	-6	479
6º	Timon	-1	44	-2	24	184	129	0	-2	376
7º	São Raimundo das Mangabeiras	0	245	0	89	-24	-2	0	47	355
8º	Esperantinópolis	0	-1	0	5	-2	244	0	0	246
9º	Godofredo Viana	69	1	0	111	2	9	0	0	192
10º	Barreirinhas	0	4	0	174	-4	6	0	0	180
208º	Urbano Santos	0	0	1	0	-31	-1	0	-37	-68
209º	Sítio Novo	0	1	0	-111	0	6	0	-1	-105
210º	Bacabeira	-15	-39	0	-79	20	-11	0	0	-124
211º	Bacabal	6	19	-1	-10	-104	-48	0	-7	-145
212º	Itapecuru Mirim	-23	-199	-7	87	-30	-24	0	-5	-201
213º	Santa Inês	0	-10	-6	13	-29	-202	0	-4	-238
214º	São Jose de Ribamar	0	9	-5	-107	-36	-318	0	20	-437
215º	Grajaú	18	-164	0	-15	5	75	0	-375	-456
216º	Açailândia	0	-362	6	-51	-55	91	0	-134	-505
217º	Imperatriz	-6	-169	7	-533	-314	372	-255	-19	-917

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até agosto (ajustado até julho).

Em Campestre do Maranhão, a Agropecuária continuou a ser o setor que mais impactou no resultado acumulado do ano, apesar de ter registrado perda de 82 vagas em agosto. A atividade de *Cultivo de Cana-De-Açúcar* gerou 949 empregos com carteira em 2019. Destacou-se ainda a atividade de *Fabricação de álcool*, que acumula saldo de 162 vagas no ano.

Essa atividade também se destacou em Aldeias Altas, município que registrou a abertura de 908 vagas, que configura o terceiro maior saldo de contratações no acumulado do ano no Estado. Tal resultado está associado à presença de empresas sucroalcooleiras na região.

Entre os saldos negativos mais expressivos, destacam-se os municípios de Imperatriz (-917), Açailândia (-505) e Grajaú (-456), conforme a **Tabela 29**.

Em Imperatriz, o setor da Construção Civil continuou como maior responsável pelo saldo negativo no acumulado do ano, com as atividades *Construção de Edifícios* (-356) e *Obras de Terraplenagem* (-234) como principais responsáveis pelo desempenho negativo do setor. A atividade *Administração pública em geral* também contribuiu para o resultado (-255).

Em Açailândia, a Indústria de Transformação foi o setor que exerceu maior impacto negativo no saldo total do ano, com 362 desligamentos líquidos decorrentes principalmente da atividade *Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral* (-211), seguida da Agropecuária (-134). Neste último setor, a atividade de *Produção Florestal – Florestas Plantadas* foi a que mais demitiu, com resultado líquido de 162 demissões.

Em Grajaú, os resultados negativos no acumulado de janeiro a agosto foram provenientes da Agropecuária e da Indústria de Transformação, mais especificamente das atividades de *Apoio à Produção Florestal* (-314) e *Produção de Ferro-Gusa* (-158), respectivamente. As demissões nas atividades relacionadas à produção florestal podem ser resultantes de diminuição na produção de celulose por parte de empresas da região, em função dos elevados estoques.

3.5. Finanças Públicas

Grau de dependência de recursos oriundos da União permanece, ainda que tenha havido uma melhora na arrecadação própria do Estado do Maranhão no período recente.

A Receita Total do estado do Maranhão, no acumulado de janeiro a julho de 2019, foi equivalente a R\$ 11,4 bilhões, de acordo com os dados disponibilizados pela SEPLAN/MA⁴¹. Desse total, 96,8% foi direcionado para as Receitas Correntes – 50,3% foram oriundos das Transferências Correntes e 42,2% das Receitas Tributárias – e 1,0% para as Receitas de Capital – com destaque para as Operações de Crédito, das quais fazem parte o contrato de financiamento realizado com a Caixa Econômica Federal para a execução da primeira fase do Projeto de Reestruturação da Holandeses. (Tabela 30)

Tabela 30 - Maranhão: Receitas Correntes e de Capital, em R\$ milhões e % Total, no acumulado de janeiro a julho de 2019*.

Descrição	R\$	%
Receitas Correntes	11.097,46	96,8
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.837,54	42,2
Contribuições	351,04	3,1
Receita Patrimonial	40,37	0,4
Receita de Serviços	0,53	0,0
Transferências Correntes	5.772,86	50,3
Outras Receitas Correntes	95,13	0,8
Receitas de Capital	114,51	1,0
Operações de Crédito	74,76	0,7
Alienação de Bens	0,55	0,0
Transferências de Capital	7,51	0,1
Outras Receitas de Capital	31,70	0,3
Receitas Correntes - Intraorçamentárias	258,04	2,2
Total	11.470,01	100,0

Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de alteração.

Quanto às Transferências Constitucionais para o estado, observou-se um crescimento de 2,3% no comparativo do acumulado de janeiro a julho de 2018 e o mesmo período de 2019. Tal resultado foi influenciado, sobretudo, pelo incremento de R\$112,73 milhões no FPE, decorrente do aumento de 5,3% na arrecadação do IR em nível federal no mesmo período. (Tabela 31)

No que tange às transferências realizadas para os municípios maranhenses verificou-se um crescimento de 6,3% durante o período. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento expressivo do pagamento de *royalties* da mineração aos municípios maranhenses cortados pela ferrovia Carajás⁴² no mês de maio (+R\$97,6 milhões comparado ao mesmo mês do ano anterior).

⁴¹ Cabe destacar, que o sistema da SEPLAN utilizado para o acompanhamento das receitas e despesas do estado encontra-se em fase de atualização, o que impossibilita uma análise comparativa dos dados com relação a períodos anteriores.

⁴² Os municípios beneficiados com esse pagamento foram: São Luís (R\$28,6 milhões), Açailândia (R\$12,1 milhões), Alto Alegre do Pindaré (R\$9,5 milhões), Bom Jesus das Selvas (R\$5,2 milhões), São Pedro da Água Branca (R\$5,1 milhões), Cidelândia (R\$4,9 milhões), Bacabeira (R\$4,2 milhões), Vila Nova dos Martírios (R\$3,6 milhões), Buriticupu (R\$3,0 milhões), Arari (R\$2,8 milhões), Igarapé do Meio (R\$2,7 milhões), Vitória do Mearim (R\$2,2 milhões), Anajatuba (R\$2,1 milhões), Santa Rita (R\$1,5 milhão), Tufilândia (R\$1,5 milhão), Itapecuru Mirim (R\$1,4 milhão), Monção (R\$1,3 milhão), Pindaré-Mirim (R\$1,3 milhão), Santa Inês (R\$1,2 milhão), Miranda do Norte (R\$900,5 mil), Itinga do Maranhão (R\$720,5 mil), Bom Jardim (R\$648 mil) e São Francisco do Brejão (R\$109,4 mil).

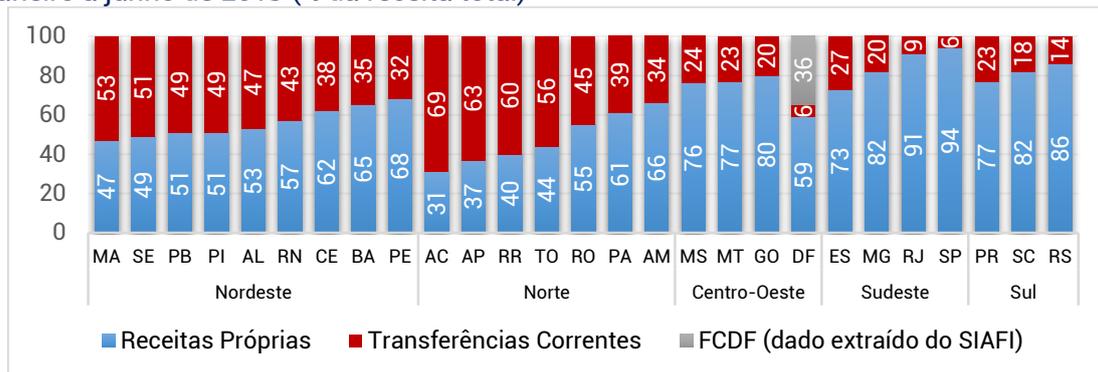
Tabela 31 - Maranhão: Transferências Constitucionais para o Maranhão em 2018, em julho de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a julho de 2018 e 2019 (em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA de julho de 2019, crescimento real (%) e variação absoluta).

Descrição	2018	Julho			Acumulado (janeiro - julho)		
		2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18	2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18
Estado	6.974,72	476,78	6,3	28,18	4.371,79	2,3	98,88
FPE	5.335,48	358,70	8,7	28,64	3.382,83	3,4	112,73
FUNDEB	1.451,41	105,00	3,7	3,73	916,37	2,1	18,88
Demais ¹	187,84	13,08	-24,23	-4,18	72,59	-31,08	-32,74
Municípios	9.101,25	852,36	9,8	76,33	5.992,18	6,3	354,82
FPM	3.569,12	401,60	6,2	23,50	2.251,01	3,3	71,13
FUNDEB	5.364,76	406,92	6,4	24,37	3.539,91	5,1	171,13
Demais ²	167,38	43,84	184,98	28,46	201,26	126,91	112,56

Fonte: STN. ¹Fazem parte dessa rubrica a Cide-combustíveis, o IOF-Ouro, o IPI vinculado à exportação, as transferências relacionadas à Lei Kandir e os royalties. ²Fazem parte dessa categoria todas as transferências citadas anteriormente, substituindo-se o IPI-exp. pelo ITR.

Vale ressaltar, que a participação expressiva das Transferências Correntes no total das receitas é uma característica que se observa na maior parte das Unidades da Federação das regiões Norte e Nordeste, cujos estados que apresentaram a maior dependência no acumulado até junho de 2019 foram: Acre (69%), Amapá (63%), Roraima (60%), Tocantins (56%), Maranhão (53%) e Sergipe (51%), conforme evidenciado no **Gráfico 35**.

Gráfico 35 – Maranhão: Grau de dependência de transferências dos estados brasileiros, de janeiro a junho de 2019 (% da receita total)



Fonte: IMESC, a partir de dados da STN

É importante destacar, que o elevado grau de dependência de transferências correntes traz efeitos nocivos para as finanças estaduais, uma vez que, a não realização de receitas previstas em âmbito federal pode impactar negativamente a receita total dos Estados, impedindo-os de fazerem frente às suas despesas e, conseqüentemente, contribuindo para a ocorrência de déficits primários.

Quanto à Receita Tributária, observou-se que os tributos estaduais apresentaram um aumento de 8,2% no comparativo do acumulado de janeiro a julho de 2018 e o mesmo período de 2019. Esse resultado foi decorrente, sobretudo, dos incrementos de:

- R\$136,70 milhões no FUMACOP⁴³, influenciado pelo aumento da arrecadação do ICMS;
- R\$132,18 milhões na rubrica "Demais receitas", com destaque para o ICMS – *substituição saída*, +R\$115,0 milhões;
- R\$ 81,44 milhões na arrecadação do ICMS, influenciado pelo aumento do preço do petróleo, pela entrada em vigor da Medida Provisória nº 292/2019 que instituiu o Programa de

⁴³ De acordo com a Lei Ordinária Estadual nº8.205/2014, as receitas do FUMACOP são oriundas de: a) recursos oriundos de dotações orçamentárias, em limites definidos anualmente pela LDO; b) auxílios, doações, legados e subvenções de qualquer natureza, tanto de pessoas físicas ou jurídicas do Brasil ou do exterior; c) receitas provenientes da aplicação dos seus recursos; d) outras receitas que possam ser destinadas; e d) parcela adicional de 2 p.p. na alíquota do ICMS ou do imposto que vier a substituí-lo. Para maiores informações, ver: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1336>.

Pagamento e Parcelamento, com redução de multas e juros de débitos fiscais⁴⁴ e pelo Projeto de Lei 239/18 que incluiu novos itens na cobrança do ICMS⁴⁵. (Tabela 32).

Tabela 32 - Maranhão: Arrecadação de Tributos Estaduais em 2018, em julho/18 e julho/19* (em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA de julho de 2019), crescimento real (%) e variação absoluta.

Descrição	2018	Julho			Acumulado (janeiro - julho)		
		2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18	2019	Cresc. Real 19/18 (%)	Var. Abs. 19/18
ICMS ¹	6.598,54	546,28	-2,9	-16,54	3.691,83	2,3	81,44
ITCD	16,86	1,79	135,7	1,03	9,39	30,8	2,21
FUMACOP	332,39	56,59	97,9	28,00	311,85	78,0	136,70
IPVA	421,50	27,15	25,3	5,48	373,10	5,8	20,56
Demais ²	692,97	87,59	38,9	24,52	519,33	34,1	132,18
Total Geral	8.062,26	719,39	6,3	42,49	4.905,50	8,2	373,10

Fonte: SEFAZ (ORACLE). ¹ Refere-se aos contribuintes inscritos e não inscritos, mas que realizam a arrecadação de ICMS. ² Taxas cobradas por todas as Secretarias (Fazenda, Segurança, DETRAN, Vigilância, Bombeiros etc.); Multas aplicadas pelas Secretarias da Fazenda, Ambiente, Vigilância, Meio Ambiente, TCE, PROCON etc.); Contribuições para Fundos Públicos (Fundo da Indústria, do Meio Ambiente, de Combate ao Câncer, entre outros). *Dados coletados em 28/08/19.

A análise do ICMS por setor de atividade econômica indica que, no comparativo interanual entre janeiro e julho de 2019 e o mesmo período de 2018, houve o aumento na arrecadação em todos os setores. O setor Terciário apresentou um crescimento de 13,3%, com destaque para o grupo de atividade de Combustível (+R\$66,4 milhões)⁴⁶; o Secundário registrou um crescimento de 13,7%, com destaque para o grupo de atividade de Combustível (+R\$201,0 milhões) e o setor Primário apresentou um crescimento de 12,1%, com destaque para a Agricultura (+R\$2,5 milhões). (Tabela 33)

Tabela 33 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica em 2018, em julho/18 e julho/19* (em R\$ milhões corrigidos pelo IPCA de julho de 2019), crescimento real (%) e variação absoluta

Descrição	2018	Julho			Acumulado (janeiro - julho)			
		2019	Cresc. Real 19/18(%)	Var. Abs. 19/18	2019	Cresc. Real 19/18(%)	Var. Abs. 19/18	
Primário	Agricultura	12,17	1,29	60,7	0,49	8,49	41,9	2,51
	Pecuária	31,23	2,70	14,3	0,34	18,01	1,6	0,28
	Pesca e Aquicultura	0,70	0,05	3,2	0,00	0,41	-8,2	-0,04
	Produção Florestal	1,77	0,19	-27,6	-0,07	1,26	30,2	0,29
	Subtotal	45,87	4,24	21,7	0,75	28,17	12,1	3,04
Secundário	Combustível ¹	2.066,16	182,52	-3,6	-6,84	1.227,93	19,6	201,07
	Energia Elétrica	116,69	1,89	-57,2	-2,53	7,77	-91,7	-86,00
	Ind. de Transformação	993,52	100,07	14,0	12,27	627,27	18,6	98,46
	Indústria Extrativa	8,66	1,86	138,6	1,08	17,74	287,6	13,16
	Indústria - Outras	2,22	0,27	159,2	0,17	1,23	16,7	0,18
Subtotal	3.187,24	286,61	1,5	4,15	1.881,94	13,7	226,88	
Terciário	Combustível ²	132,37	26,26	173,9	16,67	151,71	77,8	66,40
	Comércio Atacadista	1.053,53	109,41	14,6	13,93	639,83	13,9	77,91
	Comércio Varejista	985,41	88,63	12,1	9,60	610,13	8,8	49,44
	Energia Elétrica	828,48	74,63	5,6	3,99	500,21	14,3	62,57
	Outros Serviços	73,46	6,64	19,3	1,07	45,02	12,9	5,16
	Serv. de Comunicação	363,78	30,12	4,6	1,33	220,25	3,0	6,51
	Serviços de Transporte	215,04	17,84	7,9	1,30	119,41	0,9	1,10
Subtotal	3.652,08	353,53	15,7	47,89	2.286,55	13,3	269,09	

Fonte: ORACLE (SEFAZ). *Dados coletados em 02/09/19. ¹Fazem parte desse grupo, as atividades de extração de petróleo e gás natural; de fabricação de álcool e de derivados do petróleo e de refino de óleos lubrificantes. ²Fazem parte desse grupo, atividades relacionadas ao comércio atacadista e a distribuição de combustíveis.

⁴⁴ Para mais detalhes, ver: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=377434>.

⁴⁵ O PL nº239/2018 instituiu a alíquota de 16,5% nas operações internas e de importação de óleo diesel e biodiesel do exterior; incluiu os refrigerantes na lista dos itens cuja alíquota do ICMS é de 25%; instituiu a cobrança de 1% em alíquotas de IPVA para veículos automotivos vendidos por locadoras de veículos para uso na atividade empresarial; além de instituir a cobrança de 28,5% de ICMS nas operações internas e de importação do exterior realizadas com os seguintes produtos: armas e munições; bebidas isotônicas; bebidas energéticas; gasolina etc.

⁴⁶ Conforme foi destacado na seção de balança comercial do Maranhão, houve ampliação da importação de combustíveis no estado no acumulado de janeiro a julho, em 79,2% de 2019.

Cabe destacar que, de acordo com a SEPLAN, algumas prioridades do Governo para o ano corrente, pelo lado das receitas são:

- redistribuição dos servidores aprovados no concurso público, integrando-os aos espaços administrativos com maior carência de Pessoal e maior potencial de resultados;
- reestruturação do modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito, de forma a alcançar a meta de registrar no sistema 95% das notas fiscais eletrônicas;
- continuidade da fiscalização eletrônica das empresas, por meio de Malhas Fiscais da Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF);
- implantação do Super Cluster/acelerador de processamento de informações para melhorar a eficiência tributária;
- fortalecimento e ampliação das parcerias institucionais com todos os órgãos e instituições que tenham relação direta com o órgão fazendário;
- implantação dos mecanismos de garantia da recuperação do crédito tributário;
- continuidade das ações de combate à improbidade administrativa e a sonegação fiscal, privilegiando ações preventivas e de investigação e pesquisa;
- ampliação dos serviços nos canais de atendimento presencial e autoatendimento;
- expansão das ações de educação fiscal e fortalecimento das relações institucionais e com a sociedade; e
- ampliação e aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência fiscal⁴⁷.

Estado manteve a atuação regular do Comitê Gestor por meio da racionalização dos gastos de contratos, demonstrando que o Governo preza pelo equilíbrio fiscal.

As despesas do estado, por sua vez, totalizaram R\$9,2 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2019. Desse montante, 87,2% foram direcionados para as Despesas Correntes e 12,8% para as Despesas de Capital, conforme evidenciado na **Tabela 34**.

Tabela 34 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital em 2018 e acumulado de janeiro a julho de 2019 (em R\$ milhões)

Descrição	R\$	%
Despesas Correntes	8.124,20	87,2
Despesas de Capital	1.188,70	12,8
Total	9.312,90	100,0

Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de alteração.

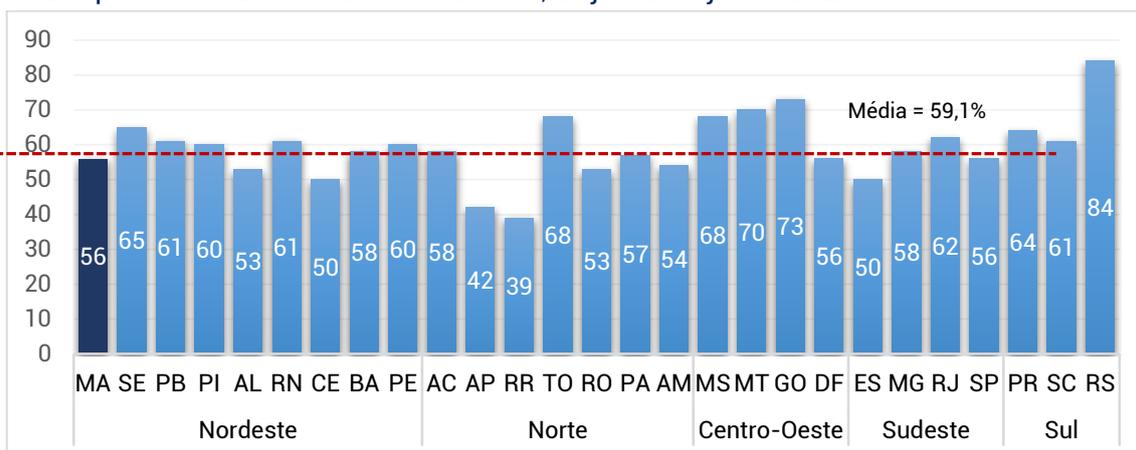
O **Gráfico 36** evidencia que, entre janeiro e junho de 2019, os estados que apresentaram as maiores participações da referida rubrica no total da despesa foram: Rio Grande do Sul (84%); Goiás (73%) e Mato Grosso (70%). O Maranhão (56%), por sua vez, se situou no 18º lugar no *ranking* dos estados, mantendo-se abaixo da média nacional que que foi de 59,1% durante o período.

Destaca-se ainda que, ao contrário do que tem se observado em outras unidades da federação – como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte –, o Maranhão não tem apresentado atrasos nos pagamentos dos servidores. Ademais, como forma de mitigar os impactos do período de lenta retomada do crescimento econômico em âmbito nacional e de buscar o equilíbrio fiscal, o estado tem realizado cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens, telefones, dentre outras despesas que não impactam na qualidade dos serviços públicos⁴⁸.

⁴⁷ Para maiores informações, ver: <http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Mensagem-do-Governador-2019-vers%C3%A3o-30-jan.pdf>.

⁴⁸ Essas medidas que versam sobre a redução de despesas de custeio foram anunciadas por meio do Decreto nº 34.579 de novembro de 2018. Para maiores informações, ver: http://www.stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=5326.

Gráfico 36 – Maranhão: Participação dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais (em %) na Despesa Total dos estados brasileiros*, de janeiro a junho de 2019



Fonte: IMESC, a partir de dados da STN. *De acordo com a STN, os entes cujos resultados ultrapassam 100% apresentam déficit no Balanço Orçamentário.

Quanto aos gastos por função, observou-se que, no acumulado de janeiro a julho de 2019, as áreas que receberam os maiores volumes de recursos no Maranhão foram: Educação (R\$ 1,7 bilhão), Previdência Social (R\$ 1,3 bilhão), Saúde (R\$ 1,2 bilhão) e Segurança Pública (R\$ 1,1 bilhão). Vale ressaltar que os principais programas na área de Educação e Saúde, no período em tela, são: Programa Escola Digna (R\$ 1,1 bilhão), que concentra 62,8% dos recursos da Educação, e Programa Saúde para Todos (R\$ 1,0 bilhão) e Programa Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde (R\$ 16 milhão), que englobam, juntos, 84,4% do total da Saúde (Tabela 35).

Como resultado do esforço despendido pelo governo nessas duas áreas estratégicas desde o início da gestão, pelo Programa Escola Digna, já foram entregues 840 unidades escolares desde 2015, de acordo com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Isso corroborou para a redução do percentual de escolas funcionando em local inadequado⁴⁹: de 19,8% em 2014 para 16% em 2017.

No que se refere ao Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde, houve queda de 7,7 p.p. entre 2014 (33,6%) e 2018 (25,9%) da taxa de internações por condições sensíveis à atenção primária, segundo os dados da Secretaria Estadual de Saúde – SES. Isso mostra que percentual de internações decorrentes da deficiência de políticas de atenção básica da saúde vem se reduzindo no Estado, representando maior efetividade desse programa.

Quanto aos gastos por função, observou-se que, no acumulado de janeiro a julho de 2019, as áreas que receberam os maiores volumes de recursos no Maranhão foram: Educação (R\$1,7 bilhão), Previdência Social (R\$1,3 bilhão), Saúde (R\$1,2 bilhão) e Segurança Pública (R\$1,1).

⁴⁹ As informações sobre o local de funcionamento das escolas são oriundas da SEDUC. Foram considerados escolas funcionando em local inadequado: templo/igreja, casa do professor, galpão, rancho, paiol e barracão.

Tabela 35 - Maranhão: Gastos por função no acumulado de janeiro a julho de 2019, em R\$ milhões e % do total

Descrição	R\$	%
Educação	1.778,38	19,1
Previdência Social	1.347,77	14,5
Saúde	1.225,79	13,2
Segurança Pública	1.114,73	12,0
Encargos Especiais	897,21	9,6
Judiciária	667,31	7,2
Administração	649,36	7,0
Essencial à Justiça	401,89	4,3
Legislativa	328,43	3,5
Direitos da Cidadania	262,03	2,8
Assistência Social	169,47	1,8
Transporte	148,54	1,6
Demais	321,99	3,5
Total Geral	9.312,90	100,0

Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de alteração.

Cabe destacar que, com a aprovação da PEC da Cessão Onerosa⁵⁰, o estado deve ter um aumento na sua receita total no final do ano corrente, devido à transferência de receitas extraordinárias no valor de R\$730,0 milhões, oriundos de recursos do leilão de petróleo.

Ademais, o componente do ICMS sobre importações deve continuar contribuindo positivamente sobre as Receitas Tributárias, caso a expectativa de negociação de ampliação da importação de etanol dos EUA pelo Brasil se concretize.⁵¹

Em relação ao FUNDEB, fundo que garante verbas para todas as escolas públicas, destaca-se que possui prazo de vigência até dezembro de 2020. Especialistas advertem que Senado e Câmara dos Deputados precisam aprovar sua renovação ainda neste ano, caso contrário, as finanças dos municípios maranhenses podem ser fortemente impactadas, uma vez que uma parcela significativa dos seus recursos é decorrente desse fundo.⁵²

BOX: Guerra Comercial e Relações Comerciais entre Maranhão, EUA e China

Em 6 de julho de 2018, os Estados Unidos da América (EUA) puseram em efeito a cobrança de 25% em tarifas sobre a importação de 818 produtos vindos da China, totalizando US\$ 34 bilhões em importações taxadas. A medida protecionista foi justificada como uma retaliação a práticas concorrenciais da China consideradas injustas pelo governo estadunidense, que estariam redundando no crescente déficit comercial entre os dois países. Dentre estas práticas, destacam-se acusações de roubo de propriedade intelectual⁵³ e sujeição à transferência de tecnologia por empresas estrangeiras investindo no país, subsídios a empresas nacionais, baixo grau de abertura do mercado financeiro chinês e, mais recentemente, manipulação cambial. Desde então, apesar de inúmeras tentativas de acordo, a disputa vem se acirrando. Dentre retaliações pelo governo chinês e imposição de novas tarifas pelos EUA, hoje, mais de US\$460 bilhões em importações vindas da China (94,0% do total) figuram nas listas de produtos tarifados em pelos EUA, enquanto a retaliação da China compreende mais de US\$75 bilhões em importados vindos dos EUA (62,7% do total)⁵⁴. Na prática, o conflito é uma face da crescente batalha entre a China e os EUA pelo domínio econômico e tecnológico global⁵⁵.

⁵⁰ Para maiores informações, verificar a seção de cenário político.

⁵¹ Para maiores informações, verificar a seção de Balança comercial maranhense.

⁵² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jornal>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

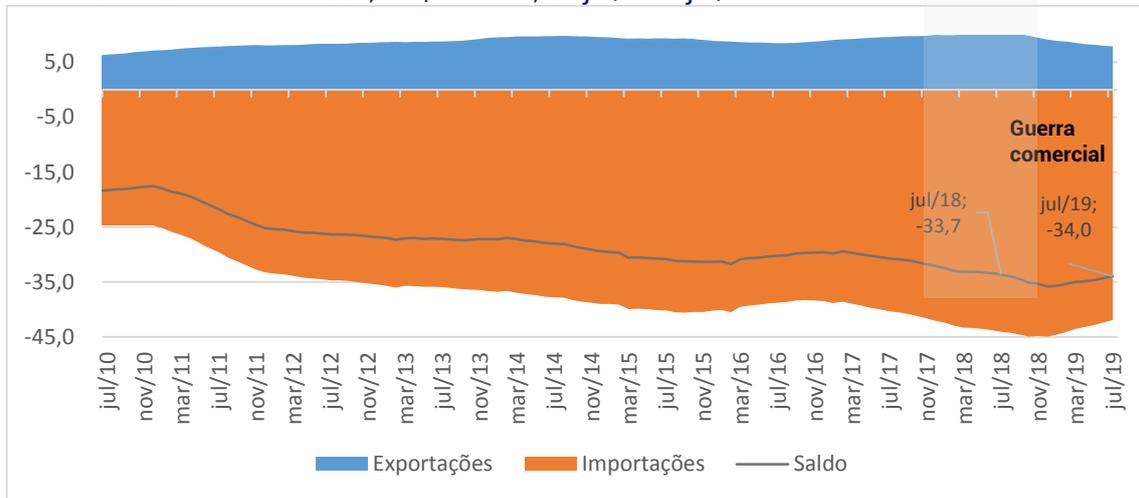
⁵³ Uma pesquisa da CNBC, agência de notícias com sede nos EUA, realizada com os Chefes do Setor Financeiro (CFOs, na sigla em inglês) de 23 empresas estadunidenses e publicada em março de 2019 mostra que, desses, sete alegaram que tiveram sua propriedade intelectual "roubada" pelos chineses na última década.

⁵⁴ Parte das tarifas tem previsão para ser aplicada em dezembro/2019.

⁵⁵ Lau, Lawrence J., "The China-US Trade War and Future Economic Relations." China and the World (Lau Chor Tak Institute of Global Economics and Finance, The Chinese University of Hong Kong, 2019): 1-32.

De fato, a corrente comercial⁵⁶ entre as duas potências vem se reduzindo desde o início da guerra tarifária. No entanto, o que se observou foi um aumento no déficit comercial médio, comparando-se 12 meses a partir do início do empasse e os 12 meses anteriores, crescimento de US\$ 500 milhões (+0,92%).

Gráfico 37 - Importações, exportações e saldo comercial bilateral EUA vs. China, média móvel dos 12 últimos meses, US\$ bilhões, de jul/10 a jul/19



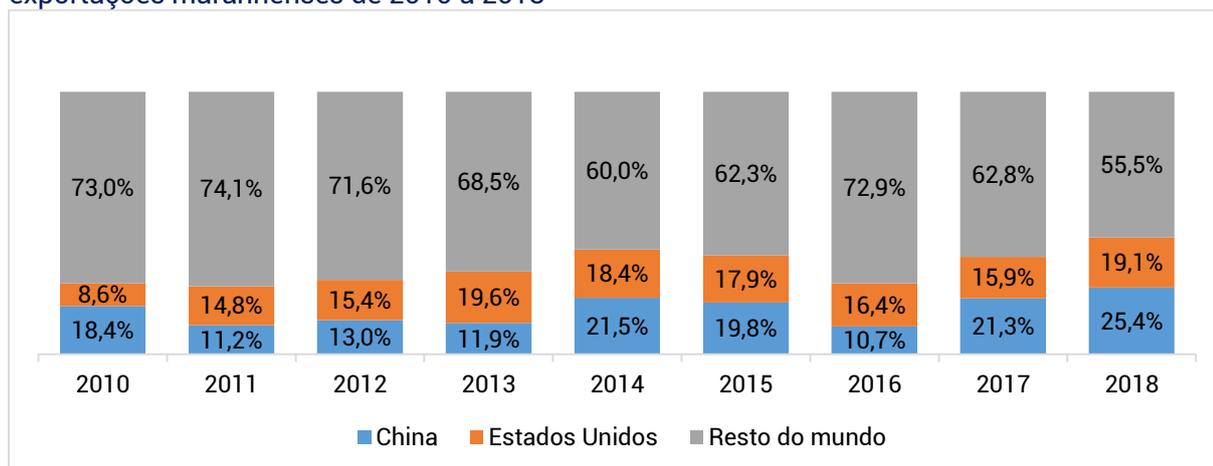
Fontes: Ministério das Finanças da China, Comissão de Comércio Exterior dos EUA. Nota: O valor do mês é calculado fazendo uma média dos valores dos últimos doze meses, de modo a corrigir o efeito sazonal

Apesar de ainda não ter sido capaz de reduzir o déficit comercial estadunidense com a China, a guerra comercial está impactando a economia chinesa, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que pode explicar a intensificação das medidas aplicadas pelo governo dos EUA. Enquanto isso, o Federal Reserve vem afrouxando a política monetária, na tentativa de absorver possíveis impactos recessivos da disputa sobre os EUA. De fato, desde o início da disputa, o *World Economic Outlook*, publicação realizada pelo FMI, vem reduzindo sua projeção para o crescimento mundial de 2019, que caiu em 0,7p.p. desde julho/2018.

Apesar do impacto negativo sobre o comércio global, o conflito pode representar uma oportunidade para o Maranhão, pois influencia na demanda por commodities. Juntas, as duas potências foram o destino de 34,4% das exportações maranhenses em 2018, principalmente dos produtos soja, pasta de celulose, alumina calcinada e ferro gusa. Esses produtos poderão apresentar significativos ganhos de competitividade, pois figuram nas listas dos produtos que tiveram tarifas impostas dos EUA contra a China e vice-versa.

⁵⁶ Soma do valor importado e exportado.

Gráfico 38 - Participação em valor (%) dos produtos exportados para EUA e China na pauta de exportações maranhenses de 2010 a 2018



Fonte: Ministério da Economia

Mais de 95,4% do que o Maranhão exporta para a China são produtos que figuram na lista de tarifas chinesas ou similares⁵⁷, podendo ser beneficiados pela guerra tarifária, ocorrendo o mesmo com 72,4% do que o Maranhão exporta para os EUA. No entanto, o Maranhão deve se beneficiar muito mais com as tarifas chinesas, visto que nossa pauta de exportações se assemelha muito mais à dos EUA, visto que existem US\$ 10.766,4 milhões em exportações estadunidenses à China que passarão a sofrer tarifas e com as quais o Maranhão é capaz de competir. Das exportações chinesas aos EUA, apenas US\$ 45,3 milhões (média 2015-18) são produtos com os quais o Maranhão teria maior chance de competir.

A **Tabela 36** apresenta os principais produtos da pauta de exportações maranhense que teriam alguma possibilidade de se beneficiar com a guerra comercial. Nas primeiras duas colunas temos a média anual (2015-18) das exportações maranhenses de cada produto para China e EUA, respectivamente. Nas duas últimas colunas temos a quantidade desses produtos importada pelos EUA vindos da China e vice-versa (média anual, 2015-18), que, portanto, devem ter sua demanda parcialmente redirecionada para outros países.

Tabela 36 - Produtos da pauta de exportações maranhense com potencial de se beneficiar da guerra tarifária: valor exportado pelo Maranhão à China e aos EUA, e valor importado entre EUA e China no comércio bilateral – Em US\$ milhões.

Produto	Exportações Maranhenses		Importações no comércio bilateral EUA vs. China	
	China	EUA	China	EUA
Soja*	475,9	-	10.010,5	17,9
Pasta de celulose	103,3	200,4	103,6	0,0
Ferro Gusa	-	167,4	0,1	0,1
Alumina calcinada ¹	11,3	145,6	47,3	20,4
Minério de ferro em pelotas ²	13,2	-	19,1	-
Bulhão dourado	-	12,0	400,0	0,4
Algodão debulhado*	6,3	-	85,9	-
Mel natural	-	1,8	1,1	3,0
Complexo couro ³	1,4	0,5	0,1	0,0
Ouro em barras, etc.	-	0,5	0,0	1,3
Milho em grão*	0,5	-	98,7	0,1
Total (US\$ milhões)	613,5	529,6	10.766,4	45,3
Participação na pauta de exportações maranhense (%)	0,20	0,17	-	-

Fonte: Ministério das Finanças da China, Conselho de Estado da China, Escritório de Representação Comercial dos EUA, Comissão de Comércio Exterior dos EUA, Ministério da Economia do Brasil. *Produtos com códigos diferentes nas listas tarifárias, porém com a mesma descrição. ¹Consta como "Óxidos de Alumínio" nas listas tarifárias; ²Consta como "Minérios de ferro e concentrados, aglomerados" nas listas tarifárias; ³Incluem-se: "couros curtidos ou em crosta, sem pelos, divididos ou não, mas não preparados de outro modo" e "outros couros e peles inteiros, de bovinos, divididos, com o lado flor".

⁵⁷ Similares são considerados produtos com códigos diferentes, porém com descrição igual ou similar.

As duas potências haviam sinalizado que iriam se reunir em setembro, o que não ocorreu devido ao acirramento da disputa no mês. As partes acordaram um encontro no mês de outubro, o que trouxe otimismo aos principais mercados globais, apesar de se permanecer baixa a probabilidade de um acordo que leve à anulação das tarifas, visto que o governo estadunidense afirma que não vê suas demandas atendidas.